

TIAGO DE ARAUJO CAMILLO

**ENTRE FEBRES E FERAS, O IMIGRANTE VAI À FLORESTA:
A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE
SANTA LEOPOLDINA-ES – 1856-1900**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2006

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C183e
2006

Camillo, Tiago de Araujo, 1982-

Entre febres e feras, o imigrante vai à floresta : a saúde e o meio ambiente na formação da colônia de Santa Leopoldina-ES – 1856-1900 / Tiago de Araujo Camillo. – Viçosa : UFV, 2006.
xvii, 115f. : il. col. ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 107-111.

1. Imigrantes - Santa Leopoldina (ES) - História.
2. Migração - Política governamental. 3. Epidemiologia - Santa Leopoldina (ES). 4. Psicologia social. 5. Antropologia. 6. Brasil - Política e governo - 1822-1889.
7. Espírito Santo (Estado) - Condições sociais - Séc. XIX.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

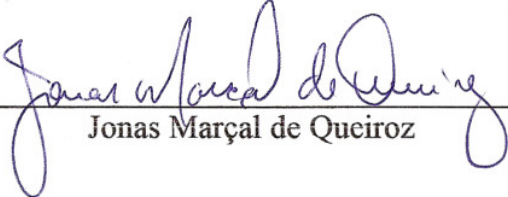
CDD 22.ed. 323.8152


TIAGO DE ARAUJO CAMILLO

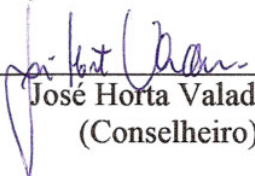
**ENTRE FEBRES E FERAS, O IMIGRANTE VAI À FLORESTA:
A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE
SANTA LEOPOLDINA-ES – 1856-1900**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de abril de 2006.


Jonas Marçal de Queiroz


Ana Louise de Carvalho Fiúza


José Horta Valadares
(Conselheiro)


José Ambrósio Ferreira Neto
(Conselheiro)


Sheila Maria Doula
(Orientadora)

“(...) Fica-se chocado com a visão de criaturas pálidas, inchadas, enfraquecidas e abatidas” (TSCHUDI, 2004, p. 37).

A DEUS.

Ao meu avô, Darcy.

À minha avó, Maria Joana.

AGRADECIMENTO

Inúmeras pessoas contribuíram para que este trabalho fosse trazido a lume. Mais que a consecução de uma tarefa acadêmica, a realização desta pesquisa se constitui num sonho, o qual teve o seu início ainda nos primeiros períodos da minha graduação e que, para além dos meus próprios esforços, envolveu a colaboração de colegas de trabalho, familiares, amigos e instituições públicas. Dessa forma, espero que eu não cometa nenhuma injustiça deixando de lembrar alguém que muito ajudou, mas, se assim o fizer, peço que me perdoem.

No fim do ano 2000 dei os primeiros passos em relação à pesquisa científica na Universidade Federal de Ouro Preto, naquela ocasião comecei a me interessar por questões relacionadas à História do Espírito Santo por incentivo do professor Ângelo Alves Carrara, o qual me acompanhou durante os anos seguintes da graduação e me estimulou a ingressar no mestrado, bem como o professor Renato Pinto Venâncio também um grande incentivador da pesquisa histórica. Sou grato a estes dois mestres sempre solícitos e dispostos a ajudar os alunos.

Agradeço a Izabella Sales por me incentivar e me ajudar na construção do projeto para o mestrado, ao historiador e grande amigo Evandro Carlos Guilhon de Castro pelos diálogos, disponibilidade e paciência para leitura dos meus textos e pela companhia em Viçosa sempre tentando recordar nossa fase de

estudantes em Ouro Preto e Mariana. O estudante de mestrado em Engenharia Florestal Pablo Falco Lopes me prestou valioso auxílio na fase de tabulação dos dados que necessitavam de uma quantificação por meio do aplicativo Excel, assim como o formando em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto, Claudinei de Oliveira Cruz, que também na fase final ajudou na confecção dos mapas que fazem parte deste trabalho.

Aos colegas de mestrado Cristiano, Karla, Flávia, Cyntia, Ana Paula, Amanda e Aline, nós estivemos juntos na época do cumprimento dos créditos, ocasião em que pudemos construir uma ótima relação.

Este trabalho também não se realizaria sem que a minha orientadora se fizesse presente desde o início, apresentando sugestões, mostrando caminhos, cobrando nas horas que foi necessário, enfim, passando sua valiosa experiência e competência como docente e pesquisadora para o delineamento da pesquisa. Muito tenho a agradecer, dessa forma, a Sheila Maria Doula pela oportunidade proporcionada.

Os professores e funcionários do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa também muito me auxiliaram, agradeço em especial aos mestres José Horta Valadares e José Ambrósio Ferreira Neto, que acreditaram na empreitada e aceitaram ser meus conselheiros; com este último pude cursar as disciplinas de Teoria Sociológica e Gestão de Projetos de Pesquisa, que me proporcionaram um valioso aprendizado. Agradeço, ainda, à Cida, da Biblioteca do DER, e à Carminha, sempre bem receptivas e voluntariosas, sem vocês nosso trabalho seria bem mais difícil. A professora Ana Louise Carvalho Fiúza e ao professor Jonas Marçal de Queiroz que aceitaram o convite para a banca examinadora e contribuíram com pertinentes observações.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização do curso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa, que me ajudou nas idas e vindas de Viçosa para Vitória e na minha manutenção enquanto estudante na UFV.

Aos funcionários e estagiários do Arquivo do Estado do Espírito Santo, que, com paciência, vêm me acompanhando desde 2001. A busca de documentos num arquivo muitas vezes se constitui numa aventura, cujo sucesso depende sempre de pessoas dispostas a ajudar.

Há pessoas especiais que venho conhecendo em Minas Gerais desde 2000 e que fazem parte do universo extra-acadêmico, as quais de várias formas me ajudaram a percorrer este caminho. Meus irmãos da República Aquarius em Ouro Preto, com eles a cada dia aprendo uma lição útil para o resto da vida, tive e tenho a oportunidade de participar de um espaço de discussões de idéias e de grande aprendizado, devo agradecê-los por isso, além do fato deles terem me deixado monopolizar o computador da República nos três meses que precederam a defesa da dissertação. Agradeço também aos meus amigos republicanos de Viçosa e aos amigos do Estado do Espírito Santo, Miguel Dumer, Carlos Neves Júnior, Felipe Benevenuto, José Vinícius Camillo e Ibrahim Araújo Nicolau.

A Raquel, que passou a fazer parte da minha vida já na fase final do trabalho e que vem me apoiando e me ajudando a superar várias dificuldades.

Por último devo agradecer à minha família. Meus tios José Camillo e Mônica Vitalli, pelo apoio num momento difícil que foi o segundo semestre de 2005; meus pais Luciano de Oliveira e Maria Lucia de Araújo, minha irmã Luciana, vocês são responsáveis por eu nunca desistir, mesmo quando a linha de chegada parecia um lugar inexistente e as dificuldades pareciam se ampliar, obrigado. À Mariana, nos seus primeiros anos de vida, ainda não pude dar-lhe a atenção merecida, agora você já pode pressionar as teclas do computador.

BIOGRAFIA

TIAGO DE ARAUJO CAMILLO, filho de Luciano de Oliveira Camillo e Maria Lucia de Araujo, nasceu em Muniz Freire, Espírito Santo, a 17 de Julho de 1982.

Em 1999, concluiu o Ensino Médio na Escola Estadual Godofredo Scheneider em Vila Velha, Espírito Santo, tendo, no decorrer do Ensino Médio, cursado Mecânica de Automóveis no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, também no Espírito Santo.

Em 2000, ingressou no curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto, onde participou de projetos de iniciação científica e de estágios na Agência da Receita Federal e no Arquivo Público Municipal, sendo diplomado com o grau de Licenciado em História no final do ano de 2003.

No princípio de 2004, deu início a seus estudos no Programa de Mestrado em Extensão Rural no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, dedicando-se ao estudo das Identidades e Representações Coletivas do Mundo Rural Brasileiro, tendo defendido sua dissertação a 25 de abril de 2006.

Atualmente, leciona História na rede pública e particular do Estado do Espírito Santo, bem como se encontra na condição de pesquisador associado ao

Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo por
intermédio do Núcleo de Estudos Indiciários.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xvi
1. INTRODUÇÃO	1
2. IMIGRAÇÃO, AJUSTAMENTO AMBIENTAL E DOENÇAS: ASPECTOS TEÓRICOS E FONTES DE PESQUISA	7
2.1. Referencial teórico	8
2.2. Metodologia e fontes de pesquisa	19
3. O BRASIL MONÁRQUICO E AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO ...	25
3.1. O privado e o público no caminho do imigrante	27
3.2. Construindo cenários ambientais: a propaganda e o incentivo à emigração	31

	Página
4. O ESPÍRITO SANTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	49
4.1. O processo de imigração para a província	53
4.2. A Colônia de Santa Leopoldina: geografia, população e economia	59
5. O QUADRO EPIDEMIOLÓGICO DE SANTA LEOPOLDINA A PARTIR DOS REGISTROS DA ENFERMARIA	67
6. AS DOENÇAS SOB A ÓTICA DE COLONOS E VIAJANTES ESTRANGEIROS	84
6.1. As febres sob a ótica dos colonos	86
6.2. Remetendo informações: a doença e a cura na perspectiva de Johann Jakob Von Tschudi	98
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE	112

LISTA DE TABELAS

		Página
1	População da província do Espírito Santo	51
2	Exportações dos principais produtos do Espírito Santo no século XIX	53
3	Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1847-1881)	56
4	Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1882-1887)	67
5	Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1888-1896)	58
6	Entradas de imigrantes segundo a origem (1889-1901)	59
7	População da Colônia de Santa Leopoldina (1857-1882)	64
8	Exportações de café da Colônia de Santa Leopoldina em arrobas (1864-1885)	66

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Lotes e venda dos colonos Carl Wicke e Jacob Gehardt em Santa Isabel	38
2 Casa de estrangeiros na Colônia de Santa Isabel	39
3 Colonos em sua residência em Santa Leopoldina	41
4 Elementos da fauna e flora brasileiras	44
5 Representação do estilo de casas supostamente existentes na Colônia Dona Francisca e divulgada na cidade de Hamburgo	46
6 Casa do colono alemão Meyer	47
7 Destino dos diferentes fluxos de imigrantes para o Espírito Santo durante o século XIX	55
8 A Colônia de Santa Leopoldina e seus núcleos	60
9 Representatividade por grupo no total de registros (%)	70
10 Moléstias associadas ao trabalho (representatividade por sub-grupo de moléstias) (%)	71
11 Casa do diretor da Colônia	75

12	Enfermidades associadas às más condições alimentares (representatividade por subgrupo de moléstias) (%)	78
13	Morbidades associadas às condições sanitárias (representatividade por subgrupo de moléstias) (%)	82

RESUMO

CAMILLO, Tiago de Araujo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2006. **Entre febres e feras, o imigrante vai à floresta: a saúde e o meio ambiente na formação da Colônia de Santa Leopoldina-ES – 1856-1900.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Conselheiros: José Ambrósio Ferreira Neto e José Horta Valadares.

Este trabalho traz à baila uma nova perspectiva de análise da imigração européia para o Brasil, visto que enfatiza o estudo do quadro patológico dos grupos de imigrantes no momento imediatamente posterior ao seu ingresso na região tropical, bem como as representações sociais dos adventícios em relação às causas das enfermidades e às soluções terapêuticas escolhidas para a cura. Para tanto, tem como foco primordial a investigação da fase inicial de estabelecimento dos imigrantes em Santa Leopoldina (ES) – na época uma região de fronteira agrícola - entre os anos de 1856 e 1900. Tal estudo foi construído a partir da análise dos registros de enfermagem referentes ao empreendimento colonial, correspondências médicas que reportavam a situação epidemiológica da localidade, epístolas e memórias de imigrantes, além de relatórios oficiais e relatos de viajantes estrangeiros. Dessa forma, uma face da relação entre o imigrante e o mundo natural foi elucidada, ao mesmo tempo em que se destacou

o papel do elemento imigrante como sujeito que, nos trópicos ao se deparar com novas injunções ambientais, era capaz de reconstruir um novo universo de representações.

ABSTRACT

CAMILLO, Tiago de Araujo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April 2006. **Amid fevers and beasts, immigrant life in the tropics: health and the environment on the formation of Colônia de Santa Leopoldina-ES – 1856-1900.** Adviser: Sheila Maria Doula. Committee Members: José Ambrósio Ferreira Neto e José Horta Valadares.

This work addresses a new approach of analyzing European immigration to Brazil, emphasizing the study of the pathological frame of the immigration groups immediately after their arrival in the tropical region, as well as the social representations recreated by the newcomers regarding the causes of diseases and therapeutic solutions found for their cure. Thus, its main focus is the investigation of the initial settling phase of the immigrants in Santa Leopoldina (ES) – an agricultural frontier region, then -1856 through 1900. This study was based on the analysis of the infirmary records related to the colonial settlement period, medical files reporting the local epidemiological cases, letters and journals written by the immigrants as well as official reports and foreign traveler accounts. Thus, an aspect of the relation between the immigrant and the natural world has been elucidated, highlighting the role played by the former, who, as a

subject facing new environmental injunctions, was able to reconstruct a new universe of representations.

1. INTRODUÇÃO

O campo da Extensão Rural, como área disciplinar acadêmica, passou nos últimos anos por um processo de redefinição, marcado pela emergência de novos referenciais, que acabou por orientar seu papel e sua esfera de abrangência. Embora o caminho para a completa disseminação deste novo papel não seja curto, a grande marca deste processo vem sendo a gradativa modificação da noção de “extensão rural”, que deixa de ser somente a transferência de conhecimentos técnicos, forjados na academia, para comunidades rurais, dando lugar a uma concepção mais problematizadora da realidade, permitindo a participação dos múltiplos atores envolvidos com o meio rural brasileiro – inclusive seus próprios habitantes – na busca dos caminhos mais viáveis rumo ao desenvolvimento. Neste contexto, a Extensão Rural passou a ser vista como uma “área problema”, onde uma de suas principais características é sua natureza interdisciplinar (MUNIZ, s.d.).

Destarte, o antropólogo, o geógrafo e o historiador, para ficar apenas no âmbito das chamadas Ciências Humanas, foram admitidos como possíveis contribuintes para as ações da Extensão Rural, na medida em que as atividades que desempenham ajudam a oferecer um conhecimento menos restrito das realidades que são alvo de intervenção, por meio do trabalho conjunto com profissionais de outras áreas.

A partir desta transformação de pressupostos, a abordagem de novos temas de pesquisa surgiu como demanda do extensionismo, dentre elas o conhecimento das características inerentes à história do **processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no que se refere a sua face rural**.

Frente a este quadro, torna-se pertinente, por exemplo, que a gestão de políticas públicas que objetivem a criação de assentamentos rurais ou a colonização de áreas de fronteiras, esteja atenta aos quadros ecológicos das regiões que são destinadas a abrigar tais estabelecimentos, não só em relação ao uso sustentável dos recursos naturais disponíveis, mas ao ajustamento do homem ao novo ambiente, já que o deslocamento das populações rumo às áreas objeto de ocupação requer uma fase de adaptação, marcada pelo estranhamento, devido ao desconhecimento e à falta de uma aparelhagem mínima para se comportar frente às dificuldades ecológicas impostas, podendo este ser um dos motivos do insucesso dos empreendimentos supra-referidos, o que implica no conseqüente desperdício de recursos públicos.

Por outro lado, os programas voltados para a área de saúde, ligados à prevenção, tratamento e cura de doenças, necessitam de referências que permitam perscrutar as diferentes concepções etiológico-terapêuticas dos grupos formadores das realidades sobre as quais se deseja intervir, na medida em que é presumível a ocorrência de choques entre os sistemas médicos acadêmicos em voga e os saberes locais acerca das patologias, os quais, por sua vez, estão referenciados em outros sistemas de representações.

Eis, então, as duas demandas fundamentais relativas ao campo da Extensão Rural que estimulam o presente estudo, que segue linhas de pesquisas históricas e, como tal, é influenciado por questões do tempo presente, tentando “desbobinar a fita”, reconstituindo as características de uma das inúmeras cenas do “filme” que pode ser considerado a história (BLOCH, 1987, p. 45).

Esta pesquisa investiga o processo de chegada dos imigrantes estrangeiros ao Espírito Santo na segunda metade do século XIX e visa elucidar o estabelecimento daqueles trabalhadores em núcleos coloniais e as dificuldades

encontradas com relação ao processo de **ajustamento** ao meio natural, em particular no que diz respeito aos problemas de saúde.

Parte-se, então, da seguinte questão: **quais eram os problemas de saúde mais recorrentes na fase de estabelecimento e como a população estudada representava as condições etiológico-terapêuticas?** Posta desta forma, tal indagação perpassa, em sua resolução, diferentes faces do objeto de estudo indicado, preocupando-se com as maneiras de pensar e agir frente às vicissitudes do meio e com a herança de conhecimento trazida da Europa, bem como com o saber advindo dos primeiros contatos com a nova realidade ambiental e social.

Assim, o estudo problematiza – na fase de estabelecimento da população – o cenário epidemiológico de uma colônia de imigrantes; as representações sociais do grupo sobre as morbidades e os usos e costumes acerca dos recursos oferecidos para o combate aos estados mórbidos. Quer-se destacar o papel do elemento que imigrava naquele momento como sujeito que, possuidor de uma herança cultural européia, nos trópicos, em meio a novas condições, tenta utilizá-la para poder vencer as dificuldades colocadas pela natureza.

Especialmente, o recorte privilegiado neste trabalho é a região Serrana Central do atual estado do Espírito Santo, precisamente a colônia de Santa Leopoldina, onde a partir de 1856 foi fundado um estabelecimento colonial povoado predominantemente por colonos de origem européia, com destaque para alemães e italianos.

Por outro lado, os marcos temporais escolhidos são os anos de 1856 e 1900. O primeiro marca a fundação do primeiro núcleo da colônia de Santa Leopoldina, que se localizava no Porto do Cachoeiro, já o segundo se refere ao momento em que as entradas de imigrantes na região passaram a sofrer um declínio significativo, bem como as áreas dos núcleos originalmente estipulados acabavam de ser ocupadas; a partir daí as entradas se deram de maneira esporádica e os descendentes dos imigrantes passaram a expandir seu domínio fundiário rumo ao norte em direção às terras do rio Doce. Esta ruptura pode ser detectada quando são examinados os registros de fundação de povoados naquelas

terras e a constituição étnica da maior parte dos habitantes que formaram tais aglomerados populacionais (BRASIL, 1959).

A entrada de imigrantes em terras brasileiras no decorrer do século XIX se constituiu num marco para a reorganização do meio rural pós-escravista, principalmente quando se pensa na inserção de novas relações de trabalho. Apesar disso, ainda que esta tenha sido uma ruptura crucial para a emergência de um novo Brasil rural, tenta-se fugir desta discussão – bem corrente no campo da historiografia – a fim de se dedicar a uma nova temática, a qual tenta captar a historicidade da relação entre o homem e o meio natural não-humano, demonstrando o papel deste último na fase de instalação e no ajustamento do grupo estudado quando de sua chegada aos trópicos, bem como são abordadas as representações acerca da saúde, das doenças e das opções terapêuticas.

Dessa maneira, num momento inicial os marcos teóricos sobre os quais a base do trabalho foi construída são discutidos localizando a investigação no debate historiográfico acerca da temática estudada, bem como destacando as linhas teóricas seguidas. Neste mesmo capítulo as fontes de evidências documentais utilizadas são apresentadas.

Posteriormente discute-se o processo de imigração sob o ponto de vista dado pelo Estado Imperial na organização das colônias de imigrantes e a propaganda de incentivo para a vinda dos trabalhadores, onde se tenta demonstrar as formas de inserção do imigrante no mundo agrário e os aspectos relacionados aos meios utilizados para a atração de adventícios aos trópicos.

No quarto capítulo o tema explorado é a situação do Espírito Santo no contexto brasileiro do século XIX, sua economia e os motivos que levaram a província a recorrer à mão-de-obra europeia naquele momento, bem como se faz uma caracterização das particularidades da colônia de Santa Leopoldina, enfatizando-se aspectos de ordem política, econômica, geográfica e demográfica. Esta exposição foi construída com base na leitura da bibliografia acerca da região naquela fase e em relatórios presidenciais apresentados periodicamente à Assembléia Legislativa Provincial.

No quinto capítulo trabalha-se o quadro epidemiológico da colônia de Santa Leopoldina, por meio – fundamentalmente – da exploração dos registros da enfermaria instalada naquele núcleo colonial. Tal documentação ofereceu a possibilidade de inventariar, por exemplo, a recorrência de determinadas enfermidades para, num momento posterior, buscar as explicações que pudessem elucidar as possíveis causas. É necessário destacar o critério estritamente empírico da escolha da documentação de Santa Leopoldina como universo desta análise, tendo em vista que os registros médicos deste estabelecimento foram preservados e existem de forma mais abundante. A análise simultânea dos registros de todas as colônias se tornaria inviável devido ao curto espaço de tempo para a operacionalização da pesquisa e ao caráter exploratório desta investigação.

Por último, no capítulo intitulado “As Doenças sob a Ótica de Colonos e Viajantes”, estuda-se o universo das representações do elemento estrangeiro quando de sua chegada aos trópicos. Num primeiro momento o foco é a concepção dos trabalhadores estrangeiros que se instalam no Espírito Santo acerca do “estar saudável”, do “estar doente” e dos caminhos percorridos a fim de curar-se, ou seja, tenta-se por meio de relatos individuais ou de documentos de natureza coletiva – como abaixo-assinados – apresentar a visão acerca da saúde, doença e da cura sob o ponto de vista do trabalhador europeu recém-chegado ao Brasil. Posteriormente, realiza-se uma confrontação entre a visão apreendida da análise dos relatos dos colonos e a percepção do viajante suíço Johann Jakob Von Tschudi, que percorreu as colônias do território capixaba e teceu diversas considerações. Quer-se dessa forma, trazer à baila a visão de um estrangeiro que ao chocar-se com o “novo” registra sistematicamente sua opinião, propondo soluções a partir de um conhecimento acadêmico e diferenciado com relação à salubridade, às morbidades e ao tratamento dos doentes, esforçando-se em remeter informações à pátria de origem dos imigrantes.

Buscou-se no decorrer do processo de pesquisa e elaboração do texto, demonstrar os meandros da relação entre o imigrante estrangeiro e uma parte do que se constituía o meio natural encontrado em terras tropicais, privilegiando-se

a análise das enfermidades como um dos resultados dessa relação. Todavia, objetivou-se não só o estudo das visões dos próprios trabalhadores, mas a elucidação da atuação de outros atores como o Estado ou a de conterrâneos que estavam de passagem pelo Brasil, no que tange às ações no sentido de auxiliar os imigrantes a superar as dificuldades iniciais no estabelecimento. Importante, também, foi verificar que o surgimento de um quadro de doenças, muitas delas desconhecidas dos imigrantes ou pouco comuns na Europa, resultava na interrupção e descontinuidade das tarefas diárias, o que, por um lado, comprometia o estado geral de saúde da família e, por outro, gerava fortes críticas à política imigratória.

Finalmente, é importante salientar que o problema abordado neste trabalho ainda permanece em aberto em várias de suas dimensões. Por um lado, as políticas públicas de assentamento e (re)assentamento de populações continuam desconsiderando os fatores de adaptabilidade, que comprometem a eficácia dos programas; por outro lado, a adaptabilidade exige respostas rápidas como combate às doenças, por exemplo, e nessa esfera o Estado mantém sua característica de morosidade e mesmo ausência, o que também acaba contribuindo para um resultado final de fracasso ou abandono dos programas.

Assim, a contribuição da História para um programa de Extensão Rural é alertar para a perpetuação de certas práticas intervencionistas por parte do Estado, o que não significa dizer que o extensionista rural deva assumir uma posição passiva e inoperante frente a elas.

2. IMIGRAÇÃO, AJUSTAMENTO AMBIENTAL E DOENÇAS: ASPECTOS TEÓRICOS E FONTES DE PESQUISA

O passo inicial para a realização deste trabalho de pesquisa foi uma investigação teórica para que se pudesse localizá-lo no quadro do debate historiográfico e, ao mesmo tempo, absorver elementos a fim de dar inteligibilidade aos dados compilados.

O trabalho não segue de forma dogmática nenhuma corrente da História, mas recorre e sofre influência de diversos autores, tentando se posicionar em relação a eles. Este ecletismo se deve ao fato do campo investigado ser relativamente novo, trazendo uma dependência de diferentes aparatos conceituais de análise.

No que concerne à História, os campos da História Ambiental e da História das Doenças foram fundamentais para que esta investigação fosse trazida à baila. Ao mesmo tempo, fez-se uso dos conhecimentos produzidos num campo dos estudos antropológicos chamado Antropologia das Doenças, que se dedica, fundamentalmente, ao estudo das diversas perspectivas interpretativas acerca das causas dos fenômenos patológicos, do estar com saúde e dos caminhos em busca da cura. No decorrer do capítulo mostrar-se-á o encadeamento de cada um desses campos.

Na seqüência das considerações teóricas, procede-se à exposição da tipologia das fontes que ofereceram uma base empírica para o trabalho.

Demonstra-se a pertinência de cada uma para a problematização do tema abordado, descrevendo-as, indicando suas limitações e apresentando as possibilidades de utilização para a resolução das questões apresentadas.

2.1. Referencial teórico

É antigo o interesse da História por objetos relacionados à interação entre o homem e o meio natural, remontando ao princípio do século XX, sobretudo nas escolas historiográficas de matrizes francesa, inglesa e alemã (TEIXEIRA, 1997, p. 203).

Acerca da Escola Francesa, cabe destacar aqui as preocupações de Fernand Braudel que já no prefácio de sua obra de maior proporção, “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II” apresenta a categoria “longa duração”, a qual se refere ao contato do homem com o mundo natural e as lentas transformações impostas pelos seres humanos sobre aquele último, pelo menos no que tange ao período por ele investigado. Sendo assim, Braudel explica:

Esta obra divide-se em três partes, cada uma das quais pretende ser uma tentativa de explicação de conjunto. A primeira trata de uma história quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feitas de retrocesso, de ciclos sempre recomeçados; não quis desprezar essa história, quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas, mas também não quis ficar-me pelas tradicionais introduções geográficas à história, inutilmente lançadas para o princípio de cada livro, com descrições do meio físico, das atividades agrícolas e das flores; que se mostram rapidamente e de que depois se não volta a falar, como se as flores não regressassem todas as primaveras, como se os rebanhos parassem nas suas migrações, como se os navios não navegassem num mar real, que muda com as estações do ano (TEIXEIRA, 1997, p. 203).

Braudel reivindica uma atenção maior para os dados geográficos nos estudos históricos e não apenas uma abordagem que coloque o meio natural como pano de fundo dos acontecimentos, perspectiva que ele irá manter ao longo de sua obra, influenciando vários outros pesquisadores.

Todavia, a despeito das reivindicações braudelianas, o procedimento de inserir dados da natureza como objeto da operação histórica ficaria restrito a

pequenos círculos de debate, entrando efetivamente na pauta de discussões a partir da década de 1970, com a crescente eclosão de preocupações ambientais, fato que provocou uma paulatina institucionalização da chamada História Ambiental. Datam dessa época as primeiras tentativas de se definir de maneira mais sistemática as esferas de atuação da mesma (DRUMOND, 1991).

A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial (WORSTER, 1991).

A História era, desta sorte, estimulada a lançar seu olhar sobre um tema até então abordado de maneira isolada, isto é, sem um debate sistemático, por indagações suscitadas no presente.

Até aquele momento, uma tradição antropocêntrica havia se cristalizado não apenas na História, como também nas demais Ciências Humanas, privilegiando o estudo da sociedade exclusivamente a partir das relações inter-humanas, deixando o mundo natural como um dado à parte e não reconhecendo a interpenetração entre a natureza e a cultura; enfim, criou-se uma polarização entre essas duas esferas, atribuindo-se, nalguns casos, exclusividade ao meio ambiente como determinante para a evolução:

Desde o final do século XVIII há (...) uma sólida tendência de se pensar a natureza em oposição ao homem ou à “cultura”. Particularmente o idealismo e o romantismo alemães, no século XIX, forçaram uma distância absoluta entre *Natur* e *Kultur*. Tal visão contaminou fortemente a história, como as demais ciências sociais, de forma a estabelecer uma periodização em que ambos os terrenos aparecessem como pontas opostas de um processo. Especialmente na história econômica a distinção assumiu aspecto absoluto. Aí a paisagem que envolvia os homens foi percebida como um dado da natureza, anterior e autônoma em relação ao homem (TEIXEIRA, 1997, p. 204).

No que concerne ao campo dos estudos históricos, a História Ambiental veio repensar essa perspectiva, tentando avaliar o papel do meio ambiente na vida das sociedades humanas, buscando elucidar as interações estabelecidas no decorrer do tempo. Neste estudo, parte-se do pressuposto de que as condições naturais têm um papel explicativo no desenvolvimento das sociedades, não determinante, mas que não podem ter sua relevância recusada, havendo uma

interação entre o homem e o mundo natural, isto é, ao mesmo tempo em que transformam o quadro ambiental, os homens são por ele influenciados, sendo o seu desenvolvimento vinculado às possibilidades oferecidas pelas condições naturais existentes (WORSTER, 1991, p. 24). Frente a estes apontamentos, segue-se a perspectiva de Keith Thomas, segundo a qual:

O predomínio do homem sobre o mundo natural foi e é, afinal de contas, uma precondição básica da história humana. A forma como ele racionalizou e questionou tal predomínio constitui um tema vasto e inquietante que nos últimos anos recebeu bastante atenção por parte dos filósofos, teólogos e críticos literários. O assunto tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas (THOMAS, 1989, p. 19).

Coaduna-se com a afirmação colocada por Thomas, já que o estudo demonstra o universo de representações criado pela propaganda da emigração em relação ao meio natural brasileiro, investigando as idéias presentes na mentalidade dos trabalhadores estrangeiros antes do conhecimento concreto da realidade que os aguardava e, portanto, os elementos que eles possuíam para exercer seu domínio sobre a natureza tropical e sobreviver em meio a condições estranhas. Da mesma forma se alguns tipos de doenças forem consideradas como consequência de determinadas causas naturais exteriores ao controle humano, se deve admitir que – como plantas e animais – elas são alvos do domínio e, ao mesmo tempo, referência sobre as quais estão embasadas as representações sobre o mundo natural, tornando aberta a possibilidade de “desemaranhar” o que os grupos sociais do passado, no caso os imigrantes, “pensavam” sobre elas. Fazer isso é, também, admitir que o contato entre o homem e o mundo natural é portador de história, cabendo ao investigador a missão de explicar suas permanências e rupturas.

Duas divisões são bem nítidas entre os principais estudos inerentes à vertente ambiental dos estudos históricos, principalmente, quanto aos objetivos de interpretação, existindo uma corrente denominada **ecocentrista** e uma outra designada **antropocentrista** (BRANSTROM, citado por SANTOS, 2004, p. 10).

No primeiro caso as investigações são conduzidas tendo como foco primordial os impactos da presença humana sobre a natureza, esforçando-se em

demonstrar as conseqüências destrutivas da relação para o meio ambiente não-humano; Warren Dean, historiador estadunidense, fez um trabalho exemplar nesse sentido, no qual, utilizando-se de diferentes referências documentais, reconstituiu a história da ação humana sobre a Mata Atlântica desde a ocupação mais remota feita por grupos indígenas à época coeva (DEAN, 1996).

Por outro lado, a via antropocentrismo enfatiza o seu objeto de estudo de forma distinta, preconizando a abordagem das diferentes atividades de trabalho, bem como dos recursos naturais explorados pelos grupos humanos, com o intento de avaliar, por exemplo, o domínio de certos grupos sociais sobre os recursos e as interações entre o homem e o mundo natural. Destarte, o homem e o trabalho são os fios condutores das investigações, sendo olhados não apenas do ponto de vista dos impactos negativos causados, mas também pelo ponto de vista das necessidades humanas de cada época; um nome de grande destaque nessa esfera da pesquisa em História Ambiental é Donald Worster, pesquisador que propõe, por exemplo, o estudo das lides agrícolas juntamente com a análise das “transformações da terra”, adotando uma perspectiva que ele denomina de “agroecológica”.

No que tange à História Ambiental, a perspectiva teórica que orienta este trabalho é a antropocentrismo, já que a preocupação primordial é a de estudar a instalação do imigrante na região especificada para o desenvolvimento das atividades rurais e as influências ambientais decorrentes dessa instalação para a vida do agrupamento social, pois, ainda que haja uma preocupação com a destruição da natureza na área do recorte espacial estudado, o que se enfatiza, por exemplo, são os problemas de saúde relacionados ao trabalho e à transformação da floresta, objetivando como produto final, neste caso, não um quadro da situação do ecossistema local após os anos de ocupação humana e sim a elucidação da relação entre as transformações impostas pelo homem e os reflexos das mesmas para sua própria vida.

Donald Worster propôs três eixos sobre os quais as investigações da área deveriam girar (WORSTER, 2002, p. 28). Em primeiro lugar Worster destaca uma linha de pesquisa na qual a História estaria bem próxima das Ciências

Naturais e teria como objetivo, a partir da análise de fontes documentais diversas, reconstituir o panorama natural de outras épocas, respondendo questões relacionadas à “estrutura organizacional da natureza no passado”. Uma segunda via de pesquisa diz respeito à necessidade de se compreender como o advento e desenvolvimento dos diferentes modos de produção influenciaram nas constantes transformações da natureza, bem como sobre os reflexos desse reordenamento para as mudanças nas relações sociais, o que ele chama de “perspectiva agroecológica”. Num outro plano, ele coloca a problemática do imaginário, o estudo das percepções construídas com relação ao mundo natural, onde entrariam as abordagens relativas aos ideais de preservação e aos mitos, por exemplo. Percebe-se, quando da leitura do texto de Worster, a possibilidade de proceder a uma abordagem específica de História Ambiental que destaque o homem e as doenças advindas do contato daquele com a natureza. Tal operação torna-se possível quando se observa a intrínseca relação entre determinadas regiões e problemas de saúde, tais como a malária, por exemplo, havendo, ao mesmo tempo uma relação entre características culturais, proliferação de moléstias e formas de combate, o que coloca este estudo no campo da análise antropológica.

Recentemente, seguindo a linha proposta por Worster, Manoel Teixeira dos Santos tentou preencher uma lacuna deixada pela historiografia dedicada à imigração no Brasil, estudando a formação das colônias do Vale do Itajaí e região norte de Santa Catarina (SANTOS, 2004). Nessa investigação o autor teve por objetivo analisar a relação entre imigrante e meio ambiente, enfatizando as práticas agrícolas da população advéncia. Nesse sentido ele se ateve aos aspectos relativos à assimilação de técnicas, à continuidade e ruptura no plano das mentalidades, à imagem transmitida pelo Estado imperial, colonos já instalados no Brasil e visitantes estrangeiros quanto à paisagem dos trópicos, bem como às relações entre imigrantes e caboclos no que concerne ao conhecimento sobre a floresta. Em seu texto Teixeira aponta outras possibilidades de pesquisa acerca de tal objeto de estudo, sendo uma delas a proposta encampada pelo presente trabalho de pesquisa.

Ao reconhecer as morbidades como referência para a construção de representações sociais, bem como ao admitir a sua historicidade, esta investigação se coloca num ponto onde se cruzam a História e a vertente antropológica dos estudos sobre representações, especificamente entre a História das Doenças e a Antropologia da Doença que, na falta de uma abordagem específica de História Ambiental, são pertinentes para o tratamento da temática escolhida.

O conceito de representação social é entendido neste trabalho como o conjunto de conhecimentos que permitem ao indivíduo situar-se e conduzir-se no mundo, dominando-o física e intelectualmente, identificando e resolvendo problemas por ele colocados. Tal corpo de conhecimentos é compartilhado de modo convergente ou conflitante com outros indivíduos a fim de gerir ou afrontar as condições colocadas no plano prático (JODELET, citado por LEITE, 2002).

No campo da Antropologia da Doença busca-se um referencial que permita colocar o comportamento da população advéncia frente às moléstias à luz do estudo das representações, interpretando as experiências dos imigrantes no que diz respeito à patologia e à cura, enfim, problematizando o imaginário do grupo estudado.

O ponto de partida, então, no que diz respeito ao estudo do universo mental do homem doente, é a obra de François Laplantine “Antropologia da Doença”, onde é lançada a noção de “doença em primeira pessoa”, isto é, a interpretação dada pelo sujeito acometido por certa patologia ao cenário etiológico-terapêutico (LAPLANTINE, 1991, p. 15).

A partir da inexistência em Antropologia de uma “teoria de conjunto” que trate as representações da morbidade e da cura, Laplantine constrói modelos operatórios de análise dos diversos comportamentos em relação àquelas condições. O autor aponta a grande variabilidade das formas de se lidar com as doenças, ainda que simultaneamente numa mesma sociedade, como obstáculo para forjar uma teoria em relação ao tema, porém afirma ser possível “identificar as tendências principais”, as “idéias força” existentes no cerne das “variações

sociais e individuais”. Desta sorte, apesar de admitir a intrínseca relação entre representação etiológica e as condições sociais e a conseqüente infinidade empírica das representações da patogenia e da cura, é possível identificar permanências, invariantes da experiência mórbida de número finito que, segundo a perspectiva de Laplantine, devem ser elucidadas pela Antropologia a partir do exame do universo empírico disponível. O cerne do estudo é a comparação dos discursos presentes entre a população francesa contemporânea e a literatura, porém ele não se furta de analisar os discursos de outras épocas em relação ao tema, bem como a situação existente em outras sociedades. Assim ele lembra:

(...) se bem que as interpretações da patogenia e da terapia variem essencialmente de uma sociedade para outra, de um indivíduo para outro, e que sejam inclusive eminentemente evolutivas numa mesma sociedade – o que faz com que pareçam, a nível empírico, praticamente infinitas –, o que tentaremos mostrar é que não deixam por isso de existir permanências, constantes ou, se preferirmos, invariantes da experiência mórbida e da esperança de cura perfeitamente identificáveis, cujo número não é ilimitado (LAPLANTINE, 1991, p. 11).

A grande marca de a “Antropologia da Doença” reside no fato de transferir o foco de atenção do saber médico acadêmico para o estudo das interpretações referentes aos saberes marginais. Mais do que isso, demonstrar que qualquer interpretação etiológico-terapêutica, mesmo aquelas que reivindicam a cientificidade, partem de opções referenciadas em sistemas de representações que podem ser localizados no universo temporal e cultural, por mais objetivos que pretendam ser.

Resumindo, o que esperamos mostrar é que, ao lado ou, mais exatamente, com relação à doença tomada como objeto de conhecimento científico, ou seja, como ato de objetivação por um saber positivo, não é apenas “importante”, “interessante” (...) mas cientificamente necessário que uma verdadeira antropologia da saúde se volte também para o doente, que não só pode como deve ser levado em consideração, tornando-se um autêntico pólo de conhecimento (LAPLANTINE, 1991, p. 17).

Assim, Laplantine se coloca em relação oposta, por exemplo, aos estudos da Sociologia Médica, que preconizam unicamente a análise do universo das profissões médicas, isto é, sua posição social enquanto grupo que atua na esfera da saúde. Em outras palavras, o saber cientificamente aceito e legitimado pela afirmação do conhecimento objetivo.

Absorva-se, dessa maneira, que o aporte de Laplantine ao presente estudo está na análise dos sistemas de representação do imigrante estrangeiro instalado no Brasil a partir do século XIX, dando-se atenção ao universo mental do homem doente que busca uma explicação para a sua morbidade e ao mesmo tempo uma solução terapêutica. Por outro lado, essa preferência teórica implica esclarecer que nos afastamos de certos caminhos, como o escolhido por Figueiredo (2002, p. 51), historiadora que realizou minuciosa pesquisa a partir das discussões inerentes ao campo da Sociologia das Profissões, acerca da atuação da medicina acadêmica, de curandeiros, cirurgiões barbeiros, boticários, dentre outros elementos presentes no campo da saúde em Minas Gerais oitocentista. Aquela investigadora trouxe à baila os discursos acerca da legitimação da atuação terapêutica, indicando os choques entre os grupos que se diziam possuidores do “verdadeiro” saber em relação à cura e os “charlatães” muito freqüentes nas regiões de Minas Gerais e que praticavam uma medicina de cunho popular, baseada em referenciais relativamente distintos daqueles apreendidos na academia. Em última instância, o interesse de Betânia Figueiredo não se pauta em detectar as peculiaridades do sistema de representações do homem doente e sim daqueles que tinham a missão de curá-lo.

Assim, adota-se como referência para o estudo parte do modelo teórico de Laplantine, utilizando os grupos identificados por ele acerca dos modelos etiológico-terapêuticos presentes no imaginário ocidental.

Na mesma linha de Laplantine, está a obra de Luc Boltanski “O Corpo e as Classes Sociais” (BOLTANSKI, 1984), este trabalho ajuda a entender as recodificações procedidas pela cultura popular em relação ao saber em voga nos meios acadêmicos, demonstrando ainda as transformações procedidas quando do deslocamento de indivíduos do meio rural para o urbano. Boltanski aborda o comportamento das “classes baixas” em relação ao saber do especialista, sendo que uma das principais diferenças entre seu estudo e o de Laplantine é o caráter mais pontual de seu trabalho, visto que ele enfoca uma comunidade francesa, enquanto Laplantine objetiva construir uma teoria geral acerca das opções etiológico-terapêuticas.

Ao examinar as entrevistas que fez numa comunidade francesa no final da década de 1960, Boltanski disserta acerca do que denomina de “medicina imitativa”:

(...) a medicina familiar é essencialmente imitativa, contentando-se as mães, de maneira geral, em reproduzir os gestos e as palavras do médico, ou melhor, entre esses, os gestos que lhes são perceptíveis, e as palavras que podem identificar e memorizar. Essencialmente, é do médico que as mães recebem os nomes dos remédios e os nomes de doenças que constituem o conhecimento, todo feito de palavras, que é o delas. Longe de praticarem uma medicina paralela, as mães administram aos filhos remédios que o médico prescreveu anteriormente para tratar doenças similares e, de certa maneira, mesmo quando os medicamentos são comprados sem receita por particulares, o médico permanece, indiretamente e conforme a lei, “o ordenador das despesas médicas (BOLTANSKI, 1984, p. 22-23) .

Neste trabalho não se pôde seguir a consideração estabelecida por Boltanski, sobretudo porque no final do século XIX a presença do médico não era disseminada no meio rural brasileiro como nas cidades francesas do ocaso da década de 1960. Tal característica brasileira dava margem para múltiplas interpretações do estar com saúde, do estar doente e do ato de curar-se, enfim, o campo médico não era apenas terreno do indivíduo com formação acadêmica, levando a população a agir a partir de artifícios que não se restringiam apenas à imitação dos procedimentos “eruditos”.

Além das obras dos referidos autores ligados ao campo da Antropologia da Doença, adota-se também a perspectiva de Burguière no que tange ao estudo das doenças e de sua proliferação na temporalidade. Tal autor, ao pensar as patologias no quadro do que denominou de Antropologia Histórica, propõe uma abordagem cultural das mesmas, afirmando que não “basta imergir os fenômenos [epidêmicos] num contexto socioeconômico para lhes conferir uma dimensão histórica” (BURGUIÈRE, 1998). Assim, ele se distancia de enfoques que associam a incidência de epidemias exclusivamente a fatores de ordem econômico-social, tais como as crises de fome que assolaram a Europa durante a Idade Média, período em que pulularam os casos de peste bubônica. Nesse sentido, segundo André Burguière:

(...) reconstituir a história de um fenômeno epidêmico também é analisar a maneira como a organização e as normas culturais de uma sociedade puderam digerir as injunções do meio natural e enfrentá-las; é ressaltar a problemática

social e as formas de relação com o corpo que cada época expressa através de seus comportamentos biológicos. A tarefa específica da antropologia histórica nesse domínio é individuar, ao mesmo termo, os pontos e os mecanismos de articulação entre as injunções naturais e as normas socioculturais (BURGUIÈRE, 1998, p. 140).

Analisa-se a ocorrência de doenças entre os imigrantes estrangeiros instalados na Colônia de Santa Leopoldina a partir dessa afirmação, posto que um dos focos de interesse é o exame das representações sociais e dos costumes da população migrante e suas atitudes frente ao meio natural, verificando as conseqüências da mesma para a propagação das doenças, assim como para os recursos utilizados na prevenção e na cura.

Da forma como está proposto, o presente estudo guarda peculiaridades que o diferenciam de pesquisas já concretizadas e que enfatizaram o mesmo objeto, quais sejam, “Caminhos e Fronteiras”, obra de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1994) e “Imperialismo Ecológico”, trabalho de Alfred Crosby (CROSBY, 2000). Tais autores analisaram diferentes movimentos migratórios a partir de longos recortes temporais, aquele verificando, por exemplo, as formas de lidar com relação às doenças do ambiente local efetuados pelo elemento colonizador português em terras tropicais com vistas à sobrevivência, este se atendo à condição do europeu como disseminador de moléstias pelo mundo de acordo com seus movimentos expansionistas.

Em “Caminhos e Fronteiras” – obra de Sérgio Buarque de Holanda que foi objeto de diversas edições desde sua primeira publicação – o autor realiza uma investigação em fontes primárias com o fito de elucidar aspectos relativos à “adaptação” do homem ibérico que se transferiu para o Novo Mundo às condições naturais encontradas. A obra pode ser considerada um trabalho de História Ambiental, embora na época de sua gênese esse termo ainda não estivesse em voga nos círculos acadêmicos da História.

A característica anteriormente referida se evidencia quando o olhar é lançado sobre trechos introdutórios da obra, no ponto em que Holanda se refere às condições que motivaram a construção de novos ritmos de vida na América

Portuguesa, onde fica clara uma perspectiva em que o meio é considerado um fator de grande relevância para o desenrolar da vida humana.

Só aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar num país estranho algumas formas de vida que trazia do Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio (HOLANDA, 1994, p. 10).

O autor escolhe um caminho em que tenta realçar, não as ações imperialistas do europeu em terras recém-conquistadas, mas aspectos ligados ao seu ajustamento, às dificuldades, enfim, aos obstáculos à empreitada. Destarte, a unidade de análise enfocada por Holanda, ao invés de ser os portugueses que rapidamente se encravaram no litoral, constituindo, segundo ele, sociedades mais sedentárias, será os grupos paulistas que se caracterizaram durante anos por sua intensa mobilidade.

No quadro construído pelo autor, ganha grande realce a figura indígena, a qual influenciou enormemente a constituição dos novos hábitos, devido a sua longa vivência nas terras do Novo Mundo. Sérgio Buarque de Holanda aborda os métodos empregados para a caminhada pelo “sertão”, a lide com as plantas nativas, os meios de transporte, a agricultura e a alimentação, dentre outros aspectos de não só menos importância. Os obstáculos enfrentados pelos colonizadores no que tange aos problemas de saúde, bem como aos meios recorrentes de combate aos mesmos, são problematizados pelo historiador na primeira parte do livro, nas seções denominadas respectivamente “Botica da Natureza” e “Frechas, Feras e Febres”, onde são delineadas algumas peculiaridades referentes ao uso dos recursos naturais pelo elemento português no trato com as enfermidades, bem como o quadro etiológico tropical que afligiu os adventícios lusos no decorrer do processo de conquista e instalação.

Já Alfred Crosby tentou avaliar as vantagens biológicas dos europeus na construção do que ele denomina “neo-europas”, isto é, réplicas da sociedade européia em diferentes regiões do mundo. Ao realizar esta operação de pesquisa o historiador delineou as ações imperialistas européias, em detrimento das formas de ajustamento. Um dos pontos principais por ele tratado tange às moléstias

espalhadas pelo planeta quando da expansão européia entre os anos de 900-1900, segundo ele fundamentais para que a hegemonia européia viesse a lume em regiões como a América Espanhola.

Na medida em que se busca examinar a condição do imigrante num momento imediatamente posterior à sua instalação em território brasileiro, procedendo, para tanto, um corte temporal mais reduzido e privilegiando sua condição de receptor de doenças, este estudo, em certo sentido, lança-se por uma via menos audaciosa em termos de amplitude de pesquisa. Entretanto, sobretudo em relação ao trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, ele é bastante influenciado, visto que se pauta no esboço da fase de adaptação do imigrante europeu ao meio natural das regiões tropicais.

2.2. Metodologia e fontes de pesquisa

A base de evidências empíricas que foi utilizada para a operacionalização desta investigação é constituída em sua maior parte de documentação primária sob a guarda do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, sobretudo aquelas pertencentes ao Fundo Agricultura, Série da Diretoria Central de Terras e Colonização¹. Porém, outros documentos que testemunhavam a experiência vivida – condição essencial do caráter primário de qualquer fonte documental – da imigração foram trazidos à baila para o delineamento do estudo.

De modo geral, as fontes são de natureza oficial, isto é, geradas durante o exercício da administração estatal dos estabelecimentos de imigrantes; todavia há um esforço de prospecção em fontes de outras tipologias, já que um dos objetivos é penetrar no universo de representações sociais construído por parte do elemento estrangeiro recém-chegado ao Brasil. Ao mesmo tempo, deve-se chamar atenção para o fato de fazer-se uso de fontes documentais referentes ao deslocamento de trabalhadores estrangeiros para os trópicos, mas não especificamente para a Província do Espírito Santo, permitindo a ampliação do leque de informações

¹ Organismo administrativo ligado ao governo provincial e que tinha como uma de suas funções coordenar o processo de instalação dos imigrantes nas áreas dos núcleos coloniais.

acerca do tema abordado e uma maior possibilidade de confrontação das diferentes experiências.

Além da fonte documental escrita, este estudo também procurou, mesmo que com menor intensidade, analisar algumas fotografias, tiradas na segunda metade do século XIX, de diferentes colônias e núcleos de imigrantes instalados no sul e sudeste do Brasil.

A utilização de fotografias como fontes de pesquisa para o historiador deve passar pelo crivo da crítica documental a fim de que, para além de peças meramente ilustrativas, seja possível colocá-las no conjunto do trabalho de pesquisa como pertinentes fontes de informações que subsidiem a resolução do questionamento proposto na fase inicial de construção da investigação. Tal procedimento metodológico permite que o observador, por meio de uma operação hermenêutica, perscrute os interesses envolvidos quando do processo de **registro da imagem**, as representações nelas contidas ou informações que os documentos escritos não permitam alcançar.

Esta investigação não passa ao largo desta constatação, já que tem a fotografia como uma de suas relevantes fontes de análise e apropria-se criticamente delas. Dessa maneira, como observa Eduardo França Paiva:

A iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. Nesse aspecto, ela é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais tem que ser explorada com muito cuidado (PAIVA, 2002, p. 17).

Paiva atenta para a acuidade que se deve ter em relação à utilização de imagens, visto que mais de uma vez elas foram e são tomadas acriticamente, sendo olhadas como a “verdade, porque estariam retratando fielmente uma época, um evento, um determinado costume ou uma certa paisagem”. Lília Schwarcz, em “As Barbas do Imperador”, também disserta acerca da incorporação da iconografia como material empírico do historiador:

Com efeito, já se foi o tempo em que os pesquisadores sociais acreditavam na exclusividade das fontes escritas. Chamada por J. Le Goff de “imperialismo dos documentos escritos”, essa tradição foi cedendo lugar a uma perspectiva que incorporou outros tipos de materiais, sobretudo iconográficos, porém reservando a estes um caráter decorativo e colado à estrutura explicativa. Como afirma Ginsburg, são demasiado freqüentes as articulações entre a obra de arte e

contexto postas em termos brutalmente simplificados. Muito mais difícil é, dessa maneira, a recuperação analítica da intrincada rede de relações que cada produto artístico contém, ou mesmo a intenção de buscar a lógica interna desse tipo de produção (SCHWARCZ, 1999, p. 32).

Assim sendo, é necessário um processo de (des)construção baseado na crítica interna e externa como se realiza com qualquer outra fonte de pesquisa, procedimento feito com os indícios imagéticos usados neste trabalho que, em sua maioria, se constituem em registros encomendados pelos dirigentes imperiais brasileiros a fotógrafos do século XIX que retrataram as colônias de imigrantes estrangeiros, tais como os realizados pelo francês **Victor Frond**².

Outro tipo de fonte do qual se faz uso são as cartas escritas pelos recém-chegados trabalhadores estrangeiros, que ora eram enviadas às autoridades responsáveis pela gerência do empreendimento colonizador, ora eram remetidas ao país de origem. A leitura destas missivas revela, por exemplo, a perspectiva dos colonos quanto ao futuro ou reclamações acerca das condições de instalação na localidade, existindo, por exemplo, abaixo-assinados pedindo a transferência para outra região; tal material traz indícios das concepções sobre as dificuldades encontradas, sendo de suma importância para o entendimento do universo mental do imigrante. Embora se constituam em potenciais fontes de informação deixadas pelo próprio estrangeiro, deve-se atentar para algumas características inerentes às epístolas quando de sua abordagem.

Em primeiro lugar, muitas correspondências não existem em sua versão original, tendo sido traduzidas na época de sua produção pelos diretores das colônias ou posteriormente já no século XX para que pudessem ser publicadas, havendo uma possível omissão de informações. Estes são os casos em que está enquadrado o material que se examinou por ocasião deste trabalho.

Ainda acerca das cartas, é preciso destacar que elas serviam de instrumento de auto-afirmação do sujeito emigrado junto à sua comunidade na Europa, sobretudo entre parentes e amigos (BORGES, 2002, p. 42), deixando

² No capítulo 4 desta dissertação o trabalho deste francês será apresentado mais detalhadamente.

margem para a transmissão de uma imagem idealizada acerca da realidade tropical.

Por último, é preciso salientar que havia a possibilidade de censura por parte dos dirigentes das colônias ou dos fazendeiros empregadores da mão-de-obra estrangeira, no sentido de impedir que uma má impressão fosse transmitida à população européia prestes a emigrar ou aos dirigentes estatais.

A despeito das limitações apontadas, com relação ao estudo das cartas, Débora Bendochi Alves se posiciona da seguinte maneira:

O que deveríamos levar em conta não é se as missivas eram ou não fontes fidedignas, mas sim que são documentos que, como os demais, devem ser tratados criticamente e que, em geral, acusam um alto grau de veracidade subjetiva, isto é, descrevem experiências individuais que estão ligadas à personalidade do escritor da carta, do seu grau de escolarização, do seu nível social e da vivência que teve em seu novo habitat (ALVES, 2003, p. 164).

Já os relatos construídos por viajantes europeus fornecem subsídios para se compreender o que o estrangeiro que estava de passagem pelo Brasil pensava das condições de seus conterrâneos. Esses trabalhos expõem uma visão geral do quadro existente nos estabelecimentos de imigrantes, podendo e devendo ser confrontados com outros testemunhos, constituindo-se, destarte, em documentos fundamentais para o entendimento daquela realidade. Segundo Miriam Moreira Leite:

(...) a percepção das condições de vida social do local visitado tende a aglutinar-se às demais informações e observações sobre a natureza e o trabalho, até chegar a uma apresentação global das condições de vida da população visitada (...) (LEITE, 1993, p. 18).

O registro deixado pelo viajante suíço Johann Tschudi (TSCHUDI, 2004) foi largamente abordado neste trabalho, na medida em que possibilitou o cruzamento de informações e, ao mesmo tempo, permitiu que o pensamento acerca dos problemas de saúde de um europeu letrado fosse colocado à luz de problematização, onde se investigou os referenciais representativos que fundamentaram o discurso do viajante.

A reconstituição das condições de saúde dos colonos da região de Santa Leopoldina foi realizada a partir do exame de uma gama ampla de fontes, sendo

os registros da enfermaria a principal base para esse exercício, já que forneceram dados acerca da frequência das “morbidades” mais recorrentes, da idade, origem e tempo de permanência do paciente no estabelecimento médico. Era comum, também, o diretor da colônia se dirigir, por exemplo, ao chefe do Serviço de Terras Públicas e Colonização, reportando a situação epidemiológica da localidade, como pode ser verificado no trecho do documento seguinte:

A Bernardo Augusto Nascente de Azambuja, Inspetor Geral de Terras Públicas e Colonização (...)

[Acerca do] Serviço Médico

O serviço médico está a cargo do Doutor Domingos Gomes Barroso. Durante o primeiro trimestre deste ano foram medicados 1.462 doentes em seus domicílios.

Na enfermaria do Porto de Cachoeiro o movimento foi o seguinte: Entraram – 107; Saíram curados – 104; Faleceram – 3 (...)³.

A análise de documentos como esse foi realizada observando os limites do material disponível. Um obstáculo inicial diz respeito ao tamanho reduzido da série a que se teve acesso, já que foram tabuladas informações referentes a quatro anos de atuação médica na região, perfazendo um universo de aproximadamente 810 registros, fato que impede a colocação de afirmações de largo âmbito no que tange à persistência de certas enfermidades, isto é, seu caráter de surto, epidemia ou endemia.

É preciso chamar atenção, ainda, para os procedimentos da medicina do século XIX, os quais fundamentam os diagnósticos registrados na documentação. A prática médica oitocentista baseava-se apenas nos sintomas apresentados pelo doente, não existindo nenhum exame mais profundo da situação que pudesse comprovar e trazer à luz o verdadeiro quadro clínico, característica que pode esconder a verdadeira situação ou apresentar dados pouco confiáveis podendo comprometer a análise, confirmando aquilo que Revel já identificara:

Nos arquivos médicos ou administrativos, até a reformulação da linguagem que constitui e continua a clínica, a incerteza é a lei. Essa incerteza nasce, claro, de um discurso médico compósito e quase sempre polissêmico, provém, também, da desordem efetiva da morbidade, como da percepção absolutamente diferente que se teve e transmitiu aos homens do tempo. Todo diagnóstico retrospectivo exige, pois, uma tradução que não é um simples sistema de equivalência, mas a reorganização do arquivo segundo um outro código (REVEL, 1995, p. 142-143).

³ Fundo Governadoria – Série Correspondências Recebidas – Livro 57, 30 jun. 1876.

A precariedade das práticas médicas no período abarcado pela pesquisa faz observar a possibilidade de grande parte dos doentes também não se dirigirem à enfermagem e, portanto, de não serem incorporados aos registros médicos, o que diminui sensivelmente o universo de análise.

Vale salientar, ainda, o uso de relatórios dos presidentes provinciais como fontes de informação para a realização do trabalho. Esta documentação, cujos originais também se encontram sob custódia do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, permite que o pesquisador descortine parte da realidade econômica e demográfica da Província, bem como aspectos pontuais referentes às particularidades de cada núcleo colonial. Os presidentes relatavam aos membros da Assembléia Legislativa Provincial os dados acerca do tamanho da população das vilas e núcleos coloniais, a produção agropecuária e o número de imigrantes aportados, por exemplo. Nesse caso o alerta deve ser feito em relação aos métodos utilizados na construção dos relatórios pelas autoridades, tendo em vista o fato de naquele momento praticamente inexistir no Brasil uma prática censitária bem disseminada, já que os dados existentes nos relatórios eram registrados tendo por base as respostas aos chamados inquéritos provinciais, os quais, por seu turno, eram estimativas ancoradas no conhecimento que autoridades locais como párocos, vereadores e delegados possuíam da realidade política e econômico-social (RODARTE et al., 2003).

Esses adendos são importantes e mostram a necessidade de crítica, mas não invalidam o uso das fontes, colocando-as como vestígios do acontecido e não como testemunhos “verdadeiros”, apresentando, também, a necessidade de se ampliar o foco de visão recorrendo a outros testemunhos – que também devem ser avaliados – como os relatos de viajantes e outros documentos de natureza administrativa.

3. O BRASIL MONÁRQUICO E AS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO

Durante os oitocentos, passados três séculos de uma intensa exploração econômica baseada na utilização da mão-de-obra compulsória, os grandes proprietários de terra brasileiros depararam-se com um problema que, se não fosse solucionado, poderia colocar em xeque a reprodução das atividades existentes, qual seja, a busca de uma alternativa viável para a substituição do trabalho escravo, sobretudo nas lavouras cafeeiras disseminadas pelo território desde o limiar do século XIX. Esta questão, colocada inicialmente com a proibição do tráfico negreiro na década de 1830, ganhou maior relevância com o gradual acréscimo do preço do elemento escravo, com a ascensão de idéias abolicionistas, bem como com o aumento da resistência escrava. Recorrer-se-ia à “importação” da mão-de-obra, principalmente européia, como saída para o obstáculo que se avizinhava.

(...) o freio imposto à entrada de africanos devia ser acompanhado de medidas estimulando a chegada de europeus. Desse modo, um alvará de 1818 aumentou em uma vez e meia as tarifas sobre a entrada de escravos africanos, reservando parte de tais rendas tributárias para a compra de ações do novo Banco do Brasil. Do rendimento das ações seria retirado o sustento do novo povoamento de colonos brancos (ALENCASTRO; RENAUX, 1998, p. 292).

O processo imigratório brasileiro do século XIX, para além da resolução do problema da força de trabalho, envolvia uma outra demanda fundamental: o projeto político da burocracia do Estado imperial e da intelectualidade brasileira

que objetivava, por exemplo, a ocupação de vazios demográficos e o branqueamento da população.

Diversos foram os debates entre os principais atores envolvidos com o tema da imigração no Brasil. As altercações ocorriam em torno de qual deveria ser o rumo dado pelo Estado Imperial em relação à política imigratória. Existiam duas correntes principais que defendiam seus argumentos referenciadas em distintas aspirações:

Resumindo os interesses em jogo, podem-se definir as diferentes correntes que se enfrentavam na imprensa e no parlamento no terreno da política imigrantista (...).

Determinados a consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação, os fazendeiros e o grande comércio buscavam angariar proletários de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para substituir, nas fazendas, os escravos mortos, fugidos e os que deixavam de vir da África. Preocupados, ao contrário, com o mapa social e cultural do país, a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de ‘civilização’, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país (ALENCASTRO; RENAUX, 1998, p. 293).

Embora de forma incompleta, no decorrer do século XIX, o fluxo dos imigrantes para o Brasil acabaria por satisfazer as duas posições. Num primeiro momento houve a fundação de vários núcleos coloniais espalhados por províncias como a do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, posteriormente ocorreram entradas maciças de estrangeiros em fazendas localizadas em São Paulo, por exemplo.

Da junção de necessidades econômicas e políticas foi levado ao plano prático um programa imigratório que teve diferentes formatos no decorrer dos anos e que adentrou o período republicano, impondo grandes transformações na sociedade brasileira. Sobretudo na Europa, local de origem da maioria absoluta dos imigrantes, um intenso trabalho de propaganda foi realizado. Com a chegada dos estrangeiros ao Brasil, variaram as formas de organização de acordo com as necessidades de cada região, ora sendo enviados às fazendas já estabelecidas, ora sendo dirigidos aos núcleos coloniais criados pela iniciativa estatal.

O contingente de mão-de-obra europeu fora incentivado a emigrar para diferentes nações do continente americano. Características sócio-políticas e econômicas do contexto do “Velho Continente” naquele período, como guerras,

fragmentação da pequena propriedade camponesa e a abundância de mão-de-obra nos centros urbanos contribuíram para que parte de seus habitantes se dirigisse a outros continentes.

3.1. O privado e o público no caminho do imigrante

As primeiras iniciativas com o escopo de trazer indivíduos não pertencentes aos territórios sob a égide do Império Luso ao Brasil remontam à Regência Joanina, quando no ano de 1818 decidiu-se fundar uma colônia de imigrantes suíços em Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro. A partir deste marco, tal processo se intensificou, sofrendo ao longo do século XIX variações quanto aos seus objetivos e seu modo de viabilização.

Embora a documentação relativa à imigração se refira a todo tipo de estrangeiro que se radicava no Brasil como sendo um colono e o seu lugar de estabelecimento como colônias, para que se possa entender melhor as diferentes possibilidades de relação dos indivíduos migrantes com os quadros naturais – em particular quanto às dificuldades de ajustamento –, faz-se necessário uma abordagem mais restrita dos termos. Nesse sentido, Celso Furtado distingue o imigrante que era recrutado nas fazendas, isto é, em propriedades normalmente produtoras de café estabelecidas há vários anos, do imigrante componente do processo de colonização que se constituía num “sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos” (FURTADO, 1982), iniciativas distintas a começar por seus fundamentos. No primeiro caso o foco de interesse era a oferta de mão-de-obra e no segundo o preenchimento de vazios demográficos.

Os empreendimentos particulares foram orientados por dois objetivos básicos de caráter econômico por parte dos grandes proprietários de terra, isto é, a expansão das empresas cafeicultoras e a substituição dos plantéis de escravos que gradualmente envelheciam. Uma ruptura fundamental na estrutura de oferecimento da força de trabalho determinou tais interesses, a partir da crescente repressão ao tráfico negreiro, que tornava escasso o montante de escravos

disponíveis no mercado e, conseqüentemente, cada vez mais inviáveis as iniciativas apoiadas no escravismo.

Foi nesse contexto que proprietários, como Nicolau de Campos Vergueiro e Caetano Dias da Silva, experimentaram a “importação” de contingentes de trabalhadores livres, utilizando, para tanto, diferentes sistemáticas.

Vergueiro, proprietário da fazenda Ibicaba no interior paulista, a partir de uma subvenção estatal concedida sem cobrança de juros, trouxe trabalhadores suíços a fim de suprir a carência de escravos em sua empresa. De acordo com seu sistema de organização, o imigrante recebia subsídios para a sua transferência, bem como para o momento inicial de estabelecimento na localidade em que se radicava. Todos os recursos aplicados em tal procedimento entravam como adiantamento para o trabalhador estrangeiro, o qual por meio do produto auferido em seu trabalho se comprometia contratualmente a pagar a dívida sob uma taxa de juros que variava entre 6% e 12%. As atividades do trabalhador constituíam-se em manter certa parcela do cafezal limpa e fazer a colheita. Poderia, ainda, no interior das lavouras cafeeiras, conjugar culturas para o seu consumo. O imigrante estava obrigado a comunicar qualquer intenção de abandonar o estabelecimento, podendo fazê-lo apenas quando quitasse todos os seus compromissos (ALVIM, 1998).

O “sistema Vergueiro”, também denominado “sistema de parceria”, como fora concebido no interior paulista encontrou sérios obstáculos, quer no que diz respeito à perspectiva dos proprietários, quer quanto à situação dos colonos. Para os fazendeiros, o sistema que inicialmente se mostrara rentável, ao longo dos anos revelou suas falhas. A baixa produtividade dos estrangeiros – em comparação com o desempenho do braço escravo –, o não pagamento das dívidas e o abandono prematuro, se configuraram como os principais entraves, acarretando sérios prejuízos econômicos. Restou a proprietários como Vergueiro insistirem durante alguns anos em empregar o sistema escravista e só no ocaso do século XIX a mão-de-obra livre seria utilizada com maior freqüência por meio da parceria ou do assalariamento. Por outra via, foram constantes as reclamações

dos colonos, os quais na maioria das vezes não conseguiam sua independência, visto que as dívidas após a chegada tendiam sempre a crescer. Assim, o imigrante ficava preso à fazenda por conta das dívidas e sem uma perspectiva de melhora da situação. A relação entre fazendeiros e imigrantes, conseqüentemente, não se daria sem tensões e o próprio Vergueiro – pioneiro na implantação do sistema – veria em Ibicaba um levante de grande repercussão comandado por imigrantes suíços.

É interessante notar o desenrolar da questão do financiamento dado ao sistema de parceria, que se encontrava totalmente dependente do apoio de recursos advindos dos cofres públicos e era fundamental para a manutenção do referido sistema. No caso de São Paulo, por exemplo, só uma efetiva adoção da parceria como relação de trabalho entre fazendeiros e imigrantes a partir do momento em que o Estado passou a assumir o valor das despesas com a vinda de colonos. Dessa forma, se em 1870 os colonos eram obrigados a restituir totalmente os fazendeiros, em 1881 o governo passou a arcar com metade das despesas do transporte e instalação do imigrante, passando em 1884 a assumir o valor integral da despesa (COSTA, 1998).

No caso de empreendimentos organizados por sociedades particulares para explorar regiões incultas, como o de Caetano Dias da Silva – proprietário de terras capixaba que deu início à exploração da colônia de Rio Novo –, os estrangeiros eram estabelecidos na propriedade, recebendo uma parcela de terra que ficava sendo de sua posse perpétua, bem como os recursos iniciais para a sobrevivência. Em troca, periodicamente, deveriam vincular parte de sua produção aos cofres da organização e esta, por sua vez, firmava contrato com Estado para receber uma determinada quantia para cada imigrante recrutado – em torno de duzentos mil réis –, fato que tornava o negócio bastante rentável na perspectiva dos empreendedores. O grande entrave desse sistema foi, também, a falta de perspectiva dos colonos, os quais além da contração de dívidas, geralmente não recebiam todos os auxílios previstos e encontravam dificuldades imensas, tendo em vista o fato de terem que iniciar sozinhos a exploração das terras recebidas, ao contrário dos imigrantes direcionados para as fazendas com

produção econômica consolidada. Assim, a empresa de Caetano Dias, por exemplo, em alguns anos passaria ao controle estatal.

Uma outra face do processo de promoção da imigração para o Brasil durante o século XIX diz respeito às iniciativas estatais de organização de núcleos coloniais. Essas tinham o fito de preencher vazios demográficos, solucionando com isso o problema de se possuir territórios quase desertos, ao mesmo tempo em que se pretendia fomentar atividades econômicas que fortaleceriam o abastecimento de centros voltados quase exclusivamente para a exportação, além de criar novas fontes de renda pública (MARTINS, 1986, p. 13).

Esse tipo de viabilização de imigração foi levado ao plano prático em províncias como o Espírito Santo e Santa Catarina, por exemplo, que não conheciam um nível de ocupação de seu território semelhante ao de São Paulo, embora nesta província a criação de núcleos públicos também tenha sido tentada, mas sem êxito. As colônias públicas eram instaladas em locais ermos muitas vezes chamados de “sertões”, categoria genérica utilizada para designar espaços geográficos pouco conhecidos, habitados por índios, mas estrategicamente importantes para a expansão das atividades agropecuárias ou para a defesa de fronteiras geopolíticas. O imigrante numa fase inicial se dedicava a atividades de cunho público, como a abertura de estradas e construção de pontes; posteriormente recebia uma pequena parcela de terras que deveria ser ocupada com as atividades agrícolas para que pudesse quitar as dívidas contraídas com o Estado, que havia financiado sua viagem e seu estabelecimento.

Quanto aos estabelecimentos de natureza pública, o isolamento e as dificuldades de ajustamento aos quadros naturais, somados à carência de verbas para o transporte até os núcleos e assentamento dos indivíduos, à descentralização da administração da política imigratória, que causava uma deficiência no gerenciamento e a carência de infra-estrutura podem ser apontados como os principais obstáculos ao sucesso dos empreendimentos (ALVIM, 1998); mesmo assim com o passar dos anos algumas colônias prosperaram, chegando a

contribuir em larga escala na movimentação econômica de algumas províncias, caso dos estabelecimentos localizados no Espírito Santo.

Em relação às duas formas de inserção dos imigrantes nas terras brasileiras, uma confrontação ainda pode ser colocada. Os imigrantes destinados diretamente às fazendas – devido ao interesse dos grandes proprietários por sua força de trabalho – apesar de passarem também por um período de ajustamento, talvez conhecessem menos dificuldades, possuindo um “conforto” mais imediato, tendo, porém, menos possibilidades de aproximar a paisagem da sua realidade de origem; os imigrantes estabelecidos nas colônias, ao contrário, enfrentavam graves entraves iniciais por ter que explorar uma área desconhecida, dotados de um mínimo de auxílio, mas por outro lado tinham a liberdade de moldar a paisagem de acordo com seus anseios. Este fato é de fundamental importância para o presente estudo, já que a colônia de Santa Leopoldina se constituía num estabelecimento público localizado numa área de fronteira agrícola.

3.2. Construindo cenários ambientais: a propaganda e o incentivo à emigração

No decorrer do século XIX e início do século XX, a Europa tornou-se um pólo de repulsão populacional, passando a fornecer um amplo contingente humano, sobretudo, para regiões do continente americano e da Oceania. A eclosão de tal processo se deu, principalmente, pela junção de conseqüências advindas de crises econômicas, crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico e o conseqüente empobrecimento dos grupos sociais menos abastados; calcula-se que cerca de 60 milhões de indivíduos emigraram do continente europeu entre 1815 e 1920 (SANTOS, 2004, p. 20).

Obviamente a emigração de indivíduos se dava também por características específicas regionais, porém havia fatores comuns às diferentes localidades que ajudam a elucidar as causas da emigração de maneira mais ampla.

A partir dos anos de 1870, por exemplo, período em que a vinda de imigrantes para o Brasil já era intensa, a longa fase de queda dos preços, dada pela baixa nos custos com o transporte, fez a lucratividade da agricultura européia declinar: para se ter idéia, em 1894, o preço do trigo estava muito próximo do que fora em 1867. Tal situação teve reflexos drásticos para a enorme população envolvida com as atividades agropecuárias. As medidas estatais tomadas pelos Estados nacionais variaram; alguns, como a Grã-Bretanha, investiram no setor industrial deixando a sua agricultura se reduzir, outros interferiram diretamente na economia a fim de manter os preços elevados, mas na maioria uma consequência fugiu ao controle do Estado: a emigração (HOBSBAWN, 1988).

Por outro lado, a fragmentação da pequena propriedade camponesa e a falta de terras para ocupação colocava uma ampla parcela da população frente a um dilema, tendo em vista a escassez de espaços agricultáveis em regiões rurais. As urbes industrializadas já não apresentavam uma grande demanda por mão-de-obra; assim, segundo Eric Hobsbawn:

(...) a agricultura não-modernizada das regiões atrasadas já não podia oferecer terra suficiente a futuros camponeses, que se multiplicavam nas aldeias. O que a maioria deles almejava, ao emigrar, decerto não era terminar a vida como trabalhadores. Eles queriam “fazer a América” (ou o país para onde fossem) na esperança de ganhar o suficiente, após alguns anos, para comprar uma propriedade ou uma casa e, como pessoas de posses, adquirir o respeito dos vizinhos, em alguma aldeia siciliana, polonesa ou grega (HOBSBAWN, 1988, p. 53).

Dessa maneira, a emigração se apresentava como uma grande alternativa para os camponeses europeus, sendo que poucos retornariam nas condições apontadas por Hobsbawn.

A construção de imagens acerca do “Novo Mundo” não era um fenômeno novo, desde o final do século XV a América já exercia um fascínio e uma atração aos olhos dos europeus, sentimentos que se traduziram em textos e gravuras. O continente americano era visto como uma “Terra Sem Mal” (HOLANDA, 2000), havia uma antiga disposição em descobrir e explorar o “novo”, durante o século XIX o papel que a propaganda estatal e particular teve

foi o de estimular ainda mais tais vontades, num momento sobremaneira desesperador para a população pobre.

O cenário do “Velho Continente” era propício para a disseminação de uma propaganda que objetivava o recrutamento de mão-de-obra. Agentes enviados ao território europeu ajudavam a divulgar um Brasil retratado em panfletos e fotos publicados em jornais, revistas, livros ou em locais públicos. No caso da propaganda brasileira havia uma forte ênfase em aspectos relativos ao quadro natural, demonstrando-se aspectos positivos com intuito de atrair os imigrantes. Todavia, os estrangeiros não aceitariam passivamente as criações propagandísticas, colonos letrados e viajantes enviados pelos dirigentes dos Estados Nacionais, por exemplo, deixaram suas impressões registradas em escritos onde denunciavam a propaganda “enganosa”.

O já citado proprietário de terras na região de Rio Novo, Caetano Dias da Silva – quando do início de seu empreendimento – mandou publicar na Alemanha uma brochura na qual descrevia as condições que seriam oferecidas aos estrangeiros em suas terras. O que chama atenção primeiramente no texto elaborado por Silva, no que tange ao discurso criado quanto aos aspectos físicos das terras brasileiras, são as condições da área que seria vendida aos colonos, cerca de “40 a 50.000 braças quadradas”. Pela realidade territorial da Província do Espírito Santo, com um amplo *hinterland* a ser ocupado, as dimensões não eram exageradas, mas pela quantidade de terras indicadas no panfleto que supostamente encontravam-se desmatadas e disponíveis para a instalação das lides agrícolas, “10 a 20.000 braças quadradas do total”.

Cada família, ao chegar ou no menor prazo possível, receberá um pedaço de 40 a 50.000 braças quadradas com o qual permanecerá na condição de propriedade perpétua em troca de uma pequena contribuição.

Nesta concessão de terras para uma família, um trecho de 10 a 20.000 braças quadradas está desmatado, pois sabemos que este trabalho seria muito difícil para o recém-chegado (TSCHUDI, 2004, p. 54).

Note-se que o autor, um “nativo”, percebia as dificuldades que a Mata Atlântica colocava para o desbravamento da região; contudo, tais condições não poderiam barrar os seus interesses e a ele importava transmitir confiança aos europeus acerca das condições naturais que seriam encontradas na América do

Sul. Ver-se-á no decorrer do capítulo, com a análise de textos de outra natureza, a perspectiva do estrangeiro, para os quais a realidade encontrada não condizia com o universo apresentado pelos autores de propagandas como a de Caetano Silva.

Além das condições supostamente propícias para o início dos trabalhos, o proprietário prometia a cada família “uma moradia confortável ao lado de ferramentas necessárias, bem como plantações de café, mandioca, batata e banana”, dentre outros produtos (TSCHUDI, 2004, p. 55).

Os cuidados com a alimentação também eram enfocados por parte dos propagandistas da imigração. No caso dos gêneros alimentícios dava-se ênfase aos produtos tropicais, como a mandioca e banana para a subsistência e o café, produto que poderia garantir a integração dos colonos ao mercado. Ainda aparece no texto de Caetano Dias uma referência a porcos e espécies de aves de criação, os quais também ficariam à disposição.

Também não ficavam de fora do discurso de propaganda do empreendimento de Caetano Dias da Silva os destaques à fertilidade do solo e aos lucros advindos dessa potencialidade, perceba-se o caso milho:

Uma família de quatro pessoas pode cultivar nas terras a ela destinadas dois alqueires de milho e colher em média 130 alqueires de um alqueire de sementeira, portanto, 270 alqueires, deste total ela utiliza 70 alqueires para consumo próprio, vende 200 alqueires a 1.600 réis, total: 320.000 réis (TSCHUDI, 2004, p. 55).

Um alqueire plantado poderia ser convertido em 135 alqueires colhidos, o que, supostamente, além de garantir um importante item da dieta dos colonos, representava uma possibilidade inicial para o acúmulo e reinvestimento das riquezas. O proprietário, porém, não apontava os meios aos quais os imigrantes deveriam recorrer para conseguir tal nível de produtividade, já que sua força de trabalho estaria apoiada exclusivamente na mão-de-obra familiar.

Pouco irá se acrescentar com um simples debate da veracidade ou não das afirmações colocadas na propaganda de Caetano Silva, importando, em primeiro lugar, demonstrar o que os diferentes atores envolvidos no processo de imigração aspiravam para, a partir daí, compreender com mais clareza os

fundamentos argumentativos de seus discursos. Assim, ver-se-á, por exemplo, que Dias era um proprietário de terras oitocentista, ao qual interessava fundamentalmente promover a exploração de suas terras, despendendo o mínimo de recursos com mão-de-obra. Àquela altura o escravismo paulatinamente tornava-se inviável devido às proibições ao tráfico negreiro, restando aos grandes proprietários a utilização de outros expedientes, como a propaganda sedutora para atrair a força de trabalho do “Velho Continente”. Ao mesmo tempo deve-se dar voz a outros sujeitos envolvidos no processo, trazendo à baila as opiniões de viajantes estrangeiros como Johann Tschudi, suíço que esteve no Espírito Santo e deixou relatório acerca da situação dos imigrantes.

Johann Jakob Von Tschudi fora enviado pelo governo suíço no início da década de 1860 às províncias brasileiras que naquele momento abrigavam imigrantes a fim de investigar, fiscalizar e propor mudanças nas condições de seus conterrâneos. Tschudi era diplomado em medicina, filosofia e ciências naturais, formação que lhe permitiu tecer diferentes considerações acerca do Brasil. Em sua obra “Viagens à América do Sul”, Tschudi reeditou informações publicadas no relatório de 1860, bem como ampliou o número de informações, sendo mais explícito e agressivo contra os dirigentes do processo de imigração para o Brasil. Acerca disso Gilda Rocha destacou: “(...) na Europa, escrevendo uma obra que não tinha mais conotação oficial nem diplomática, Tschudi se sentiu mais à vontade para expor com tintas mais carregadas tudo aquilo que havia observado⁴”.

Nesse sentido, acerca da obra de Tschudi, deve-se enfatizar em primeiro lugar o que ele registrou sobre a propaganda de recrutamento feita na Europa sobre as condições do território brasileiro.

“Fraudulento” e “inescrupuloso” foram alguns dos adjetivos usados pelo viajante suíço para descrever o programa de Caetano Dias. De maneira irônica o viajante critica, por exemplo, os custos do primeiro ano de instalação dos colonos no Brasil, os quais não estariam bem explicitados no folhetim. O suíço tenta

⁴ Gilda Rocha. Prefácio à tradução brasileira da obra “Viagem à Província do Espírito Santo” de autoria de Johann Jakob Von Tschudi utilizada neste trabalho.

refletir sobre as condições que supostamente seriam oferecidas pelo proprietário brasileiro e as reais condições encontradas e registra num primeiro momento:

Na realidade, o que eles encontraram de real em todas aquelas promessas? Ao invés das propriedades cultivadas e preparadas para morar, foram-lhes entregues pedaços de floresta virgem, das quais eles próprios tiveram de derrubar os primeiros troncos e construir os casebres (TSCHUDI, 2004, p. 105).

O cenário descrito pelo viajante toma direção totalmente oposta à de Caetano Silva; enfatiza-se a ausência de qualquer condição básica para a moradia e para a instalação das lides agrícolas e segundo Tschudi, sozinhos o colono deveria enfrentar as condições naturais, construindo inicialmente os “seus casebres” ao contrário das “moradias confortáveis” prometidas inicialmente.

As críticas de Tschudi não se resumiram à propaganda divulgada por Caetano Dias da Silva, mas tiveram como alvo todos aqueles que de alguma forma, em sua perspectiva, falseavam a realidade das colônias brasileiras de imigrantes ou dos territórios que poderiam ser destinadas à instalação das mesmas com o intuito de atrair indivíduos para o processo de emigração, fossem eles empreendedores particulares, caso de Caetano Silva, funcionários ou pessoas temporariamente contratadas pelo governo imperial.

Tschudi numa passagem de seu texto reflete sobre as condições solo da colônia de Santa Leopoldina: “Antes de se erguer uma nova colônia, deve-se responder racionalmente à pergunta: as condições do solo atendem às necessidades principais para assegurar o êxito de tal empreendimento?” (TSCHUDI, 2004, p. 65).

O suíço dirigia suas críticas principalmente às condições do solo que, segundo sua perspectiva, eram adversas, sendo um fator gerador de grande descontentamento entre os primeiros estrangeiros abrigados no núcleo colonial.

O fotógrafo francês Victor Frond e o governo imperial também sofreriam críticas na obra “Viagem à América do Sul”.

No ano de 1860 – mesmo ano da visita de Tschudi às colônias capixabas – o fotógrafo francês, a pedido do ministro do interior João Almeida Pereira Filho, registrou os estabelecimentos coloniais de Santa Isabel, Santa Leopoldina

e Rio Novo. Frond buscava um maior reconhecimento perante a corte, o que o levou a divulgar a região, seguindo o projeto político das autoridades imperiais.

Fron, o pioneiro no registro fotográfico da vida rural do Brasil, localizava sua câmera tal como um pintor que monta seu tripé e sua tela após estudar minuciosamente o melhor ângulo a ser retratado. As fotografias da Colônia Santa Isabel convencem pela sua composição e enquadramento, mostrando o panorama de uma colônia que fazia parte do imaginário das famílias camponesas depauperadas na Europa que desejavam emigrar: casas, lotes desmatados e bem cuidados, animais e plantações, elementos obrigatórios nas propagandas veiculadas pelos agenciadores e ‘mercadores de escravos brancos’ no velho continente⁵.

A primeira foto de Frond que chama atenção retrata um lote de colonos suíços em Santa Isabel (Figura 1). Nos flancos da fotografia podem ser identificadas áreas de floresta já desbastadas, no centro abrigos externos a uma venda com cavalos parados em sua porta e ao fundo uma habitação. No verso do documento o fotógrafo apontou a paisagem como sendo os “lotes e vendas dos colonos Carl Wicke e Jakob Gehardt em Santa Isabel”, frisando, ainda, que “sua Majestade, o Imperador, dormira nessa venda”. Certamente Frond escolhera naquele momento os ângulos que mais interessavam aos dirigentes imperiais. Demonstrava as posses dos colonos, tais como faixas de terra disponíveis para o cultivo, cavalos – bens incomuns entre camponeses europeus do século XIX (SANTOS, 2004, p. 116) e, por último, uma venda que tivera o privilégio de abrigar o imperador.

Na foto seguinte (Figura 2), ele enfatiza um estabelecimento de colonos na colônia Santa Isabel; nele existe uma faixa de terreno já desmatada, parte da floresta conservada no flanco direito e a habitação do imigrante ali residente. Chama atenção o fato do fotógrafo enquadrar o rio na foto, pois a possibilidade do mesmo ter pensado em demonstrar o manancial e seus recursos como uma potencial fonte de riquezas não deve ser descartada, isto é, ele pode ter operado no sentido de chamar a atenção de seu público alvo – os estrangeiros – para riqueza do território brasileiro.

⁵ Gilda Rocha. Comentários introdutórios à apresentação das fotografias de Victor Frond publicadas na tradução brasileira da obra “Viagem à Província do Espírito Santo” de autoria de Tschudi, p. 126.



Fonte: Tschudi (2004).

Figura 1 – Lotes e venda dos colonos Carl Wicke e Jacob Gehardt em Santa Isabel.



Foto 12 - Lote e habitação do colono Christoph Werner na colônia de Santa Isabel, Espírito Santo.

Fonte: Tschudi (2004).

Figura 2 – Casa de estrangeiros na Colônia de Santa Isabel.

O viajante suíço não pouparia críticas num primeiro momento aos superiores de Frond e citaria como fonte de financiamento da viagem os recursos do fundo reservado aos colonos, denunciando:

Enquanto os colonos em Santa Leopoldina definhavam com a miséria e a fome, o então ministro do interior, sr. João de Almeida Pereira Filho, encarregado também do Departamento Geral de Terras, concedeu a um fotógrafo francês, um certo Victor Frond, muitos milhares de táleres do fundo reservado aos colonos para fotografar as colônias da Província do Espírito Santo! (TSCHUDI, 2004, p. 91).

Posteriormente, Tschudi analisaria as fotografias apreciadas “com satisfação no Rio de Janeiro”, criticando suas omissões, isto é, os pontos negativos do estabelecimento colonial, as inúmeras dificuldades encontradas e a ausência da figura dos próprios imigrantes nas fotografias.

Nas fotografias do local, vistas com tanta satisfação no Rio de Janeiro, certamente não apareciam aspectos sombrios, tão abundantes na colônia. Não se viam as figuras pálidas, inchadas, com olhos fundos, desanimadas, cambaleantes, muito menos os infelizes no duro leito de dor lutando contra a doença e a fome (...) (TSCHUDI, 2004, p. 92).

Em perspectiva díspar de Victor Frond, estava o alemão, residente no Brasil, Albert Richard Dietze. Este fotógrafo registrou a vivência dos imigrantes em terras capixabas por outros ângulos. Em suas fotos ele preocupa-se em focar diretamente a figura do sujeito que migra, aproximando suas lentes diretamente dos homens.

Na foto seguinte (Figura 3), ele focaliza a habitação e os colonos nela residentes em Santa Leopoldina. Dietze não possuía vínculos com o Estado Imperial, recebia gratificações dos colonos fotografados. Tal fato traz a necessidade de refletir sobre a fotografia como elemento de auto-afirmação, visto que elas também seriam enviadas para a Europa. Nessas imagens os estrangeiros possivelmente aparecem com as chamadas “roupas de domingo”, ou seja, seus melhores trajes, a casa é enquadrada, em certos registros também aparece a família reunida, com o intuito talvez de transmitir uma boa impressão, mostrando o sucesso e a sobrevivência nas terras tropicais.

Quanto aos colonos letrados, é possível identificar registros que também trazem críticas acerca da propaganda veiculada que tendia a idealizar uma imagem do Brasil, visando apenas a execução do objetivo inicial e primordial da política imigratória, qual seja, a atração da mão-de-obra européia.



Fonte: Vasquez (2000).

Figura 3 – Colonos em sua residência em Santa Leopoldina.

Na obra intitulada “Memórias de um Colono no Brasil (1850)”, Davatz (1980) tenta chamar atenção de seus conterrâneos suíços sobre as condições de emigração para os trópicos, em especial para o Brasil, assim ele irá apontar as suas principais impressões sobre a natureza brasileira de forma geral, dissertando acerca das condições climáticas, da agricultura, das plantas e dos animais, dentre outros aspectos. Ao mesmo tempo o imigrante suíço traça um quadro das condições de trabalho sob as quais o adventício europeu esteve colocado e que ele pôde testemunhar enquanto permaneceu na fazenda pertencente ao Senador Nicolau Campos Vergueiro em Rio Claro, interior paulista, além de narrar os fatos que culminaram com uma revolta de trabalhadores entre os meses de dezembro de 1856 e fevereiro de 1857.

A obra de Davatz é um libelo da causa, não apenas dos trabalhadores colocados sob o regime de parceria, como de todos os outros europeus que migraram para as regiões tropicais no decorrer do século XIX e que ao desembarcarem em seu destino se depararam com cenários naturais que nada ou pouco condiziam com o divulgado no “Velho Mundo” ou, ainda, eram inseridos em relações de trabalho subumanas, as quais estavam bem próximas do regime escravagista largamente praticado no Brasil. Foi com a intenção de advertir acerca das mazelas e desmistificar a visão de “paraíso” que era transmitida aos trabalhadores interessados em emigrar que Davatz lembrava:

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de imigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre... – tudo isso e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente (DAVATZ, 1980, p. 47-48).

Por meio da leitura deste trecho pode-se verificar a atuação da propaganda entre os habitantes europeus e o contexto no qual o processo de imigração estava envolto. De um lado o trabalhador em busca de uma ruptura em sua trajetória pessoal que lhe permitisse enriquecer, gozando de uma estabilidade financeira impossível de galgar na Europa, noutro o agente de emigração, por exemplo, que via naquele processo uma atividade rentável com amplas possibilidades de sucesso, tendo em vista as necessidades do público alvo.

Na seqüência Davatz refletia sobre a sua condição pessoal, localizando-se no contexto e avaliando a escolha procedida:

Eu próprio fui vítima, em dado momento, da febre de emigrar. Por longo tempo cogitei, mas sem resultado, em dirigir-me aos Estados Unidos da América do Norte. Por fim certas circunstâncias vieram facilitar uma colocação na província brasileira de São Paulo. Em companhia de numerosos outros emigrantes embarquei na primavera de 1855 para esta terra, mas não tardei em chegar às convicções que de tantos outros arrancaram aqueles lamentos (DAVATZ, 1980, p. 48).

Ao pensar o processo de emigração Davatz tenta reproduzir o que supostamente seria o pensamento de alguns colonos após a transferência, fazendo um paralelo com a escravidão:

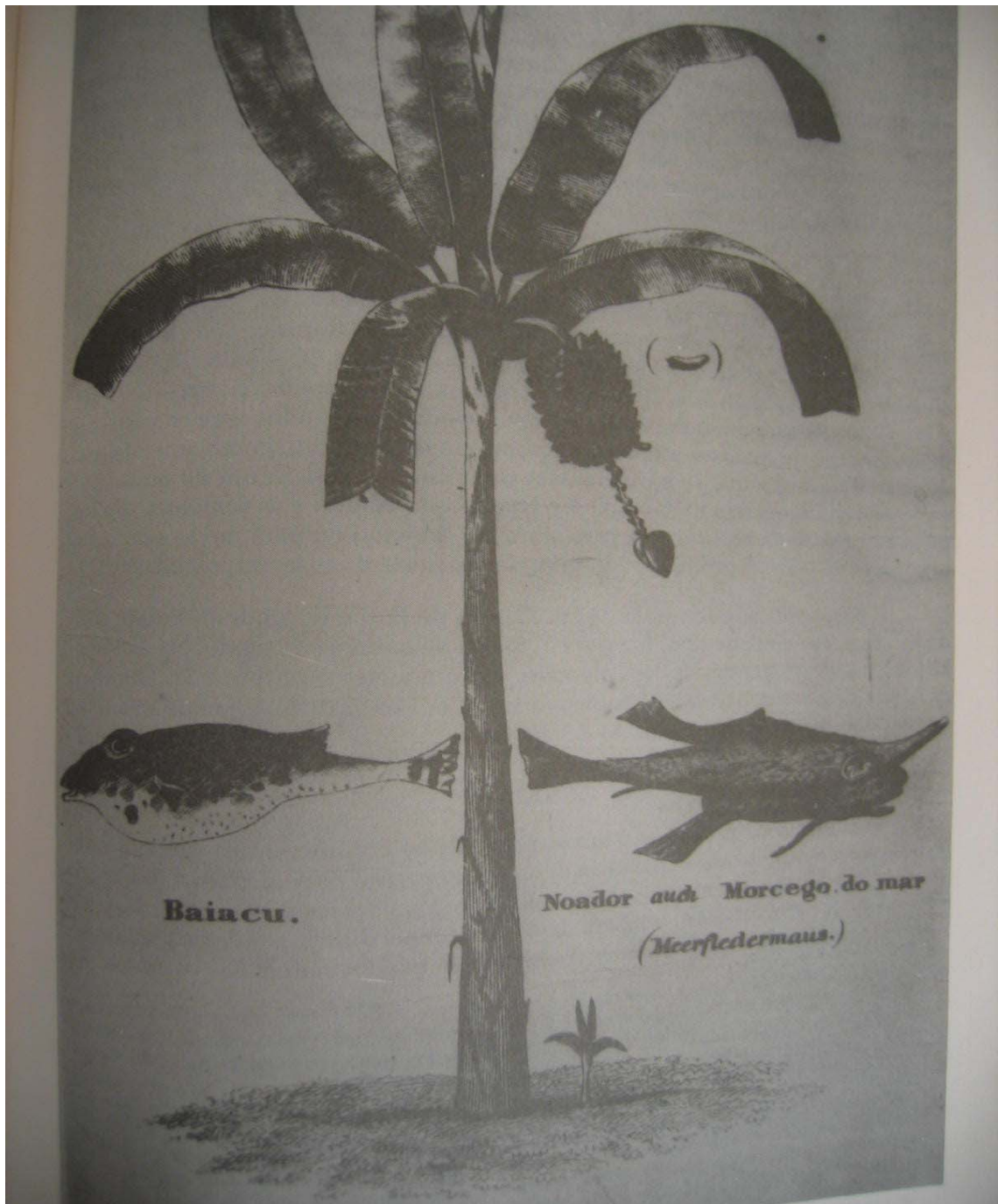
(...) ‘Desta vez estou perdido!’ O mais triste é quando se chega a descobrir isso, quando percebemos que uma nova escravidão nos submergiu e que dessa escravidão é mais difícil escapar-se do que à tradicional, que de há longa data jungiu os negros africanos (DAVATZ, 1980, p. 48).

Na conclusão de seu texto, Davatz descreve os fatos referentes ao levante dos colonos contra seus opressores, o que se constitui num testemunho importante acerca da não passividade do imigrante estrangeiro em relação à propaganda e às más condições de trabalho. A revolta iniciada pelos trabalhadores estrangeiros demonstra o ápice de um descontentamento em relação ao *status quo*, uma via de protesto, enfim, a tentativa de não permitir a continuidade de um processo em muito desfavorável ao elemento trabalhador. Em última instância, o adventício tinha voz e tentava de alguma maneira se expressar frente à realidade, contribuindo para que a história fosse modificada.

Outro estrangeiro que deixou testemunho acerca de seus anos de vivência no Brasil foi Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, alemão que participou da fundação da Colônia Dona Francisca na Província de Santa Catarina, a qual deu origem à atual cidade de Joinville. Sua obra foi publicada em Hamburgo no ano de 1853 e ganhou uma edição em português em 1992 (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992).

Em seu escrito o colono informava seus conterrâneos acerca do cenário brasileiro no que concerne à recepção de imigrantes, partindo, para tanto, de sua experiência individual no estabelecimento colonial. Mais uma vez apareciam as descrições sobre o meio natural dos trópicos e críticas em relação aos prospectos propagandísticos disseminados em território europeu.

Em relação a sua tentativa de objetivação e sistematização do conhecimento do quadro natural, nota-se a partir da análise de algumas de suas ilustrações, o desejo de apresentar e refletir sobre o Brasil que vivenciou. Na Figura 4, o autor retratava uma bananeira (*Musa paradisiaca*) e duas espécies de peixes da fauna brasileira, um identificado como sendo o Baiacu.



Fonte: Rodowicz-Oswiecimsky (1992, p. 75).

Figura 4 – Elementos da fauna e flora brasileiras.

Provavelmente o autor da obra almejava, neste momento, demonstrar uma potencial fonte de alimento, a banana, além de alertar para os cuidados que se deveria ter no contato com o Baiacu – peixe de carne venenosa, que dependendo da forma como é preparado pode levar seu consumidor a ter uma intoxicação seguida de óbito. Um terceiro elemento por ele identificado é o peixe “Morcego do mar”, cujo nome não se encontrou correspondente na literatura atual.

Ao narrar o dia da chegada de seu grupo ao local destinado para a instalação, Rodowicz-Oswiecimsky escreveu sobre o processo de propaganda. Embora seu texto não tenha o mesmo tom do escrito de Davatz, nota-se a sutileza da crítica procedida por seu autor, quando o mesmo revela o descontentamento e a decepção de parte dos imigrantes com o cenário encontrado no momento imediatamente posterior à chegada em terras tropicais, bem discordante do que lhes havia sido demonstrado nos folhetos.

Agora, entravam em ação canoas menores, que transportavam passageiros sobre pedras e baixios, enquanto os mais impacientes tentavam alcançar o local, por um péssimo caminho, a pé mesmo. Uns estavam aborrecidos com as más condições destas comunicações, outros, com a grande diferença entre a realidade e as lindas gravuras publicadas pela ‘*ILUSTRIERTE ZEITUNG*’ na Europa (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 30).

Ao prosseguir, o colono informa sobre a ansiedade dos colonos e da vontade de logo encontrar a tão sonhada “terra prometida”:

Com olhares perscrutadores e ansiosos, procuravam aquele lindo trapiche que viram nas publicações e as casinhas bonitas com floridos jardins. Mas, até onde a vista alcançava só viam tocos de árvores com capoeiras. Só bem distante viam umas casinhas de sapé e um péssimo caminho a conduzir até lá (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 30).

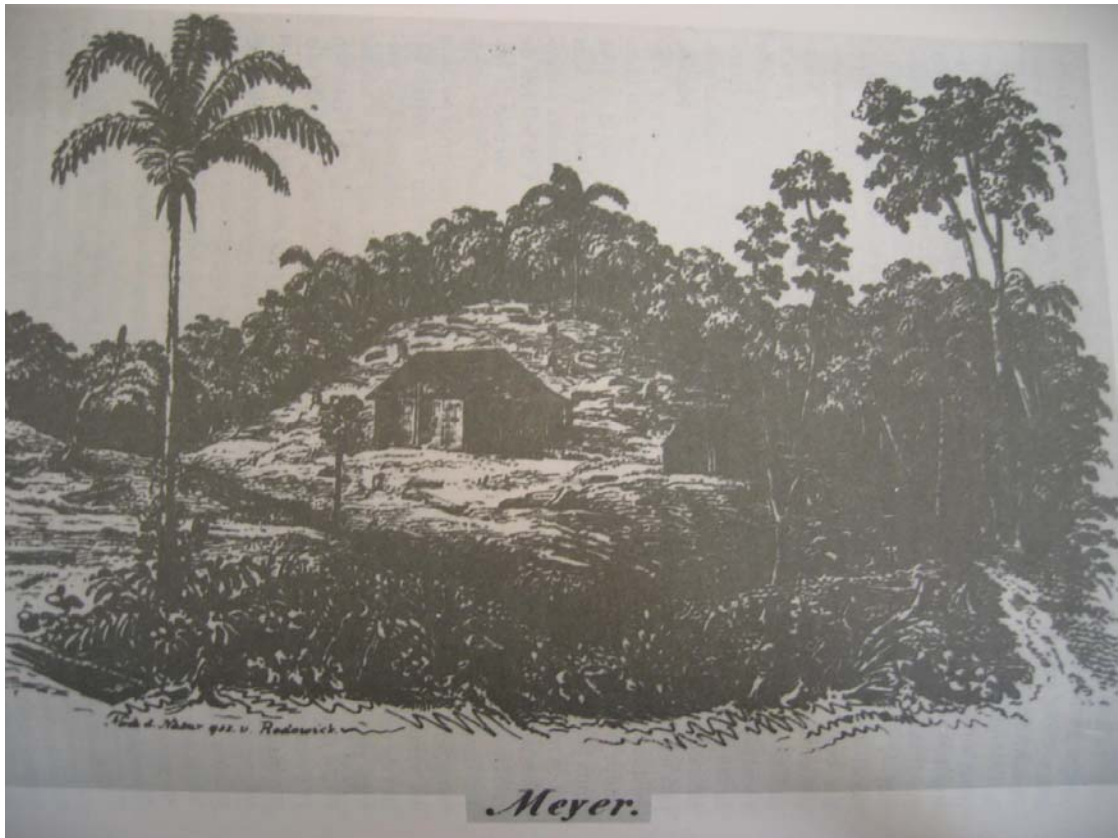
O autor abriria espaço em seu texto para ilustrações suas que registravam as supostas gravuras que mais de uma vez foram publicadas em Hamburgo e o que, em sua perspectiva era a realidade tropical encontrada pelos trabalhadores. Primeiro uma casa de madeira lembrando o estilo europeu dotada de um jardim frontal (Figura 5); posteriormente a casa de um colono já instalado no Brasil, de menor porte, colocada num terreno com uma mata fechada ao fundo. A confrontação colocada pelo autor do relato deixa evidenciado, mais uma vez, o

apelo dos elementos envolvidos com a imigração para a atração de mão-de-obra, idealizando o suposto quadro de recebimento do estrangeiro (Figura 6).



Fonte: Rodowicz-Oswiecimsky (1992, p. 27).

Figura 5 – Representação do estilo de casas supostamente existentes na Colônia Dona Francisca e divulgada na cidade de Hamburgo.



Fonte: Rodowicz-Oswiecimsky (1992, p. 64).

Figura 6 – Casa do colono alemão Meyer.

Ainda que tenha sido um procedimento sistemático a divulgação de uma imagem idealizada do Brasil na Europa, seguindo as aspirações da burocracia imperial e das elites agrárias, deve-se destacar, também, o papel dos relatos de familiares, acerca dos quais Davatz teceu observações e que, sob o ponto de vista da atração de novos trabalhadores, tiveram uma parcela significativa de responsabilidade no aumento gradual do fluxo de imigrantes para os trópicos. Em certos casos os parentes ou amigos já radicados chegavam a interceder junto ao Estado brasileiro para que seus conterrâneos recebessem passagens para embarcarem rumo ao Brasil, caso de Conrado Herbit que em janeiro de 1874 aparece em documento oficial como solicitante de passagens para que três de seus parentes se transferissem de Hamburgo para Santa Leopoldina (ES):

Acuso o recebimento do ofício de V. Exa de 5 do corrente, a que acompanhou o requerimento do colono Conrado Herbit, pedindo para seus parentes Jacob

Hasse, Cristóvão Herbit e João Conrado Ulbrich passagem do Porto de Hamburgo para essa província a fim de se estabelecerem na colônia de Santa Leopoldina e, em resolução, declaro a V.Ex. que nesta data dê ordem ao Cônsul Geral em Hamburgo para que àqueles pretendentes se adiante a importância das respectivas passagens⁶.

Quanto ao cenário criado por parentes e amigos, sobretudo por meio de cartas, João Baptista Pereira Borges afirma:

(...) Os depoimentos epistolares de parentes e amigos, ao que tudo indica, tendem a minimizar as dificuldades, as adversidades e, em contraposição, buscam supervalorizar os aspectos positivos, principalmente em termos de facilidades para o empreendimento econômico. Isto é expressão de um mecanismo de auto-afirmação, de que lança mão o imigrante, para testemunhar perante seus conterrâneos o êxito de sua emigração (...) (PEREIRA, 2002).

A propaganda veiculada na Europa para incentivar a emigração é de imensa relevância quando se estuda este processo. Nela é possível perceber, em primeiro lugar, os interesses que o permeavam, quais sejam, o do Estado brasileiro que em termos políticos necessitava ocupar áreas letárgicas ou habitadas por índios; o das elites proprietárias de terra que necessitavam manter ou expandir seus negócios e estavam pressionadas pelas idéias e ações abolicionistas; os interesses de profissionais como Victor Frond que buscavam reconhecimento; bem como as impressões de viajantes ou colonos letrados com relação à situação de seus conterrâneos, a qual se orientava ora pelo objetivo de fiscalizar, ora pelo sentimento de revolta. Por outro lado, é pertinente enfatizar o papel da propaganda para a construção das imagens iniciais que o imigrante possuía sobre a nova terra, eram essas imagens que lhe iriam fornecer uma aparelhagem mínima acerca da natureza antes do seu desembarque nos trópicos. Além disso, pode-se perceber uma tentativa de certos atores envolvidos, como os proprietários de terra e o Estado, em utilizar as supostas características positivas da natureza brasileira como um instrumento de convencimento, ao mesmo tempo em que a ação de imigrantes já radicados contribuía também como uma forte propaganda dos benefícios de emigrar.

⁶ Fundo Governadoria. Série Correspondências Recebidas. Livro 11, p. 240, 21 jan. 1874. Carta do Diretor da Colônia de Santa Leopoldina José Fernandes da Costa ao governo provincial.

4. O ESPÍRITO SANTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A imigração marcou o Espírito Santo no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico, vindo a contribuir para a expansão da fronteira agrícola da região a partir da segunda metade do século XIX. Todavia, há que se perguntar: em que cenário os imigrantes vieram ser inseridos e quais eram as características do contexto econômico e social da Província naquele momento?

No decorrer do período colonial, a Capitania do Espírito Santo – se observada sob o ponto de vista das grandes atividades econômicas – não teve grande relevância no cenário geral da América portuguesa, tendo possuído alguma expressão apenas durante o século XVI, quando sua economia esteve baseada na cultura canavieira e vários engenhos foram instalados na região, chegando a concentrar elevado número de escravos (ALMADA, 1984, p. 57). Nos séculos seguintes, contudo, um quadro de estagnação econômica perdurou, ficando a região quase abandonada, até que na segunda metade do século XIX o cultivo de café e os movimentos migratórios em direção à província vieram alavancar um surto de desenvolvimento. Dois pontos podem ser trazidos à baila para explicar o cenário da “capitania” durante os tempos coloniais.

A Coroa portuguesa agiu de maneira singular no que diz respeito à exploração da parte oeste do Espírito Santo, principalmente no período que se sucedeu à descoberta e início da exploração da região aurífera. Diante das

constantes ameaças de invasões de outros reinos europeus ao litoral capixaba, os dirigentes lusófonos tenderam a baixar medidas proibitivas com relação à abertura de frentes de expansão que de alguma maneira pudessem facilitar a chegada de intrusos na região mineira. Nesse sentido, tendo em vista sua extensa área de Mata Atlântica, coube à capitania o papel de obstáculo natural, mantendo durante três séculos seus pequenos povoados sempre na costa (OLIVEIRA, 1975, p. 171). O oeste da capitania passou a ser considerado “sertão proibido”.

Ao mesmo tempo em que a ocupação se reduziu a uma estreita faixa litorânea, a Companhia de Jesus manteve sob o seu domínio o monopólio das atividades econômicas existentes, controlando grande parcela da mão-de-obra, bem como das terras disponíveis no perímetro da área ocupada, o que acabou por impedir possíveis investimentos advindos da população leiga. Destarte, Muribeca ao sul, Araçatiba no atual município de Cariacica e Carapina, localizada ao norte de Vitória, foram grandes possessões jesuíticas que praticamente sozinhas eram as responsáveis pelo abastecimento da capitania (FERNANDES FILHO, 2000). Viajantes estrangeiros, como o Príncipe Maximiliano, se referiram às antigas posses jesuíticas quando de sua passagem pelo Espírito Santo no limiar do século XIX:

“(...) a fazenda de Muribeca pertenceu outrora ao lado de um trecho da região de nove léguas de comprimento, aos jesuítas, que fizeram (...) construções; é propriedade, agora, de quatro indivíduos associados (...)” (MAXIMILIANO, 1958, p. 126).

Saint-Hilaire, por sua vez, observou a estagnação no litoral, destacando que o território cultivado da Província possuía “somente uma faixa estreita que, termo médio, não [tinha], provavelmente, mais de 4 léguas de largura” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 29); ele ainda observava as condições naturais e os habitantes da hinterlândia a ser desbravada, isto é, a parte oeste que posteriormente seria em grande parte ocupada pelo colono estrangeiro, a qual era formada por “imensas florestas que se [confundiam] com as de Minas Gerais e [serviam] de asilo às tribos errantes dos botocudos, sempre em guerra com os portugueses” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 29).

O cenário só se transformou durante a segunda metade dos oitocentos; naquele momento a produção de café, embora jamais tenha chegado aos níveis do Oeste Paulista ou do Vale do Paraíba, atingiu patamares cada vez mais altos, permitindo ao Espírito Santo gozar de uma relevância bem maior no cenário geral, fato que foi possível, sobretudo, pelo fluxo dos seguintes movimentos migratórios em direção à província: o de trabalhadores livres europeus que levou ao plano prático a instalação de núcleos coloniais em áreas economicamente em estado letárgico, bem como os deslocamentos realizados por antigos habitantes das regiões auríferas de Minas Gerais e do norte fluminense, os quais em sua maioria foram se radicar nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana no sul capixaba, contribuindo para a conquista daquele espaço.

No que tange às variações do número de habitantes da província no período aqui discutido, tomando como base as indicações da documentação de caráter oficial como censos e relatórios governamentais, verifica-se o panorama descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – População da província do Espírito Santo

Ano	População
1824	35.352
1856	49.092
1870	70.597
1872	82.137
1890	135.997
1900	209.783

Fonte: Relatórios dos Presidentes Provinciais nos respectivos anos. Disponível em: <www.ape.es.gov.br/bibliotecadigital>. Acesso em: 15 out. 2005.

Em primeiro lugar cabe destacar o peso do povoamento dos vales dos rios supra – referidos no que diz respeito ao crescimento populacional. O termo da vila de Itapemirim, espaço político que representava tal região, abrigava em 1824 2.332 mil habitantes, passando a 8.443 em 1856 e 28.177 em 1872. Por outro lado, o termo da vila de Vitória - que recebera a partir da década de 1840 trabalhadores oriundos da Europa quando da fundação dos núcleos coloniais – teve sua população quase duplicada, visto que passara de 13.038 habitantes em 1824 para 24.459 em 1872. Entretanto, Vitória como centro político regional já possuía uma população bem maior em 1824, fato que – para a realidade capixaba do período – evidencia um *boom* populacional em Itapemirim, tendo o termo desta vila se constituído num grande pólo de atração populacional antes que o processo de entradas de estrangeiros fosse mais dinamizado. Deve-se frisar que os escravos representavam quase a metade da população, tendo o seu número gradualmente se ampliado até as vésperas da abolição principalmente na região do Itapemirim (ALMADA, 1984).

A economia sentiu, então, os efeitos do crescimento populacional com a instalação das lavouras cafeeiras, as quais passaram a ocupar boa parte dos vazios existentes no território provincial. O café superou o açúcar na pauta de exportações, figurando como principal atividade econômica do Espírito Santo até meados do século XX (Tabela 2).

Os números correspondem à saída de produtos através dos dois principais pontos de escoamento, Itapemirim e Vitória. Percebe-se, dessa maneira, que o café veio marcar a região; gradualmente o seu cultivo substituiu o açúcar, o qual, por sua vez, não havia sido capaz de estimular sozinho o povoamento.

Tabela 2 – Exportações dos principais produtos do Espírito Santo no século XIX

Ano	Cana-de-açúcar	Café
1845	210.000	40.000
1850	330.000	60.000
1855	50.000	120.000
1860	40.000	200.000
1865	45.000	350.000
1870	20.000	450.000

Fonte: Relatórios dos Presidentes Provinciais nos respectivos anos. Disponível em: <www.ape.es.gov.br/bibliotecadigital>. Acesso em: 17 out. 2005.

4.1. O processo de imigração para a província

A primeira iniciativa no sentido de se coordenar um povoamento com indivíduos originários de fora do perímetro da América Portuguesa em terras capixabas se deu em 1813 quando a Regência Joanina determinou que cinquenta famílias açorianas fossem enviadas à região do atual município de Viana. O processo foi interrompido e retomado trinta e quatro anos depois com a vinda de famílias alemãs e a fundação da colônia Santa Izabel em 1847.

Em meados do século XIX os presidentes da Província em seus relatórios ainda reclamavam do fraco desenvolvimento do Espírito Santo e mencionavam os vazios demográficos do território. Os representantes do poder público apontavam, então, a colonização das regiões vazias como a grande saída para a transformação do cenário capixaba. Quanto a isso, João Maurício Pereira Barros - presidente da província em relatório aos membros do poder legislativo datado de 13 de fevereiro de 1857 – apresentava o seu posicionamento, que pode ser verificado no trecho seguinte:

A colonização torna-se cada vez mais necessária nesta província; é ela que exclusivamente guarda a chave de ouro do seu futuro. Para tornar incontestável

esta verdade, basta lembrar que possuindo uma extensão de costas de 70 léguas, e a maior largura de 32 léguas no Rio Doce, tem apenas uma população de 48.913 almas, das quais 12 mil se compõe de escravos e, além disso, talvez seja a província do Império que oferece maior quantidade de terras devolutas⁷.

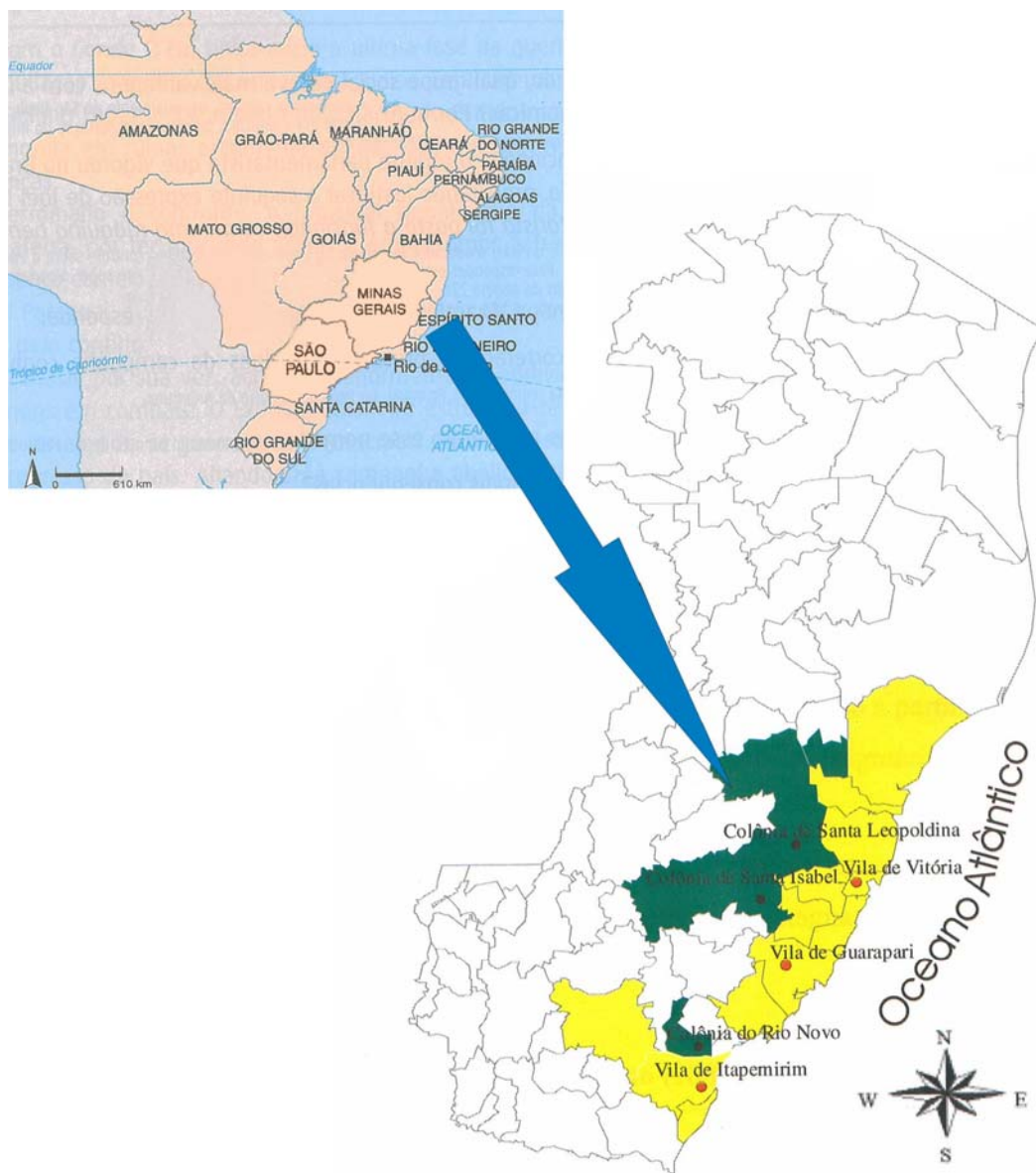
Guiadas por tais concepções as autoridades passaram a promover com maior intensidade o processo de imigração que fora iniciado em 1813, financiando a vinda e a instalação dos trabalhadores europeus.

O fluxo de imigrantes para o Espírito Santo pode ser dividido em três fases no intervalo temporal compreendido entre os anos de 1847 e 1896. Tais períodos se diferenciam pela forma de estabelecimento dos trabalhadores quando de sua chegada, quanto ao predomínio de certas nacionalidades e ainda pela frequência de entradas.

A primeira fase, que se iniciou em 1847, teve seu ocaso no ano de 1881; foi dirigida quase em sua totalidade pelo Estado, o qual organizou o empreendimento de maneira a ocupar as terras devolutas do território, incentivando, para tanto, a criação das colônias. Naquele momento, com exceção de Rio Novo, todas as outras empresas instaladas no Espírito Santo eram controladas pelo governo imperial por meio de diretores radicados nos estabelecimentos, os quais mantinham correspondência periódica com a presidência da província e com o Ministério do Interior (ROCHA, 2000).

Quatro colônias foram fundadas inicialmente; a primeira foi a de Santa Izabel, nas imediações da nascente do rio Jucú, em 1847; posteriormente, em 1855, a Colônia de Rio Novo foi estabelecida por iniciativa particular, passando ao controle do poder público anos depois; em 1856 foi fundada a colônia de Santa Leopoldina às margens do rio Santa Maria; por último em 1880 era criado o núcleo Castelo, que se constituía num prolongamento de Rio Novo rumo ao vale do Itapemirim (Figura 7).

⁷ Disponível em: <www.ape.es.gov.br/bibliotecadigital>. Acesso em: 20 out. 2005.



- Principais colônias fundadas entre 1847 e 1881.
- Regiões que receberam imigrantes em propriedades particulares a partir de 1888.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 7 – Destino dos diferentes fluxos de imigrantes para o Espírito Santo durante o século XIX.

Rio Novo teve o seu povoamento realizado por europeus originários de diferentes nações e chineses, todavia parte desta fase inicial de imigração foi marcada pelo predomínio de trabalhadores alemães instalados em Santa Isabel e no núcleo inicial de povoamento de Santa Leopoldina. Apesar do número inexpressivo, há registros da entrada de suíços de língua alemã, holandeses, luxemburgueses e belgas (SALETTTO, 1996).

Até o final da década de 1860 as entradas foram tímidas, havendo a partir dos anos 70 um claro aumento, pois naquele momento os imigrantes originários da Itália passaram a entrar em maior número (Tabela 3).

Tabela 3 – Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1847-1881)

Ano	N.º de imigrantes
1847	163
1857	382
1858	480
1859/60	700
1867	29
1868	71
1869	637
1872	557
1873	1.018
1874	386
1875	887
1876	3.073
1877	3.003
1878	1.056
1879	3.140
1880/81	1.072
Total	13.828

Fonte: Rocha (2000, p. 43).

A segunda etapa teve início no decênio de 1880, quando o processo de imigração sofreu uma queda drástica entrando numa fase de estagnação até as vésperas da abolição do regime escravista (Tabela 4).

Tabela 4 – Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1882-1887)

Ano	N.º de imigrantes
1882	222
1883	342
1884	33
1885	167
1886	190
1887	421
Total	1.375

Fonte: Rocha (2000, p. 44).

O abandono da política governamental de incentivo à criação de núcleos coloniais e a falta de interesse ou de recursos por parte dos fazendeiros na importação de mão-de-obra livre pode ser apontada como principal causa para o declínio verificado. O Estado deixara de oferecer vários incentivos para a formação das colônias, tentando direcionar o fluxo para as unidades produtivas pertencentes aos grandes produtores de café, as quais localizavam-se nas planícies próximas ao litoral, isto é, na região sul ou na parte central da província nas imediações da Vila de Vitória.

A terceira fase caracterizou-se pela instalação dos trabalhadores nas fazendas – por meio de parcerias firmadas entre o Estado e os grandes proprietários – sendo a que registrou o maior número de entradas, tendo acontecido no período imediatamente posterior ao fim da escravidão (Tabela 5).

Tabela 5 – Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1888-1896)

Ano	N.º de imigrantes
1888	4.279
1889	3.043
1890	414
1891	4.554
1892	521
1893	3.128
1894	3.927
1895	4.810
1896	3.230
Total	27.906

Fonte: Rocha (2000, p. 46).

Neste ínterim foi maciça a presença de imigrantes vindos do norte da Itália, entre 1891 e 1896, por exemplo, a parcela dos italianos que desembarcaram no Espírito Santo representava 80% do total de entradas (Tabela 6).

A crise do café ocorrida no final do século XIX impediu a continuidade da política de apoio ao desembarque de imigrantes na região, a partir daquele momento aconteceriam entradas esporádicas (SALETTI, 1997, p. 135). Apesar da trégua, o processo já havia deixado sua marca, sobretudo quanto ao incremento populacional, visto que a soma de todos os desembarques registrados até 1896 – 43.109 – equivalia a 31% dos 136 mil habitantes do estado em 1890.

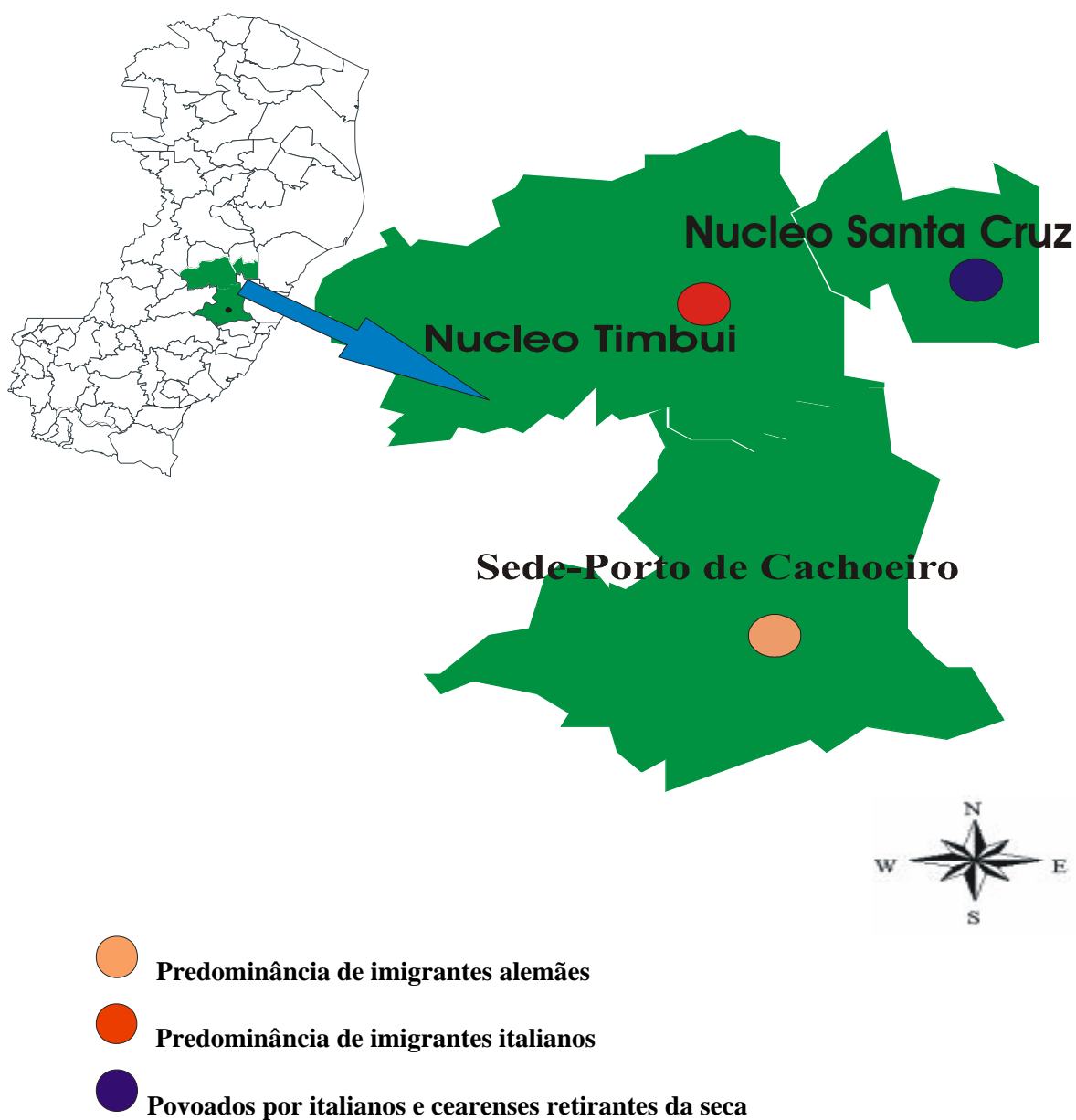
Tabela 6 – Entradas de imigrantes segundo a origem (1889-1901)

	Total	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Alemães	Austríacos	Suíços	Poloneses	Franceses	Outros
1889	2.877	1.805	992	57	9		10		3	1
1890	414	313	5	25	48	43		4	11	8
1891	4.416	4.060	94	48	47			119	3	2
1892	521	473	8	3				37		
1893	3.098	2.421	338	330	3				1	5
1894	3.927	3.225	28	665	7				1	1
1895	4.810	4.768	8	10	22				2	
1896	3.230	1.748	1.358	37	3			84		
1897	121	95				26				
1898	48	48								
1899	6									
1900	41	41								
1901	17									
Total	23.526	18.997	2.831	1.175	139	86	10	244	21	17

Fonte: Saletto (1997, p. 135).

4.2. A Colônia de Santa Leopoldina: geografia, população e economia

O estabelecimento colonial de Santa Leopoldina, após sua fundação em 1856, ficou vinculado politicamente ao termo da câmara da Vila de Vitória, capital da província, assim permanecendo até 1883. Sua área de abrangência era ampla e abarcava terrenos localizados não só na região serrana como, descendo rumo ao litoral, até as áreas de baixadas mais próximas do oceano Atlântico. A colônia se dividia em três núcleos principais, a sede localizada próxima ao Porto de Cachoeiro, o Timbuí e o núcleo Santa Cruz, mais distante da sede e localizado próximo à região litorânea. A Figura 8 apresenta uma visualização da colônia de Santa Leopoldina no território do Espírito Santo, bem como a posição de seus núcleos de povoamento em relação à sede.



Fonte: Construído a partir dos mapas disponibilizados pelo Departamento de Estradas e Rodagens do Espírito Santo.

Figura 8 – A Colônia de Santa Leopoldina e seus núcleos.

A colônia estava localizada próxima ao leito dos rios Santa Maria e Timbuí, tendo os núcleos se desenvolvido nos arredores dos leitos desses mananciais e dos seus pequenos afluentes.

Quanto ao relevo, a região se encontra entre vales e grandes montanhas, formações típicas das regiões serranas brasileiras próximas ao litoral, possuindo uma configuração bastante acidentada, início dos “setores dos mares de morros” (AB’SÁBER, 2003, p. 17).

No que concerne às condições do solo, ao visitar a região em 1860 Tschudi observou suas peculiaridades:

O solo é em grande parte arenoso e quartzoso; a terra vegetal não tem, em média, mais que duas a três polegadas de profundidade e nem mesmo se compõe de húmus puro, mas de uma teia cerrada de finas raízes filamentosas misturada ao húmus. Apenas em alguns locais onde o vale se alarga um pouco, junto a um ribeirão, encontra-se uma camada mais espessa de terra vegetal carregada das montanhas e onde a fertilidade é naturalmente maior (TSCHUDI, 2004, p. 32).

A pouca fertilidade do solo nas áreas visitadas por Tschudi determinou a expansão da colônia; porém, ao contrário do que ele afirmou, apenas uma parte da região era pobre no que tange ao solo e não a sua totalidade, tendo em vista os níveis de produção atingidos pela colônia em momentos posteriores a sua visita, embora com o decorrer dos anos, o nível precário das práticas agrícolas tenha acabado por esgotar rapidamente o potencial de fertilidade, forçando os colonos a explorar paulatinamente as regiões de fronteira, imprimindo grandes pressões antrópicas sobre o meio natural (DEAN, 1996).

O movimento da população adventícia em direção às áreas mais férteis pode ser notado na documentação relativa às colônias: em 1879, por exemplo, colonos italianos estabelecidos no núcleo de Santa Teresa reivindicavam por meio de abaixo-assinado a transferência para a região do Guandu, área localizada no Vale do rio Doce, usando como justificativa as precárias condições do solo⁸.

O local onde a sede da colônia de Santa Leopoldina foi instalada, bem como o núcleo Timbuí, está localizado numa área de clima tropical de altitude, caracterizado por invernos rigorosos, de acordo com os padrões brasileiros, e

⁸ Fundo Governadoria. Série 383. Livro 38, p. 37.

verões amenos, apresentando variações de temperatura de 17 a 22 graus. Já a região do núcleo Santa Cruz possui clima tropical, peculiaridade de setores com menos de 500 metros de altitude, tendo pouca variação térmica durante o ano, mantendo sua temperatura na casa dos 22 graus (PERRONE, 2005). Nos dois tipos de clima, os verões são bastante chuvosos; tal característica apresentava-se como uma grande dificuldade para o estabelecimento dos colonos na região quando sua chegada coincidia com aquele período, gerando reclamações por parte dos dirigentes da colônia, devido às enchentes que atrapalhavam a instalação dos imigrantes em seus respectivos lotes e prolongavam sua estadia nos alojamentos mantidos pelo poder público. Desse modo, o diretor da colônia José Nápoles Telles de Meneses reclamava em correspondência ao presidente provincial Manoel José de Meneses Prado em janeiro de 1877:

(...) Cumpre-me a respeito informar a Vossa Excelência que já fiz sentir que a ocasião foi péssima para a vinda de tão elevado número de emigrantes. Nunca a colônia recebeu número superior a 800 e em ocasião de seca em que os recursos mais se facilitavam para seus transportes, embora custando muito dinheiro ao Estado.

As enchentes continuam com copiosas chuvas que têm caído quase sem interrupção (...) os caminhos [estão] estragados a ponto de estarem ainda [os colonos] agasalhados por não poderem seguir para os seus prazos⁹.

À época da chegada dos imigrantes, a maior parte da região era recoberta pela floresta Atlântica, que teve papel paradoxal na vida do imigrante, pois ao mesmo tempo em que se apresentava como uma dificuldade concreta para o estabelecimento, oferecia recursos diversos para a sobrevivência. Dean descreveu com propriedade esse ecossistema:

(...) uma formação majestosa de árvores latifoliadas perenes e pluviais, de trinta a trinta e cinco metros de altura, com espécimes esparsos que chegam a quarenta metros, sustentados por troncos com doze metros ou mais de circunferência. Abaixo desse vertiginoso dossel, distinguem-se três ou quatro outros sub-bosques ou patamares, florestas que se sobrepõem a florestas, consistindo as mais baixas de árvores menores latifoliadas, palmeiras, bambus e samambaias gigantes, que toleram luz moderada. Epífitas e parasitas engrinaldam os galhos, gavinhas escalam seus troncos e liames acortinam os espaços intermediários (DEAN, 1996, p. 32).

⁹ Fundo Governadoria. Série 383. Correspondências. Livro 57, p. 39.

As medidas gigantescas da Mata Atlântica – circunferência de 12 metros (aproximadamente 3 metros de diâmetro) e altura de 35 metros – eram diferentes de tudo o que os adventícios estavam acostumados na Europa; assim, a sua derrubada se constituía em tarefa bastante árdua, principalmente enquanto as técnicas não eram totalmente assimiladas.

Ao relatar as condições de desenvolvimento do empreendimento colonial de Santa Leopoldina ao governo provincial, o diretor José Nápoles Telles de Meneses demonstrava suas impressões acerca do comportamento dos colonos frente à floresta. Nesse ponto deve-se ter em mente a possibilidade daquele funcionário público tentar se eximir de qualquer culpa em relação à estagnação do empreendimento ou de tentar esconder as deficiências do auxílio estatal.

Em geral aos colonos a presença de uma frondosa mata os assoberba e os de ânimo mais fraco deixam-se vencer pelo esmorecimento. Só a energia e o trabalho perseverante de uma administração inteligente, unida a caridade e a brandura de caráter, poderão senão anular, ao menos amenizar as dificuldades com que lutam os colonos ajudando-os a conquistar o seu bem estar, dando assim um impulso real para a prosperidade do estabelecimento¹⁰.

Apesar das injunções impostas pela mata, diante do isolamento da colônia, a floresta com o tempo iria se configurar numa aliada, já que poderia oferecer, por exemplo, madeiras para a construção de casas, muitas vezes cobertas de folha de palmeira, pontes feitas com as grandes espécies, além de potenciais fontes de alimentos.

No intervalo temporal compreendido por este estudo, qual seja, a fase de estabelecimento do núcleo de Santa Leopoldina, a população cresceu de maneira acentuada, fato que se deu menos pelo crescimento vegetativo que pelo incremento populacional proporcionado pela entrada de mais imigrantes na colônia. A gradual ascensão do número total de habitantes pode ser verificada na Tabela 7.

¹⁰ Fundo Governadoria. Série Correspondências Recebidas. Livro 57, p. 44.

Tabela 7 – População da Colônia de Santa Leopoldina (1857-1882)

Ano	Total de habitantes
1857	140
1859	359
1860	992
1861	1.065
1862	1.130
1864	1.235
1866	1.279
1867	1.340
1869	1.452
1872	2.495
1875	5.000
1876	6.000
1879	11.366
1882	11.686

Fonte: Saletto (1997).

A partir de 1882, a população do núcleo se estabilizou na casa dos 11.000 habitantes, efeito da mudança de rumo ocorrida na política de incentivo à emigração, a qual passou a alocar forças para a ida de imigrantes para as grandes fazendas capixabas.

No tocante à origem da população, pode-se observar que em Santa Leopoldina houve uma variação de acordo com a fundação dos núcleos. Assim, a sede localizada nas imediações do Porto de Cachoeiro – primeiro lugar de ocupação – recebeu imigrantes vindos da Alemanha, sobretudo dos Estados confederados da Pomerânia, Hannover e Hesse, bem como suíços. No núcleo de Santa Teresa, fundado em 1875, predominaram trabalhadores vindos do norte da Itália, os quais, deve-se destacar, no decorrer dos anos conquistaram não só a região do núcleo colonial oficial, como tiveram papel importante na ocupação das áreas do Vale do Rio Doce. A localidade de Santa Cruz, cuja fundação se deu

em 1880, abrigou italianos e indivíduos da província do Ceará, retirantes da seca que naquele período assolava sua região de origem.

Santa Leopoldina, enquanto colônia pública de imigrantes teve comportamento bastante peculiar no que diz respeito à economia quando comparada às suas congêneres de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Nestas províncias os estabelecimentos encampados pelo poder público participaram ativamente do abastecimento do mercado interno, dedicando-se a diferentes atividades agrícolas, enquanto a localidade capixaba teve na monocultura cafeeira dirigida ao mercado externo seu ponto alto, sendo responsável por parcela considerável das exportações provinciais. A falta de um mercado interno consolidado em termos de preços e de vias de transportes foi fundamental para que a economia de Santa Leopoldina assumisse feições agro-exportadoras, pois a ligação com o a Vila de Vitória por via fluvial era mais viável em relação às vias disponíveis para a circulação interna de mercadorias (ROCHA, 2000, p. 7). Tal característica pode ser notada com a análise dos registros de saída do café do núcleo colonial, conforme Tabela 8.

O acesso dos imigrantes ao mercado de internacional não se dava de maneira direta e sim por meio do contato com grandes compradores locais que funcionavam como mediadores entre o colono e os portos do Rio de Janeiro ou Vitória. As exportações que foram iniciadas de maneira tímida, com o tempo se elevaram a patamares significativos se levado em consideração o quadro total das exportações da província. Tal crescimento se deu conforme os primeiros rendimentos das lavouras iniciadas na fase de instalação da colônia. Também deve ser considerado o gradual ajustamento do colono às condições de trabalho encontradas.

A economia da colônia se apoiava, então, nas exportações de café, as quais permitiam ao trabalhador quitar as dívidas contraídas – por exemplo, com as passagens da viagem – e, ao mesmo tempo adquirir bens que não eram produzidos em âmbito local.

Tabela 8 – Exportações de café da Colônia de Santa Leopoldina em arrobas (1864-1885)

Ano	Quantidade
1864	500
1865	1.800
1868	20.000
1873	50.000
1883	133.333
1885	250.000

Fonte: Saletto (1997, p. 54).

Quanto à distribuição da terra, predominaram pequenas propriedades de 25 hectares, as quais eram cultivadas essencialmente pela mão-de-obra familiar; nelas os colonos se dedicavam à cultura do café conjugada à lavoura de subsistência e criação de suínos e aves (WAGEMANN, 1949).

Foi exercendo as atividades relacionadas a agro-exportação e dedicando-se às lides agrícolas que os imigrantes estrangeiros se inseriram no mundo do trabalho brasileiro. Tais ocupações, se não determinaram, facilitaram a colocação do trabalhador numa situação de maior propensão a uma variada gama de enfermidades, fazendo com que problemas de saúde adquiridos na Europa ou na viagem até os trópicos fossem agravados ou, ainda, de colocá-lo em contato com doenças até então desconhecidas.

5. O QUADRO EPIDEMIOLÓGICO DE SANTA LEOPOLDINA A PARTIR DOS REGISTROS DA ENFERMARIA

Segundo Jacques Revel, existem duas possibilidades não excludentes de abordagem retrospectiva das realidades mórbidas por meio do exame de fontes como relatórios médicos. A primeira, dotada de um caráter ecológico, pode focar a trajetória das enfermidades tentando perseguir seu “destino particular”, considerando o homem “uma peça de um sistema de seres vivos que se define pelo equilíbrio interno”. A outra via, ao privilegiar um enfoque embasado em dados relativos, por exemplo, às carências alimentares ou aspectos demográficos, torna-se “um dos elementos de uma história social”, centrando a atenção nas sociedades humanas e nas condições que tornam possível a eclosão ou perpetuação de diferentes morbidades (REVEL, 1995).

Com relação às duas possibilidades apontadas, nesta parte do presente estudo deu-se mais atenção àquela segunda, tomando como ponto de partida o pressuposto de que o imigrante como um elemento novo dentro do quadro social brasileiro do período estudado se colocava frente a determinadas condições específicas que facilitavam a ocorrência de problemas de saúde.

Ao se examinar os registros de entradas de pacientes no estabelecimento médico que fora instalado em Santa Leopoldina a partir da fundação daquela empresa colonial a fim de investigar o quadro dos problemas de saúde

predominantes entre a população adventícia – procedendo a uma recodificação dos indícios e lendo-os da perspectiva do universo de explicações da medicina acadêmica contemporânea – foi possível perceber que eram freqüentes na localidade as enfermidades associadas às **ações antrópicas sobre o ecossistema local, ao trabalho, às carências alimentares e às condições sanitárias.**

Destarte, o exame dos diagnósticos médicos demonstrou que predominavam quatro grupos de enfermidades que têm como eixos explicativos as causas anteriormente referidas.

No primeiro grupo, que tem o trabalho como ponto explicativo, estão as patologias que foram diagnosticadas pelos médicos como sendo ferimentos e picadas de animais peçonhentos. No segundo, as enfermidades ligadas à ação antrópica sobre o ecossistema, em especial à malária. No terceiro grupo, parte-se da noção de alimentação para explicar a prevalência de morbidades como os problemas gástricos e as avitaminoses. Por último, o quarto grupo concentra os diagnósticos relativos às verminoses, disenteria, diarreia, febre tifóide e sarna, os quais estão ligados às deficiências no que concerne às condições sanitárias da colônia de imigrantes no momento de fundação do estabelecimento.

A documentação utilizada para realizar a operação foi originada do exercício médico diário na região; nela foi possível, ainda que não para a totalidade dos dados, saber o nome do paciente que em certa ocasião dera entrada na enfermaria, sua origem, a ocupação, a idade, a data de entrada e a sua moléstia, o dia da retirada e o seu estado de saída¹¹.

No que diz respeito ao local de origem dos imigrantes, a leitura da documentação permite entrever a predominância de algumas regiões, oferecendo uma noção da naturalidade dos elementos que constituíam a população do núcleo colonial. O livro de número 194 traz este dado, ao contrário do livro 195 que o omite. A composição descrita no capítulo 3 deste trabalho se reflete nos registros da enfermaria, portanto, nos registros que se referem ao núcleo de Timbuí, pela verificação do sobrenome, já que não há a menção direta da origem; percebe-se que os italianos predominavam. Por outro lado, no livro 194 que trata do núcleo

¹¹ Arquivo Público do Espírito Santo. Fundo Agricultura. Série DCTC. Livros 194-195.

central do Porto de Cachoeiro, abundam pacientes originários do norte da Europa, dos Estados alemães confederados, do Tirol – região localizada na atual Áustria –, suíços e poloneses.

Outro dado que reproduz a situação do imigrante em seus primeiros anos de vida nos trópicos diz respeito à ocupação dos trabalhadores, pois na quase totalidade eles estão indicados como lavradores. A agricultura era a atividade primordial exercida e veio marcar o processo de transferência. Ver-se-á no decorrer do capítulo que as lides agrícolas foram responsáveis por submeter o elemento estrangeiro às condições que se constituem em referências para a elucidação das causas dos problemas de saúde.

É pertinente ainda ressaltar alguns pontos relativos aos diagnósticos presentes na documentação. Existe uma lacuna que alerta para os limites das considerações aqui realizadas, consubstanciadas em registros muitas vezes confusos que apontam como enfermidade uma “diarréia de sangue” ou uma “dor na cadeira”, sintomas que podem ter uma gama variada de causas. Existem casos curiosos, como de um paciente que, segundo o médico, sofria de “estreitamento anal”. Tais fatos forçam o pesquisador a recorrer a dicionários de época para investigar os termos utilizados ou a teoria médica do momento em que o examinador deixou gravado o registro.

Partindo-se, então, da classificação em grupos de diagnósticos, observa-se a supremacia dos problemas de saúde causados pela ação antrópica, seguidos das morbidades determinadas pelas deficiências sanitárias, atividades de trabalho e deficiências na alimentação, nesta ordem de representatividade. Na Figura 9 tem-se a representação gráfica da característica inicial do quadro de saúde da região que se depreende da análise dos registros da enfermaria.

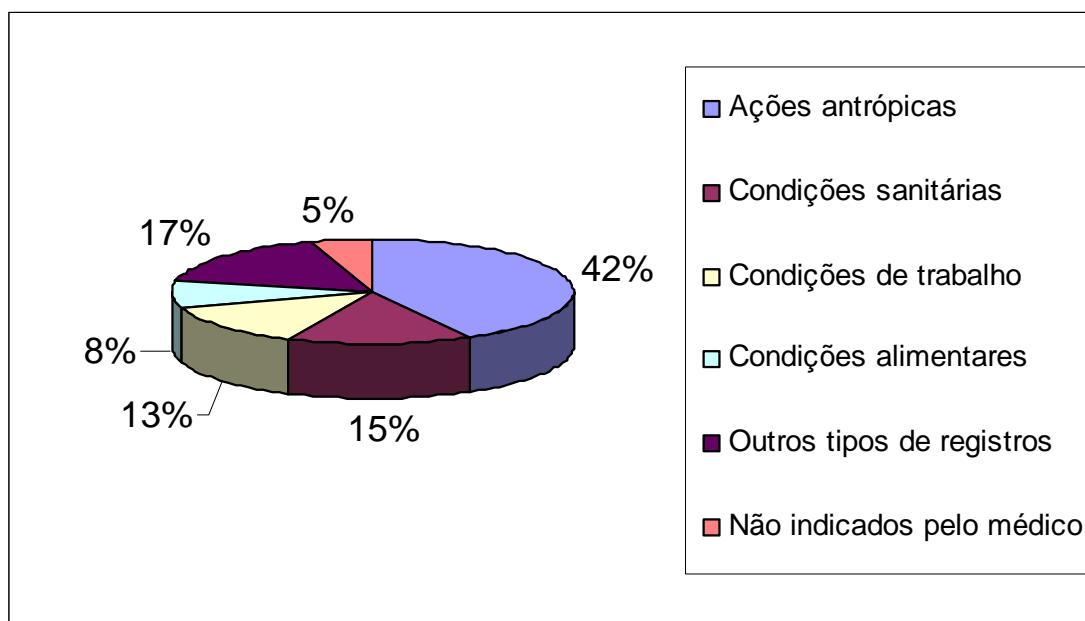


Figura 9 – Representatividade por grupo no total de registros (%).

Num universo de 803 registros, 42% correspondem aos diagnósticos identificados como sendo pertencentes ao grupo das enfermidades relacionadas às ações antrópicas; outros 15% associados às condições sanitárias; 13% ligados a aspectos referentes às condições de trabalho; 8% referente à precariedade alimentar; 17% dos registros representam um universo variado de diagnósticos que não se enquadravam em nenhum dos grupos abordados, não interessando assim à análise feita por este trabalho, como a referência à “ferida por arma de fogo” que algumas vezes aparece. Estes diagnósticos poderiam induzir o pesquisador a interpretá-los como resultado da prática de caça ou defesa contra animais selvagens, temas que interessariam diretamente ao problema da adaptação ambiental proposto nesta pesquisa; no entanto, esses ferimentos também podem ter sido causados em momentos de conflitos familiares, desavenças com vizinhos ou defesa contra ataques indígenas, esfera essa que extrapola nossos objetivos. Por último, deve-se observar que 5% das entradas de estrangeiros doentes não apresentavam um diagnóstico, o que impossibilita o enquadramento em algum dos grupos indicados.

Posteriormente numa tentativa de se especificar a análise procedeu-se a uma subdivisão dos grupos, culminando no cenário visualizado na Figura 10, acerca do grupo das **etiologias associadas ao trabalho diário** do elemento estrangeiro.

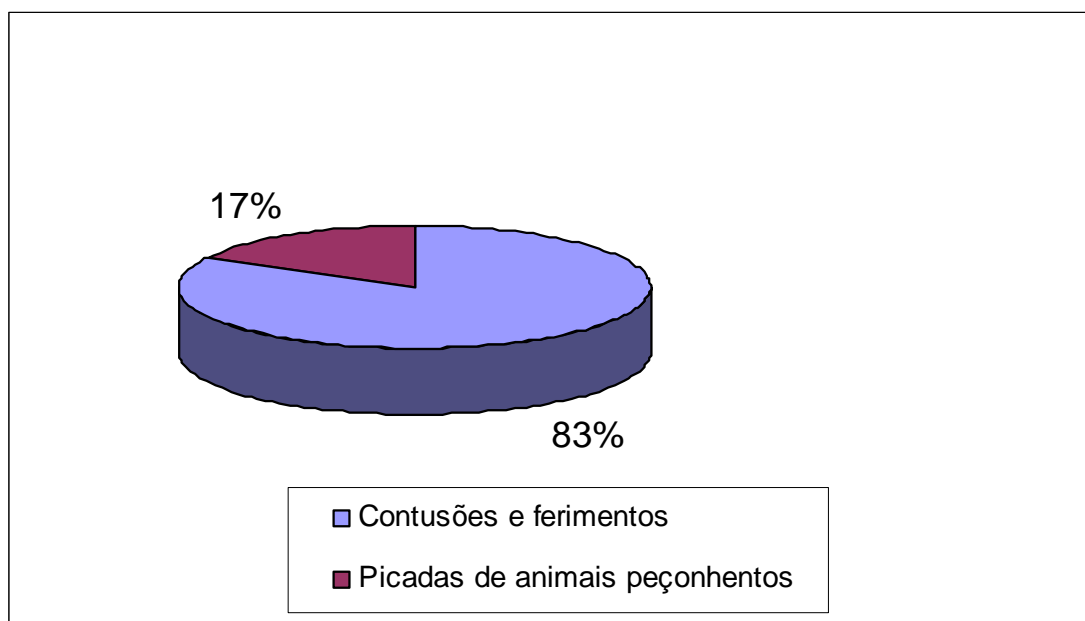


Figura 10 – Moléstias associadas ao trabalho (representatividade por subgrupo de moléstias) (%).

De um total de 105 internações, 83% dos registros indicam as contusões e ferimentos como “moléstia” causadora. Desta informação inicial decorre uma consideração importante, qual seja, ainda que contusões e ferimentos possam ocorrer fora do universo efetivo do mundo das lides agrícolas, é de se supor que a maior parte desses registros se referisse a acidentes acontecidos na atividade laborativa diária, já que se nota em outros documentos o relato de problemas advindos, sobretudo do exercício de derrubada da mata, reforçando a impressão inicial de que devido à falta de conhecimentos acerca das práticas de corte e queimada, os imigrantes se expunham demasiadamente aos perigos representados

pela ação de tentativa de domínio de uma realidade natural estranha, com dimensões bastante superiores aos bosques europeus.

Um acontecimento sintomático, neste sentido, foi relatado pelo engenheiro Adolfo Lindemberg numa correspondência à diretoria da colônia de Santa Leopoldina em 10 de março de 1876¹². Naquela ocasião, como era de costume, alguns colonos estavam lotados na tarefa de construção de uma estrada nas imediações do córrego dos Perdidos a cerca de “sete léguas” de Santa Teresa – aproximadamente 42 quilômetros – quando numa ação de desflorestamento para o “arranchamento da turma de trabalhadores” ocorreu a queda de uma árvore que levou o colono italiano Favro Joseppi à morte, cena que foi assim descrita pelo engenheiro que chefiava o desbravamento:

No dia 10 de março de 1876, no ato de fazer-se uma derrubada para o arranchamento da turma que trabalhava na estrada da Vitória (...) junto ao córrego dos Perdidos, caiu uma grande árvore sobre um dos trabalhadores Favro Joseppi, italiano (...) de vinte poucos anos de idade, o qual viera ao Brasil na qualidade de colono, o choque além de produzir derramamento interno, a julgar pelo sangue que lançou em grande abundância, fraturou-lhe a perna em dois lugares e produziu uma contusão no ombro direito, a morte foi quase instantânea (...).

O engenheiro apontava a grande distância do povoado mais próximo como argumento para o sepultamento do corpo nas margens do próprio rio onde ocorrera o acidente e finalizava descrevendo os fatos ocorridos na ocasião do sepultamento do imigrante.

Na esteira dos acidentes estão os casos referentes às inflamações que foram considerados como possíveis conseqüências dos ferimentos e, então, no grupo das moléstias causadas pelas atividades de trabalho.

Ao contrário dos ferimentos e contusões, as picadas de animais peçonhentos representam apenas 1% dos registros, dado que traz a lume uma deficiência da documentação que se examina e, ao mesmo tempo, oferece a visão de um ponto importante acerca das formas de se lidar com os estados patológicos entre os imigrantes estrangeiros.

¹² Fundo Governadoria. Série Correspondências. Livro 57, p. 92.

A insignificância dos casos listados nos registros da enfermaria demonstra mais uma vez as limitações destas fontes, já que é presumível a ocorrência de mais casos, tendo em vista a realidade da fauna da Floresta Atlântica, indicando que a busca pela cura nem sempre passava pelo conhecimento médico acadêmico e que, além disso, alguns doentes faleciam, mesmo antes de chegar ao estabelecimento médico, sendo, portanto, impossível atingir a totalidade do quadro epidemiológico investigado. Noutra plano, tal característica faz aparecer uma demanda pelo exame de documentos que possibilitem a investigação das ações terapêuticas que passavam ao largo dos procedimentos realizados no estabelecimento médico, o que se realiza no capítulo 6 deste trabalho.

A totalidade dos casos enquadrados na categoria de doenças causadas pela ação antrópica diz respeito aos registros relativos à malária. Todavia, é preciso destacar o fato da documentação não mencionar diretamente este termo – visto que a causa desta doença só foi conhecida em 1880 e que esta terminologia passa a ser utilizada com mais frequência durante o século XX – tendo sido necessário uma investigação que possibilitasse, por meio da comparação de dados, a colocação desta afirmação.

Nas fontes examinadas aparecem diagnósticos que apontam como causa da internação as “febres intermitentes”, o “impaludismo”, a “cachexia palustre” ou, ainda, as “febres paludosas”, que em anos posteriores seriam identificados pelos cientistas como expressões outrora usadas para designar aquela doença. Carlos Chagas, por exemplo, em sua tese escrita em 1903 utilizava os termos para designar o mal causado pelo mesmo protozoário, além disso citava classificações de outros cientistas da época que da mesma maneira utilizavam os termos (CHAGAS, 1903). Ao se perceber que estas expressões eram utilizadas como termos correlatos em fontes de outras naturezas, foi possível chegar à conclusão de que se tratava da mesma moléstia e que, portanto, elas tinham uma causa comum relacionada ao trabalho na mata e à sua destruição.

Aristides Armínio Guaraná, diretor do núcleo Santa Cruz, em correspondência ao ministro da agricultura em 1880, associava o sucesso do

empreendimento ao combate às febres intermitentes que se espalhavam pelo povoado naquele ano:

Foi Vossa Excelência testemunha ocular do estado próspero em que se acham os colonos aqui estabelecidos. Tal prosperidade que tem a sua origem principalmente na puberdade do solo, que sem contestação alguma é dos melhores, tem sido de alguma sorte contrariada pelas febres intermitentes (...) Pelo mapa junto verá Vossa Excelência mais claramente que de trinta e oito colonos que entraram para a enfermaria no mês de janeiro, dezenove, isto é, 50% deles foram a isso forçados pela febre intermitente ou pelo mesmo miasma que a produz¹³.

No ano seguinte o médico da localidade reafirmava a condição das “febres intermitentes” como uma dificuldade se referindo às injunções colocadas e mais uma vez indicava o combate a esta moléstia como condição para a “prosperidade”, solicitando o não fechamento da enfermaria. O missivista relacionava a incidência da enfermidade ao processo de “desbravamento dos matos” e à conseqüente “contaminação dos ares”.

Determinou-me vossa excelência que desde já, a fim de atender-se as ordens emanadas da Presidência me dispusesse a, dentro em breve, abolir a enfermaria neste lugar (...) Foi este núcleo fundado ainda no ano passado; o trabalho em larga escala do desbravamento dos matos foi causa de que nesse ano se produzisse uma epidemia de febres paludosas, que grande número de vítimas fez e maior faria se o governo imperial não socorresse eficazmente a boa vontade com que sempre prestei-me a multiplicar-me e a aparecer nos variados pontos onde o flagelo grassava (...) Além das febres de caráter palustre e que tendo deixado de ser epidêmicas como a princípio mostraram-se, constituem hoje verdadeira endemia e surgem a todos os instantes e de um modo imprevisito outras enfermidades que reclamam prontos e sérios socorros. Vossa Senhoria como eu reconhecer que o estado sanitário do núcleo com quanto muito melhor do que no ano findo, ainda não é hoje muito bom. Estes motivos por si só seriam bastante para que se mantivesse efetivamente aberta uma enfermaria onde fossem tratados os colonos¹⁴.

Confirmando a observação do médico, considera-se aqui que o “desbravamento dos matos” nessa região foi a grande causa da ocorrência das “febres paludosas”, porém sabendo que a transmissão não se dava pelo ar como se acreditou durante séculos, até que a causa fosse descoberta em 1880. Aquela morbidade em sua modalidade silvestre é causada pelo *Plasmodium Falciparum*,

¹³ Fundo Governadoria. Série 383. Livro 38, p. 113. Carta enviada ao Ministro da Agricultura em 02/03/1880.

¹⁴ Fundo Governadoria. Série 383. Livro 38, p. 71. Carta do Médico do núcleo Santa Cruz solicitando ao governo provincial o não fechamento da farmácia e da enfermaria.

cujo vetor é a fêmea do mosquito de gênero *Anopheles*. Com a paulatina derrubada da floresta, o inseto foi gradualmente desalojado de seu habitat natural, passando a aglomerar-se em meio às concentrações humanas, facilitando a transmissão, visto que o inseto é o responsável pela contaminação de pessoas sadias. Nesse sentido, é preciso salientar que a localização geográfica do povoado e as condições de trabalho dos estrangeiros foram fatores preponderantes para que a malária viesse a se proliferar.

Embora a finalidade das fotos de Victor Frond já tenha sido analisada no presente estudo, é possível com a sua utilização identificar informações que ajudam a elucidar o papel da destruição do ecossistema na eclosão dos casos de malária na região (Figura 11).



Foto 13 - Casa do diretor da colônia em Santa Isabel.

Figura 11 – Casa do diretor da Colônia.

Esta foto oferece uma noção do processo que se instalou na região Serrana Central da Província do Espírito Santo no decorrer da segunda metade do século XIX por ocasião da vinda dos imigrantes estrangeiros e instalação de lavoura cafeeira agro-exportadora, bem como de lavouras de subsistência. Tal ecossistema, apesar de já conhecer a presença humana, sobretudo indígena, sofreria grande impacto devido a uma exploração baseada na busca do rendimento máximo pelo menor custo, isto é, obedecendo a uma outra lógica (DEAN, 1996), fato que acarretou desequilíbrios como os que causaram a proliferação de doenças como a malária.

Para a explicação da incidência de casos da “febre intermitente”, é necessário, ainda, que se recorra a um outro ponto de explicação importante. Se entre os povos originários do norte da Europa a malária era desconhecida, o mesmo não acontecia com os italianos do mediterrâneo, de acordo com o que demonstra Braudel (DEAN, 1996). Destarte, tal fato foi um facilitador da eclosão da quantidade de casos revelados pela documentação, na medida em que indivíduos já contaminados pelo protozoário causador da doença vieram se alojar nos núcleos coloniais, se constituindo em potenciais repositórios e contaminadores do vetor responsável que, por sua vez, inoculavam o protozoário causador em indivíduos sadios. O mesmo raciocínio vale para a população nativa brasileira, que apesar de mais habituada a este problema, ainda sofria com as injunções postas pela proliferação de enfermidades como a malária e conseqüentemente também era um depósito do protozoário.

As preocupações das autoridades com as “febres intermitentes” traduziam-se em diferentes planos de atuação. Nalguns momentos, talvez prevendo uma eclosão de muitos casos de malária ou diante da grande quantidade de doentes internados na enfermaria colonial, o médico da colônia solicitava uma relação de medicamentos na qual figuravam elementos como o Sulfato de Quinina e Extrato de Quina, que são substâncias extraídas da casca da “Quina” – planta do gênero *Chichona* – utilizada desde do final do século XVI como terapia de combate às febres maláricas¹⁵:

¹⁵ Disponível em: <www.sbq.org/PN-NET>. Acesso em: 28 mar. 2006.

(...) Relação de Medicamentos que são preciosos na Farmácia de Santa Leopoldina:

- Óleo de Rícino – 15 kilos
- Óleo de Amêndoas Doces – 5 kilos
- Sulfato de Quinina – 3 vidros
- Extrato de Quina – 500 gramas
- Extrato de Milhomem – 60 gramas
- Cânfora – 500 gramas
- Óleo de Fígado de Bacalhau – 4 vidros
- Extrato de Muleingú – 30 gramas

Doutor Domingos Gomes Barroso – Médico da Colônia de Santa Leopoldina¹⁶.

O documento além de evidenciar a recorrência das “febres intermitentes”, demonstra a dependência da medicina daquele período em relação aos recursos naturais no que concerne aos medicamentos oferecidos, caso da Cânfora que provavelmente deveria ser utilizada em contusões.

Noutras ocasiões, os responsáveis pela saúde pública da colônia – fundamentados no conhecimento disponível – propunham meios drásticos de combate àquela doença, os quais passavam pela transformação do ecossistema, inserindo uma planta até então estranha ao meio:

Tenho a honra de acusar recebido nesta data o ofício de corrente sob n.º 213 contendo um vidro com sementes do *Eucalyptus globulos* para serem plantadas em lugares convenientes, a fim de evitar que esta colônia seja anualmente infestada das febres intermitentes¹⁷.

Talvez as autoridades pensassem que, inserindo o Eucalipto, pudessem purificar o ar da região, detendo as “febres”, cuja transmissão acreditavam dar-se pelo ar.

No que tange ao grupo dos problemas de saúde associados às condições alimentares, as moléstias de natureza gástrica são responsáveis por 39% dos registros ao lado das indicações que dizem respeito às avitaminoses, as quais representam 61% do total (Figura 12).

¹⁶ Fundo Governadoria. Série Correspondências. Livro 57, p. 60.

¹⁷ Fundo Governadoria. Série 383. Livro 71, p. 695.

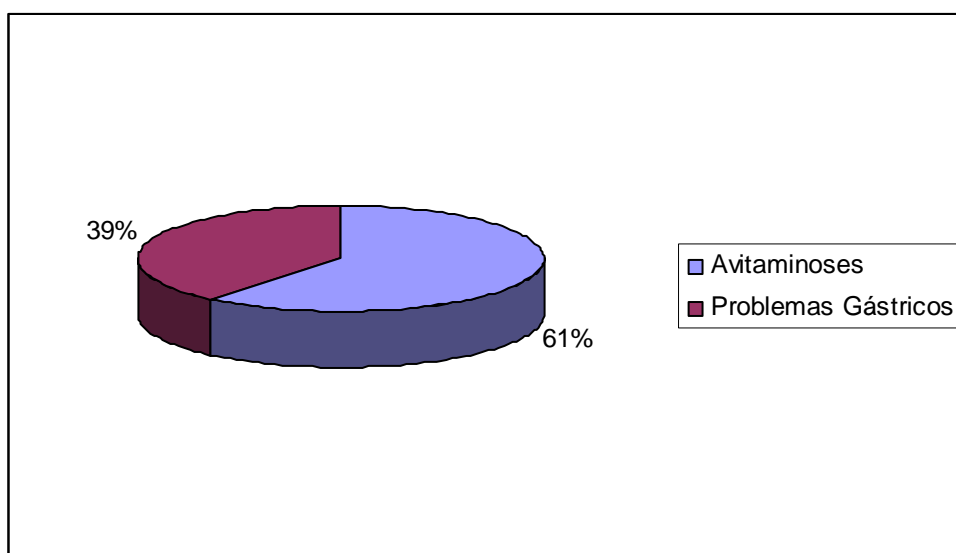


Figura 12 – Enfermidades associadas às más condições alimentares (representatividade por subgrupo de moléstias) (%).

Quanto às internações causadas por problemas de ordem gástrica, os quais predominam no cenário do grupo relativo às deficiências alimentares, deve-se destacar que distúrbios desta natureza podem significar que o paciente ingeria alimentos que prejudicavam o funcionamento dos órgãos do aparelho digestivo e, dessa forma, causavam a enfermidade; entretanto, é preciso considerar uma outra possibilidade que relativiza o papel dos distúrbios gástricos como sendo exclusivamente causados por fatores ligados à ingestão de alimentos inapropriados, demonstrando que sua importância no grupo pode estar superdimensionada. Nesse sentido, ver-se-á que tais problemas podem ser acarretados, por exemplo, pela contaminação do indivíduo pela bactéria causadora da Febre Tifóide¹⁸, que se dá pela ingestão de alimentos e pela água contaminada, fato que pode levar boa parte dos problemas supracitados a fazerem parte do universo das doenças causadas pelas más condições sanitárias e de veiculação hídrica.

¹⁸ Disponível em: <www.fiocruz.br/ccs/glossario/febretifoide>. Acesso em: 20 jan. 2006.

Ainda que existissem dificuldades geradas na localidade por uma alimentação incorreta ou pela falta de higiene – o que será tratado mais tarde – a maior parte dos problemas de saúde associados à alimentação que predominam entre a população estudada, era causado pela situação de carestia verificada nos primeiros tempos de colonização. Tal quadro era propiciado pela falta de conhecimento acerca das potencialidades naturais disponíveis e que poderiam ajudar na sobrevivência, ou pela falta de recursos para acessar um mercado regional caracterizado pelo alto preço dos gêneros alimentícios.

Assim, as avitaminoses com destaque para o escorbuto – carência de ácido ascórbico ou Vitamina C – aparecem como responsáveis por 61% dos registros do grupo alimentação. Que fatores podem explicar tal ocorrência?

Em primeiro lugar, a travessia do oceano Atlântico expunha o organismo do imigrante a uma condição em que a dieta alimentar era das mais precárias, que carecia de nutrientes básicos como o ácido ascórbico. Nalguns casos, o fato da água estar deteriorada, dificultava a preparação de alimentos, o que contribuía para a carência e a precariedade do regime alimentar:

(...) a água potável adquiriu um mau cheiro insuportável, embora, às vezes, de aparência bem clara. Empregada no chá ou cozimento de vegetais, como lentilhas, adquiria um colorido feio e se tornava insuportável. (...) Assim, muita canja e muito chá, não eram sequer tocados (RODOWICZ-OSWIECIMSKY, 1992, p. 24).

A chegada aos trópicos agravava a situação do organismo que já estava debilitado pela viagem, na medida em que o estrangeiro não possuía elementos seguros para orientá-lo frente às circunstâncias na maior parte das vezes caracterizada pela escassez.

O potencial do imigrante como consumidor dentro da estrutura social, para além das questões de cunho cultural, ajudava a perpetuar nos anos iniciais um quadro de escassez entre as comunidades estrangeiras; os altos preços dos alimentos nas proximidades das colônias ou o total endividamento do trabalhador após a viagem de transferência ampliava os obstáculos para a aquisição de gêneros de primeira necessidade. As autoridades responsáveis pela colônia de Santa Leopoldina manifestavam sua preocupação em relação à escassez de

alimentos, como o fez o diretor interino José Cassiano de Castro em 25 de fevereiro de 1876 ao se comunicar com o governo provincial:

Tendo o Agente de Colonização José Ribeiro Coelho me informado que os colonos ultimamente chegados a esta capital com destino à colônia de Santa Leopoldina têm [recebido] gêneros alimentícios para o curto espaço de 10 dias, seguindo uma ordem da Excelentíssima Presidência expedida durante a administração do Doutor Francisco Ferreira Corrêa, rogo a Vossa Excelência de expedir as convenientes ordens no sentido de ser elevado aquele suprimento a 15 dias, como outrora era de costume, e é de equidade, não só em atenção aos dias que se gastam na viagem e no Porto de Cachoeiro antes da partida para sua habitação, como do alto preço porque atualmente são vendidos os gêneros de primeira necessidade, tanto no Porto de Cachoeiro, como no Timbuhy¹⁹.

Noutra oportunidade o Inspetor Geral de Terras e Colonização da Província do Espírito Santo – João de Carvalho Borges Junior – escrevia ao presidente; em sua missiva ele observava a falta de bens de primeira necessidade na colônia e solicitava visitas mais freqüentes ao núcleo do Porto de Cachoeiro por parte da companhia de navegação responsável pelo abastecimento:

Reputando-me o diretor da colônia de Santa Leopoldina sobre a conveniência de serem mais freqüentes as viagens ao Porto do Cachoeiro da Companhia Cearense de Navegação Fluvial nesta província, pela grande falta que há no comércio de gêneros de primeira necessidade a ponto de recear-se que se manifeste a fome na referida colônia principalmente no Timbuhy, rogo a Vossa Excelência se digne entender-se com o gerente da aludida companhia para que seja satisfeita a providência reclamada pelo mesmo diretor, que considero justa²⁰.

Todavia, não apenas os envolvidos com a administração do empreendimento colonial que se manifestaram em relação aos obstáculos em relação à alimentação. Os próprios colonos reconheciam tais entraves ao seu desenvolvimento em terras tropicais. Tschudi em seu texto registrou depoimentos de colonos que se queixaram:

As mandiocas ficam pequenas e apodrecem na terra, as colheitas do milho não compensam. Não sabemos de que vamos nos alimentar. Tudo é terrivelmente caro. Na Alemanha com 5 ou 6 vinténs por dia vivemos melhor que aqui com 4 patacas e, além disso, sempre temos muitos doentes nas famílias. Se isto prosseguir por mais tempo, vamos todos nos arruinar (TSCHUDI, 2004, p. 83).

¹⁹ Fundo Governadoria. Série Correspondências Recebidas. Livro 57, p. 34, 25 fev. 1876.

²⁰ Fundo Governadoria. Série Correspondências Recebidas. Livro 57, p. 64, 29 dez. 1876.

O mesmo Tschudi também registrou suas impressões acerca da falta de alimentos na localidade, discorrendo sobre as mazelas causadas por esta situação:

(...) Enquanto isso cresciam a miséria, a fome e as doenças entre os colonos. Onde a fome entra pela porta, a vergonha escapa pela janela mais próxima. Em Porto da Cachoeira, as mulheres e filhas de colonos entregavam-se aos brasileiros por uma ou algumas patacas a fim de comprar algum mantimento, e mais tarde arrastam um corpo corroído pela sífilis (...) (TSCHUDI, 2004, p. 77).

Num outro plano encontram-se os problemas de saúde ligados às más condições sanitárias que – do total dos dados analisados – representam 15% do total ou 120 internações, onde as verminoses estão presentes em 53% dos registros, seguidos pela diarreia com 23%, a sarna responsável por 19%, a disenteria com 4% e por último a febre tifóide que tem apenas um registro, o mesmo que 1% de representatividade.

A opilação, moléstia presente no Brasil desde os tempos coloniais, e os sintomas advindos deste mal predominam nos relatos da enfermaria que dizem respeito às verminoses. Esta doença que hoje é conhecida como Ancilostomose, afeta principalmente populações pobres das zonas rurais brasileiras e esteve, a partir do século XX, bastante presente na pauta das preocupações da intelectualidade envolvida com a medicina e o sanitarismo.

O amarelão como também ficou conhecido, em alguns momentos foi apontado como o símbolo do subdesenvolvimento do Brasil e de sua figura mais típica, o sertanejo, eternizado por Monteiro Lobato na imagem do “Jeca Tatu”. Porém, a despeito da imediata associação feita com aquela figura, a ancilostomose afetava não só escravos e o homem pobre livre brasileiro, como também as levas de imigrantes que se instalaram em locais dotados de precárias condições sanitárias. Desta sorte, diante da ausência de dados que elucidem o cenário da utilização dos recursos hídricos ou o destino de dejetos sanitários nas colônias de imigrantes, a multiplicidade dos casos listados nos registros médicos coloca a suposição de que as condições sanitárias deveriam ser por demais precárias, fato que ajuda a elucidar o cenário expresso na Figura 13.

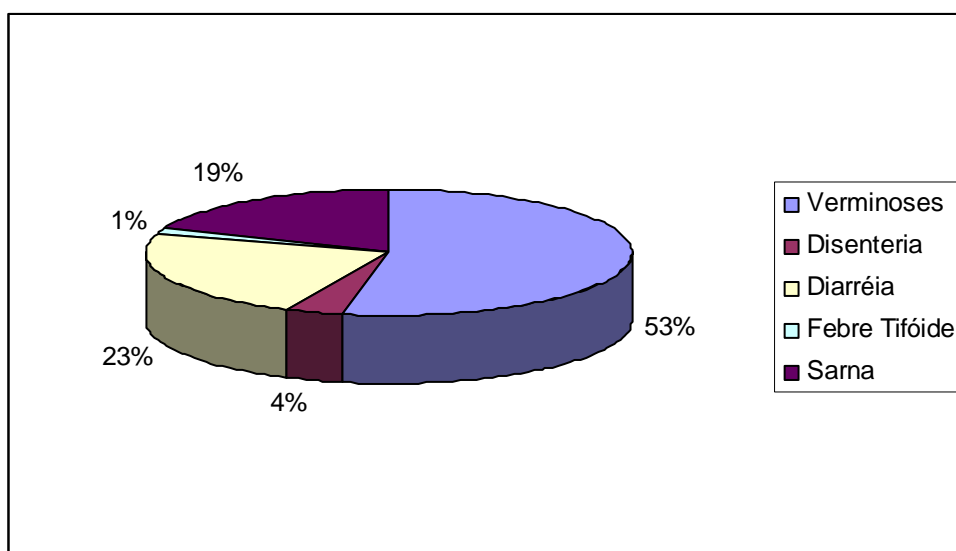


Figura 13 – Morbidades associadas às condições sanitárias (representatividade por subgrupo de moléstias) (%).

A sarna, cientificamente conhecida como escabiose humana, é causada pelo ácaro *Sarcoptes scabiei* variedade *hominis*. Sua transmissão pode acontecer de duas maneiras: por meio do contato entre os indivíduos ou num caso mais incomum pela utilização conjunta de roupas sem uma assepsia prévia²¹. Nos registros da enfermaria de Santa Leopoldina esta moléstia cutânea aparece em 19% dos registros ou 23 casos listados diretamente pelo médico. O fato de na chegada às terras da colônia os imigrantes ficarem alojados em barracões coletivos na espera de seus respectivos lotes e, além disso, a longa viagem de navio que também os aglomerava ajuda a pensar as causas de proliferação da sarna, somado à falta de conhecimento sobre a sua prevenção entre os trabalhadores estrangeiros.

Os casos de disenteria, febre tifóide e diarréia somados perfazem um total de 28%. A análise destas moléstias não pode ser feita isoladamente, pois a diarréia que, separada dos outros casos, aparece com uma representatividade de 23% no total das moléstias ligadas às deficiências sanitárias, é um sintoma, quer

²¹ Disponível em: <www.drgate.com.br/artigos/dermatologia/escabiose.php>. Acesso em: 20 jan. 2006.

da febre tifóide que tem apenas um caso registrado diretamente, quer da disenteria que possui 4%. Os casos dessas doenças reforçam a idéia de que, no que tange aos aspectos de higiene sanitária, o estabelecimento colonial de Santa Leopoldina era cenário de grande precariedade.

Por último deve-se frisar que existem 52 óbitos registrados na documentação, o que significa que mais de 90% dos pacientes que deram entrada saíram curados ou faleceram fora da enfermaria. Ao mesmo tempo não há uma enfermidade que tenha predominado como *causa mortis*, havendo uma distribuição de patologias dos três grupos como o fator causador. O pequeno número de mortes, considerando-se o universo dos registros, aponta para a possibilidade de muitos óbitos terem acontecido fora do âmbito do controle médico e dessa forma de não terem sido registrados, o que leva a pensar numa quantidade muito maior de falecimentos.

6. AS DOENÇAS SOB A ÓTICA DE COLONOS E VIAJANTES ESTRANGEIROS

O estudo de aspectos relacionados às representações coletivas que tem como referência o mundo natural, quer no que diz respeito às dificuldades impostas, quer quanto aos benefícios que a natureza oferece ao homem, deve estar alicerçado sobre uma premissa de suma importância para a fundamentação da investigação: **"a experiência humana em relação ao meio natural, seus usos e interpretações estão intrinsecamente ligados à formação cultural e ao lugar ocupado na sociedade por cada grupo ou indivíduo"**.

Nesse sentido, a maneira como o homem percebe o “estar com saúde”, o “estar doente”, bem como o caminho a ser seguido a fim de curar-se é uma característica moldada por sua trajetória, seus ritos, seu potencial de conhecimento acerca da natureza em geral e, em determinadas épocas, a proximidade e aceitação em relação à medicina erudita.

(...) de acordo com a sociedade, a época e o indivíduo – ou mais precisamente de uma em relação à outra, de uma cultura em relação a si mesma no tempo, e de indivíduos em relação a si mesmos e aos outros -, encontramos tanto a alternância de vários sistemas de representação da doença quanto seu entrelaçamento e sua coexistência, esta, na maior dos casos, conflitante (LAPLANTINE, 1991, p. 45).

Assim, apesar das variações existentes de indivíduo para indivíduo, tenta-se aqui captar, a partir da análise de relatos individuais, as percepções

comuns imanentes à totalidade do grupo estudado, em outras palavras, suas **representações sociais**.

A transferência do continente europeu para os trópicos, além de apresentar à saúde do imigrante uma nova gama de enfermidades ou ainda de oferecer um ambiente favorável à persistência de moléstias já conhecidas no “Velho Mundo”, colocava-o, mentalmente, diante de circunstâncias que propiciavam novas representações acerca do seu estado mórbido, determinando a busca de elementos trazidos na bagagem cultural para lhe orientar frente aos obstáculos encontrados ou fazendo emergir novas perspectivas na realidade agora vivenciada.

Os imigrantes instalados no Espírito Santo deixaram registradas na documentação suas impressões acerca das morbidades, o que pode ser apreendido quando são examinados documentos de época como abaixo-assinados. Uma outra via da qual pode-se lançar mão é a análise de depoimentos de remanescentes do grupo imigrante, os quais num exercício de memória relataram os anos iniciais de sua própria vivência na região ou mesmo o que lhe contaram seus pais e avós.

Por outro lado, ao passo em que chegavam ao Brasil as levadas de trabalhadores estrangeiros, crescia a preocupação – sobretudo devido às denúncias que diziam respeito às precárias condições dos trabalhadores em terras brasileiras – dos governantes europeus em verificar a situação de seus antigos habitantes. Destarte, representantes logo seriam enviados com o objetivo de analisar as condições de seus conterrâneos. Em tais análises não ficariam de fora as abordagens acerca dos quadros de saúde, transparecendo as impressões e concepções de indivíduos que não estavam em processo de migração acerca do processo de transferência e dos quadros epidemiológicos encontrados. Tal fato abre a possibilidade de efetuar confrontações entre a visão da população adventícia radicada em regiões ermas e a dos visitantes europeus, os quais por terem uma ampla formação acadêmica²², percebiam a realidade tropical por um outro ângulo.

²² Tschudi, por exemplo, possuía conhecimentos de medicina, ciências naturais e filosofia.

6.1. As febres sob a ótica dos colonos

A análise do corpo documental que traz as evidências deixadas por trabalhadores estrangeiros no que tange à forma de se lidar com as morbidades revela traços marcantes de duas fases distintas no período de ajustamento do imigrante às condições existentes em terras tropicais. Em primeiro lugar, pode-se encontrar vestígios relativos à maneira pela qual os obstáculos colocados pelos problemas de saúde eram encarados no período em que elementos da população advéncia ainda não haviam sido acometidos por moléstias. Noutra plano, transparecem os usos recorrentes no sentido de superar as dificuldades a partir do momento em que os problemas de saúde já se tornavam elementos concretos na vida do trabalhador.

Em síntese, quando se toma por base o universo empírico sobre o qual este estudo está assentado, percebe-se a existência de **uma fase inicial marcada por um evidente medo em ficar doente, sobretudo pelo comprometimento das atividades de trabalho, o que resultaria em pedidos de transferência para outras localidades**. Ao mesmo tempo, **os instrumentos usados em busca da cura constituem-se numa mescla entre elementos existentes na herança cultural européia e práticas ligadas ao conhecimento nativo gradualmente assimiladas**.

O imigrante recém-radicado no Brasil dependia exclusivamente de suas forças para sobreviver, auferir algum lucro de seu trabalho a fim de quitar dívidas contraídas na vinda e, em última instância, constituir fortuna. Por isso, adoecer – na maior parte dos casos em lugares ermos e distantes do auxílio médico – significava a morte prematura e o risco de colocar em xeque a empreitada. Nesse sentido, a percepção da doença estava intimamente ligada à noção de trabalho.

A condição primordial para o êxito do trabalho era o bom estado de saúde; partindo desta constatação Rodowicz-Oswiecimski alertava ao relatar sua experiência enquanto colono na região sul do Brasil. Na ausência de registros abundantes que demonstrem diretamente impressões como estas dentro do discurso de um colono radicado em terras capixabas, recorre-se aqui ao

testemunho do supra-referido colono alemão – já citado nas partes iniciais deste trabalho – que foi residir em Santa Catarina. No que tange ao binômio saúde/trabalho ele assim se manifestou:

Infelizmente, ninguém vive somente de virtudes, e embora se possua temperança e operosidade, ainda será pouco para encetar esta viagem. Em primeiro lugar, está a fortuna de uma excelente saúde, com a qual o imigrante deve contar, principalmente aquele que vai para climas quentes. Se doenças houverem enfraquecido o corpo, então a simples viagem marítima já representa o primeiro perigo, e, ainda que o fator sorte ajude, sempre constituirá a principal condição para o ânimo indispensável ao sucesso de cada colono (RODOWICZ-OSWIECIMSKI, 1992, p. 3).

O autor do relato além de lembrar a relação estreita entre doença e trabalho, destacava que uma das especificidades das regiões de clima tropical – as altas temperaturas – poderia agravar o quadro do imigrante se este já possuísse alguma doença ou mesmo se aportasse com saúde estava colocado numa situação de extrema vulnerabilidade frente aos obstáculos impostos pelas morbidades.

Percebe-se pelo discurso daquele estrangeiro a presença do que Laplantine enquadrou dentro do modelo de percepção da etiologia que ele denomina de “maléfico”, onde: “(...) o patológico é essencialmente e integralmente negativizado por um processo de redução semiológica (...) a doença é nociva, perniciosa, indesejável” (LAPLANTINE, 1991, p. 102).

Ao mesmo tempo a doença é enxergada como “um não-sentido radical – ‘o absurdo’, ‘o azar’ – que nada revela e que nada pode justificar”.

Pode-se identificar esta necessidade de estar saudável na carta em que Wilhelmine Hetzer, trabalhador alemão instalado numa fazenda da região do Vale do Paraíba fluminense, envia para seus amigos e familiares na Europa, na qual ele observa: “(...) tudo que construo é meu e, se continuarmos saudáveis, seguramente terei pago as minhas dívidas antes que os quatro anos tenham passado” (ALVES, 2003, p. 27).

Essas interpretações estão num sentido oposto ao “modelo de doença benéfica”, o qual vê a doença como uma lição e a possibilidade de renascimento:

(...) o sintoma não é mais considerado como uma aberração a ser contida, mas como uma mensagem a ser ouvida e desvendada. A doença é uma reação que tem, se não um valor, pelo menos um sentido, já que é tida como uma tentativa

de restauração do equilíbrio perturbado, e mesmo, em certos casos, como um episódio que exalta e enriquece (LAPLANTINE, 1991, p. 116).

Se por um lado, na perspectiva do colono estrangeiro, a doença aparecia como grande empecilho ao trabalho, por outro, este último é associado à falta de saúde, causador de moléstias; tal percepção pode ser captada quando se analisam memórias como a de Giuseppe Fioresi, colono italiano que em depoimento relembrou seus dias de trabalho no período em que se instalou na região do atual município de Venda Nova do Imigrante na região serrana do Espírito Santo:

Olha, mais eu tava muito doente no último ano (...) Nós colhemo em 4 pessoa 1200 saco de café, em 4 com as mão, sem ajuda de ninguém, nem de um animal. Desce morro com café nas costa, lavá, baná, secá. Muda pra cá, o preço do café cai lá embaxo. Aí muda pra cá, come mal, trabaia muito, aí eu fiquei doente (LAZZARO, 1992, p. 48).

Agora, já em outra condição, o colono ao recordar o passado, aponta o excesso de trabalho aliado a uma má alimentação como a causa de seu estado mórbido, percepção construída não por um saber erudito da associação alimentação-imunologia e sim pelo conhecimento adquirido com a experiência individual. A explicação da doença nesse caso é percebida como advinda de um fator externo, a carência alimentar ou a carga excessiva de trabalho (LAPLANTINE, 1991, p. 67).

A precária situação dos colonos e o conseqüente medo de colocar em risco os esforços despendidos no deslocamento até o Brasil levaram um grupo de imigrantes italianos recém-chegados ao núcleo Timbuí na colônia de Santa Leopoldina a solicitarem transferência, utilizando como justificativa os riscos para sua saúde.

A princípio, a carta enviada à direção do núcleo colonial parecia um artifício utilizado apenas a fim de conseguir a transferência para a província de Santa Catarina, já que este teria sido o destino mencionado aos imigrantes na ocasião de sua vinda ao Brasil; destarte, logo no início do documento é solicitado:

Nós abaixo assinados italianos pedimos a Vossa Senhoria de fazer um modo de sermos transportados para Santa Catarina, sendo este o lugar que nos foi destinado e para o qual nós embarcamos²³.

Porém, apesar de tal possibilidade, um levantamento das doenças mais recorrentes entre os habitantes do núcleo colonial, como a que se tentou realizar no capítulo 5 desta pesquisa, demonstra que o pedido da população adventícia encontrava referências concretas na realidade, fato que os levava a prosseguir:

A vista também da grande quantidade de doentes entre nós faz duvidar e convencer de que neste lugar morreremos de febres por causa da grande umidade e da frieza da estação.

Os solicitantes examinavam a situação a sua volta e observavam a precariedade, apontando os inúmeros casos de doentes entre a população estabelecida no núcleo colonial como foco para o questionamento do êxito da empreitada. Ao mesmo tempo fica evidente em seu discurso parte do saber compartilhado no grupo acerca da disseminação de doenças, isto é, das condições necessárias para o florescimento das moléstias, ou seja, a “grande umidade” e a “frieza da estação”.

Os imigrantes, apesar de não especificarem com clareza qual doença temiam naquele momento, fazem referência às “febres”, termo genérico utilizado na época para designar doenças como a malária e a febre amarela em contraposição a outros problemas de saúde como as contusões ou males associados ao funcionamento do sistema digestivo, como a diarreia; Orestes Bissoli – imigrante italiano residente em Alfredo Chaves que terá seu trabalho analisado com mais acuidade adiante – utiliza o termo quando se refere a um período em que esteve doente e afastado do trabalho por cerca de quarenta dias. Do mesmo modo percebe-se a associação a um fator exógeno para a explicação, desta feita às peculiaridades naturais da região habitada.

O abaixo-assinado também revela que na troca de correspondências entre os imigrantes havia a preocupação em relatar a própria condição de saúde, bem

²³ Fundo Governadoria. Série 383 – Correspondências. Livro 57, 07 jan. 1877.

como as condições de salubridade vigentes em cada região. Pode-se notar esta característica no abaixo-assinado quando os imigrantes argumentam:

Mais observaremos que os nossos patrícios que nos escreveram de Santa Catarina estão bem e que neste lugar são bons os ares e gozam de boa saúde.

Chama atenção ainda, o ponto em que os imigrantes relacionam a “boa saúde” à qualidade dos “ares”, o que abre o campo para a problematização da relação entre o saber popular acerca das doenças e a **Teoria dos Miasmas** corrente na medicina erudita do século XIX a respeito da proliferação de moléstias. Essa teoria médica apontava o ar como principal agente transmissor das morbidades, relacionando-as, por exemplo, aos “gases” emanados das regiões pantanosas, pregando como principal meio de prevenção o saneamento e destruição de qualquer fonte associada à contaminação do ar. Os defensores da Teoria dos Miasmas contrapunham-se à **Teoria do Contágio**, a qual enfocava o contato entre os seres humanos como a fonte principal de veiculação etiológica e apontava o isolamento de indivíduos adoentados como meio mais eficaz para o controle das epidemias (CHALHOUB, 1996).

A Teoria dos Miasmas esteve em voga nos círculos acadêmicos pelo menos até a segunda metade do século XIX. Com o advento da microscopia, que permitiu investigar com mais detalhamento a origem das doenças, a idéia dos miasmas seria gradualmente abandonada. Entretanto, como lembra Boltanski, interpretações da medicina acadêmica acerca da saúde e da doença, muitas vezes superadas na esfera científica, tendem a ser recodificadas pelos saberes populares e a permanecerem por longo tempo no imaginário coletivo, o que muito provavelmente aconteceu entre os imigrantes que redigiram o texto do abaixo-assinado.

O documento em sua versão em italiano parece ser mais completo, nele ainda consta um trecho no qual os trabalhadores estrangeiros solicitam mais mantimentos, bem como existe uma lista com a relação de todos os doentes existentes no grupo que pede a transferência.

Diante dos diversos problemas relativos à saúde enfrentados na fase inicial de estabelecimento, cabe perguntar: **que procedimentos eram adotados pelos imigrantes quando as doenças os haviam acometido?**

As injunções colocadas aos imigrantes pelo meio natural dos trópicos, além de fazer com que os mesmos deixassem transparecer suas percepções acerca do “estar doente”, evidenciam as escolhas no que tange às práticas de cura.

Os registros da enfermaria do estabelecimento colonial de Santa Leopoldina não deixam dúvidas quanto à relação entre o imigrante e a medicina oficial e o número de registros nos livros médicos que foram utilizados neste trabalho demonstra que, se fosse possível se dirigir à enfermaria, o estrangeiro não se furtava a submeter-se ao saber médico; tal fato se dava evidentemente por nem sempre ser possível realizar um autotratamento, agindo desta maneira o adventício reavivava um procedimento que provavelmente já era realizado na Europa do século XIX: a consulta a um profissional dedicado às atividades de cunho terapêutico.

Ao mesmo tempo em que se dirigiam à enfermaria, os estrangeiros relembavam práticas de cura vigentes na Europa, porém pouco disseminadas pelo Brasil, como se evidencia num requerimento enviado ao Presidente da Província pela diretoria da colônia de Santa Leopoldina em 1877:

No presente requerimento pedem alguns colonos italianos que se lhe conceda um médico homeopata. Não havendo no país faculdade especial em que se ensine a medicina por este sistema, me parece não poder ser dado ou concedido aquilo que não se possui²⁴.

A homeopatia já era praticada na Europa, onde, por ter custos mais baixos, possivelmente deveria encontrar adesão entre os grupos menos abastados. No Brasil, era natural que os colonos – imersos numa situação de extrema precariedade – pensassem em soluções embasadas em sua experiência para superar as dificuldades, principalmente econômicas, existentes na fase de formação dos núcleos coloniais. Os imigrantes, então, influenciados por seu

²⁴ Fundo Governadoria. Série 383 – Correspondências. Livro 57.

conhecimento precedente recorriam à cura referenciados no “modelo terapêutico homeopático”, que objetiva, segundo Laplantine (1991): “(...) reativar os sintomas pelas semelhanças, ou seja, a superar a crise atravessada agindo no mesmo sentido da doença”.

No Brasil o sistema homeopático já era aplicado popularmente de forma intuitiva pela mentalidade coletiva, sendo, aliás, um dos poucos recursos a que os escravos tinham acesso no que tange à cura, ou por via erudita através da chamada “medicina dos semelhantes”. Destarte, existem duas ilações possíveis para se entender a resposta negativa do diretor da colônia ao pedido do grupo de imigrantes.

Em primeiro lugar, apesar de a homeopatia encontrar alguns seguidores pelo Brasil, naquele período ela ainda não estava presente nos currículos das faculdades de medicina, entrando apenas mais tarde, o que resultava na falta de médicos habilitados e na conseqüente impossibilidade de atender demandas como a do grupo de estrangeiros mencionado. Segundo Lycurgo dos Santos Filho, com a criação das Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro em 1832, as disciplinas ministradas eram, em suma, a “Física Médica, Botânica Médica, Zoologia, Química Médica, Mineralogia, Anatomia Geral e Descritiva, Fisiologia, Patologia Externa e Interna e Farmácia” (HOLANDA, 2000).

Noutro plano, é possível que houvesse resistência por parte de pessoas com perspectivas semelhantes ao do diretor da colônia à adoção de novas práticas, pelo risco de aplicar recursos numa solução, cujos resultados eram desconhecidos.

Ao passo que se estabeleciam nas colônias e mantinham relações com a população local, os estrangeiros acabavam também por assimilar práticas nativas relativas à cura de moléstias.

Orestes Bissoli foi um imigrante italiano que se instalou na região da colônia do Castelo em 1888 aos dezesseis anos; em terras brasileiras ele realizou as mais diferentes atividades, tendo se dedicado às lides agrícolas – como era natural entre a maior parte dos imigrantes após o período imediato ao desembarque no Espírito Santo –, ao ofício de pedreiro, o qual aprendera com

seu pai na Itália, lecionou para os filhos de seus conterrâneos nas comunidades em que residiu e, ainda, exerceu atividades burocráticas judiciais como juiz de paz e tabelião.

Sua formação intelectual por si mesma já o coloca em situação bastante peculiar em relação aos seus pares, visto que ao contrário da maior parte daqueles Bissoli possuía o estudo elementar, o que lhe deu a possibilidade de, em retrospectiva, deixar suas memórias registradas num pequeno livro escrito na década de 1930 e publicado em 1979 (BISSOLI, 1979). Porém, a despeito de sua formação e da projeção que conseguira paulatinamente no círculo social em que se radicou, Bissoli em seu período de vivência inicial passou pelas mesmas dificuldades que os outros trabalhadores, fato que foi por ele rememorado nas linhas de seus escritos da idade senil. Destarte, ali se deixa entrever seu período de ajustamento, com ênfase em suas percepções acerca da natureza local, da alimentação, dos ritmos das atividades agrícolas e de seu estado de saúde.

No que tange à noção de saúde, doença e cura, Bissoli por várias vezes cita os períodos em que estivera doente, apontando, de acordo com sua perspectiva, a causa da morbidade que lhe acometera, bem como os caminhos seguidos em busca da cura, seja quando se recorria à medicina oficial, popular ou ainda quando tentou sozinho sem nenhuma recomendação se curar.

Os problemas com a saúde marcaram a existência de Orestes Bissoli, talvez por isso o texto seja recheado de informações a esse respeito. Já no início de sua narrativa, por exemplo, ele lembra, sem entrar em detalhes, que desde sua infância foi “doentio”. Por outro lado, já no Brasil com 20 anos de idade foi obrigado a se afastar das fainas agrícolas por mais de dois anos devido às morbidades que o acometeram, levando-o a residir por algum tempo junto à família de seu cunhado.

Num primeiro momento Bissoli (1979, p. 48) revela um de seus primeiros problemas com a saúde em terras brasileiras: “Eu continuei em Jabaquara, trabalhei com Brocco no campo e, sim, ali ganhei as febres”.

Nessa passagem, o imigrante provavelmente se refere à malária, primeiro devido ao fato de mais adiante ele falar das tais “febres” como sendo “sezão”

(febre intermitente), termo usual na linguagem popular para designar a doença e, em segundo lugar, porque a moléstia era comum na região onde ele fora instalado. Estas “febres” mencionadas por Bissoli acarretariam mais adiante problemas de fígado.

A doença aparece em seu discurso como um ser exterior, ganhando um sentido ontológico, como uma coisa que o sujeito doente recebe e que em seu corpo se aloja, enfim, a ele não pertencente em oposição às interpretações que concebem a patologia como um desequilíbrio do próprio corpo “um desarranjo por excesso ou falta”.

Quando se enfatiza a forma a que ele se refere para curar-se, tem-se a noção das práticas imediatamente assimiladas por parte dos imigrantes, como aparece em seguida:

Fui para o Quinto Território e em quarenta dias fiquei bom. Passados uns tempos voltei e comecei a curar as sezões e outras pequenas moléstias com aguardente, pimenta e outras coisas excitantes como o limão com o sulfato de quinino (BISSOLI, 1979, p. 48).

Naquele momento Bissoli se retirou momentaneamente do mundo do trabalho, isolando-se por quarenta dias no “Quinto Território” – lugarejo localizado próximo à região em que originalmente ele havia se radicado-, no texto não há menção sobre o contato com algum médico. Embora ele fale que tenha ficado bom, no retorno a Jabaquara refere-se à cura de “sezões e outras pequenas moléstias”. A novidade que aparece é a utilização da aguardente, já que elementos como a pimenta, o limão e o sulfato de quinino há muito já eram conhecidos na Europa. Com exceção do caso português, a aguardente não era comum entre grupos populares do “Velho Mundo”, porém no Brasil a aguardente da cana foi trazida pelos portugueses após a conquista, tendo se disseminado entre as mais diversas camadas da população, inclusive entre o elemento indígena, não só como aperitivo, mas também como um medicamento, sendo “misturada a certas ervas e outras mezinhas” (HOLANDA, 2000, p. 78); por isso, é de se supor que Orestes Bissoli em seu convívio com a população nativa tenha conhecido e aprendido a usá-la com a finalidade da cura, escolhendo um modelo terapêutico que prima pela excitação do organismo com a finalidade de expelir o

mal que o acomete. Todavia, o uso da aguardente não surtiria o efeito desejado, visto que na seqüência ele faz a seguinte observação: “Em poucos meses fiquei com o estômago e os intestinos queimados, uma inflamação gástrica que me custou dois anos para me curar” (BISSOLI, 1979, p. 48).

Na perspectiva de Bissoli os elementos utilizados agravaram sua situação, mais uma vez ele teria que abdicar das mais importantes atividades do seu período de estabelecimento para poder se livrar das moléstias.

Na passagem seguinte ele descreve os sintomas do problema que o afetava, o qual provavelmente estava associado à malária: “Nesta época comecei a sentir-me mal, com umas febres quentes, uma espécie de gripe, os órgãos digestivos atrapalhados e, sobretudo uma prisão de ventre”.

Neste momento Bissoli se retira novamente de Jabaquara indo residir em Alfredo Chaves, ocasião em que teve oportunidade de escolher dois lugares para residir, a casa de seu “patrão” Pianna ou a de seu conterrâneo Parmagnani.

O Pianna, meu patrão, me ofereceu para ficar em sua casa, onde teria médico e remédios, ao que eu preferi ir para a casa do velho Parmagnani, meu conhecido e conterrâneo, bom, porém pobre e sem recursos, mas eu sempre gostei de viver com os pobres, embora passasse pior e com mais gasto.

Ele recusa um local que, em sua perspectiva, oferecia melhores condições, para se instalar entre pessoas de sua origem. Para ele era melhor enfrentar uma enfermidade no aconchego do seu próprio grupo a se instalar num meio estranho, mesmo que dotado de um maior auxílio. Entretanto, passados dois meses, frente às dificuldades de tratamento o imigrante resolve retornar ao “Quinto Território”.

A partir daí Bissoli passa a residir com seu cunhado e sua irmã, ocasião na qual dois médicos o examinam, mas, segundo ele, não conseguem identificar o problema; e assim, por intermédio de seu cunhado ele conhece um “curandeiro” local que o examina. Note-se a interação do estrangeiro com a população local e suas crenças e ritos para cura. Acerca do curandeiro Orestes Bissoli comentou:

Meu cunhado (...) mandou vir um curandeiro que garantiu minha cura. No entanto, depois de esgotados todos os recursos de seu modo de curar, o

curandeiro declarou que eu tinha uma inflamação empossada, como um demônio possesso de um corpo por sete anos (BISSOLI, 1979, p. 49).

Bissoli reconhecia diferenças entre as práticas de cura, dentre elas a do curandeiro, ao qual ele se submeteu e que ao contrário dos expedientes da medicina erudita do período, estava muito mais assentado em crenças espirituais e na experiência prática do que em estudos sistemáticos. Infelizmente o imigrante não menciona detalhadamente quais foram as práticas que o curandeiro utilizou, contudo na seqüência da redação de sua memória ele parece discordar da opinião do curandeiro, registrando, baseado no auto-conhecimento, a sua opinião no que tange à morbidade que o acometia:

Eu sempre disse que tinha uma ressecura dos órgãos digestivos, meu estômago e intestino não funcionavam mais, os purgantes que tomava só faziam o efeito de uma lavagem superficial, mas o fígado não se movia, não funcionava para expelir as biles estragadas e reformar (BISSOLI, 1979, p. 54).

Por este trecho Bissoli demonstra que possuía conhecimentos básicos sobre o funcionamento do corpo humano, os quais provavelmente haviam sido adquiridos em seus estudos elementares; por possuir tal saber o estrangeiro irá, num momento posterior, se desvencilhar dos cuidados médicos e passará a agir sozinho em busca da cura para a sua enfermidade.

Em meio a diversas opiniões sobre o seu problema, como a de seu cunhado que acreditava ser um “feitiço”, Orestes Bissoli demonstrava indiferença, apesar de admitir desconhecimento.

Passarei a escrever sobre a minha moléstia desconhecida e da maneira que me curei. Não faltou quem me dissesse que eu estava maleficiado por algum feiticeiro, mas eu não prestava atenção, quanto menos, crédito. Um dia o meu cunhado vem aborrecido, dizendo que eu não acreditava, mas era certo que o seu filho Mário estava maleficiado, porque ia buscar o leite numa casa que tinha uma pobre velha, que, conforme ele, teria feito mal a nós dois (BISSOLI, 1979, p. 55).

Aparece um choque, então, entre a mentalidade européia e o saber popular brasileiro, havendo uma rejeição do europeu, geralmente católico – no caso italiano – e avesso às crenças que não aquelas ligadas aos rituais do cristianismo. Apesar disso, o cunhado de Bissoli demonstra ter receios acerca da “feitiçaria”; sua interpretação se baseia num modelo que reconhece a doença

como uma entidade exterior, porém ela é pensada a partir de uma relação humana, isto é, uma feiticeira dotada de um poder antropomorfizado lança o mal sobre o doente. A oposição fica evidenciada num diálogo transcrito: “Pois bem, cunhado, eu vou lhe provar o contrário do que pensa, e logo com o seu filho. O senhor, quando for a São João, me compre um vidro de Pílulas Tourina de Milão e um de Pílulas Blaud das legítimas, e verá”.

Não foi possível ainda, identificar qual era a composição dos medicamentos citados, os quais provavelmente eram comuns na Itália; entretanto, foi com este expediente que ele procedeu ao tratamento de seu sobrinho, o qual ficou curado, de acordo com o que ele registra no texto. Nesse momento ele recorre ao modelo chamado alopático (LAPLANTINE, 1991, p. 161), onde o contrário é utilizado para subtrair o mal e assim curar o sujeito doente.

Ao mesmo tempo, Bissoli diz ter resolvido o seu problema com as mesmas pílulas e agrião, este último usado para “dilatam os órgãos” do seu sistema digestivo. Ele ainda menciona o “Purgante Pagliano” – provavelmente italiano devido à grafia – como complemento ao seu tratamento.

Foi dessa forma, conjugando um conhecimento já usado na Europa – o uso do agrião e de um medicamento – a uma dieta na qual a carne ficava excluída, bem como as “bebidas excitantes”, que Bissoli afirma ter se curado.

Ainda que existam dificuldades quanto ao acesso a documentos que evidenciem as características do contato do imigrante com a natureza tropical, tais como as percepções acerca dos problemas de saúde, é possível – a partir da análise de memórias como a escrita por Orestes Bissoli e de documentos de outra natureza, porém com uma amplitude maior como os abaixo-assinados – vislumbrar a situação na qual estava colocado o estrangeiro com relação à saúde ao chegar aos trópicos, seu ajustamento, suas práticas e suas representações.

6.2. Remetendo informações: a doença e a cura na perspectiva de Johann Jakob Von Tschudi

A imigração para o Brasil no século XIX se constituiu num processo de grandes dimensões que, para além de envolver os trabalhadores que se deslocavam, passava pela relação entre os Estados europeus e a nação receptora, o que determinou a vinda de representantes daqueles para observar a realidade na qual os adventícios estavam inseridos.

Em contraposição ao universo mental relativamente caótico dos colonos a respeito das interpretações etiológico-terapêuticas, os viajantes, acadêmicos letrados, influenciados pelo espírito da modernidade que marcaria as ciências naquele momento, tentam sistematizar os acontecimentos relativos às doenças. Devido ao caráter informativo de seus textos, os viajantes estrangeiros tentavam inventariar a situação epidemiológica, listando os indivíduos enfermos e propondo soluções que caminhavam no sentido da adoção das práticas médicas acadêmicas.

Os viajantes tentavam descrever todas as características das localidades visitadas, enfatizando, por exemplo, as condições naturais; eles realizavam esta tarefa a partir de uma visão treinada, referenciada em conhecimentos sistemáticos adquiridos em escolas europeias. No decorrer do século XIX, principalmente a partir da emancipação brasileira em relação a Portugal, estudiosos estrangeiros como Saint-Hilaire ou Tschudi visitaram o Brasil, quer para obter informações acerca da fauna e da flora tropical, caso do primeiro, quer no que se refere à situação de trabalhadores estrangeiros recém-emigrados de países europeus como a Suíça, caso do segundo.

Johann Tschudi em sua visita às colônias capixabas de imigrantes realizou um inventário das condições dos estrangeiros. Em sua análise o cientista europeu deu atenção aos problemas de saúde, deixando evidenciada parte de sua concepção, tecendo críticas à miserabilidade dos estrangeiros e propondo alternativas para a melhoria da situação (TSCHUDI, 2004).

O referido europeu possuía um olhar diferenciado em relação aos problemas de saúde, se esforçava para informar de modo sistemático a situação dos colonos, fazendo considerações acerca das doenças e suas causas. Tschudi, formado na Europa, era possuidor de um saber ligado à medicina e às ciências naturais, o que permitiu a ele inferir sobre o quadro mórbido dos núcleos coloniais capixabas.

O primeiro ponto a ser destacado no texto de Tschudi é a sua concepção da causa das doenças entre os colonos. Para a colônia de Santa Leopoldina, por exemplo, sua primeira observação se refere ao clima e sua relação com a saúde; segundo ele o clima “era saudável e se [assemelhava] ao de Santa Izabel”. Ao tentar traçar um quadro geral da realidade epidemiológica do povoado o autor indicou o que em sua concepção seria o fator causador da proliferação das moléstias:

Um número bastante considerável de colonos está doente ou debilitado, principalmente entre os suíços, os holandeses e os prussianos. Fica-se chocado com a visão de criaturas pálidas, inchadas, enfraquecidas e abatidas. A causa não está no clima, mas sim numa alimentação precária (TSCHUDI, 2004, p. 37).

Tschudi descrevia o aspecto dos imigrantes, apontando a má alimentação como a causa dos problemas. Em sua perspectiva, dois fatores eram determinantes para a disseminação de moléstias, o clima e a alimentação, e por este motivo logo no início de suas considerações ele procede a uma comparação entre os dois pontos.

Prosseguindo em seu texto, o suíço resume o que seria a alimentação dos estrangeiros: “Um grande número de colonos está reduzido a uma dieta exclusivamente de farinha de mandioca, cozida na água e na forma de beiju” (p. 37-38).

A principal conseqüência de uma alimentação desta natureza estava na pobreza do conteúdo do sangue, o que em sua perspectiva causava a “opilação”. Por ser uma doença peculiar aos trópicos Tschudi talvez não conhecesse a natureza daquela enfermidade, fato que pode ter causado um equívoco de interpretação:

Pelo uso desse alimento rico em amido, os colonos introduzem em seus organismos uma grande quantidade de elementos que produzem gases, cujo excedente não é digerido e sobrecarrega inutilmente o estômago; essa substância produz apenas um terço dos geradores necessários do sangue (...) Os efeitos dessa nutrição defeituosa se manifestam sob a forma de uma doença bastante rara na Europa, mas freqüentes nestas regiões, a opilação (TSCHUDI, 2004, p. 38).

Após descrever minuciosamente os efeitos advindos desta doença para o organismo humano, ele apontava o caminho para a cura das moléstias, ou seja, uma solução para tais problemas:

Uma alimentação suficiente e uma maior serenidade dos espíritos resultantes de uma melhor condição de vida na colônia seria o mais eficaz remédio contra um mal ao qual sucumbem tantas vítimas (TSCHUDI, 2004, p. 38).

O estudioso reafirmava sua opinião acerca do quadro vigente em Santa Leopoldina, referindo-se à alimentação e, neste momento, adicionava um outro fator, o emocional, destarte, para ele se não houvesse a tranqüilidade para que os colonos pudessem trabalhar não se encontraria uma solução para os problemas de saúde, grande empecilho para que as propriedades do povoado pudessem se desenvolver naqueles anos iniciais; assim, ele apelava para explicações de cunho psicológico.

Por outro lado, quando Tschudi passa a descrever a situação da colônia do Rio Novo, uma outra face de sua concepção acerca da doença e da cura vem à tona como determinante, o clima.

O rio Novo, como já disse, está entulhado pelas plantas e corre muito lentamente, quase imperceptivelmente em alguns locais. Os miasmas que aí se formam na estação quente produzem diversas doenças deletérias (TSCHUDI, 2004, p. 44).

Pode-se perceber que ele associa a disseminação de problemas de saúde à qualidade do ar, aproximando-se da já referida Teoria dos Miasmas em detrimento da Teoria do Contágio e destacava as principais enfermidades que acometiam os habitantes por conta desta situação:

Encontrei pessoas doentes na maioria das famílias residentes neste vale. A maior parte sofre de febre intermitente e úlceras atônicas nos pés que os impede consideravelmente de trabalhar na lavoura e na mata (TSCHUDI, 2004, p. 44-45).

Posteriormente ele compara o vale do Rio Novo ao do rio Pau D'Alho, o qual, por estar numa maior altitude, proporcionava melhores condições de saúde.

No vale do Pau D'Alho, pouco mais alto, a maioria dos colonos era saudável. Quanto mais distantes ficam os assentamentos do leito do Rio Novo, mais saudáveis eles são (TSCHUDI, 2004, p. 109).

Diferente de Santa Leopoldina, o problema de Rio Novo não estava na alimentação dos colonos e sim na obstrução do leito do rio, por este motivo Tschudi recomendou a sua limpeza. A resolução deste problema e colocação de um médico entre os colonos resolveria grande parte dos problemas da colônia:

(...) se estabelecer a suas custas um médico provido de medicamentos suficientes e trabalhar pelo crescimento da colônia concedendo facilidade a famílias honestas, Rio Novo poderá tornar-se a mais florescente colônia do Império (TSCHUDI, 2004, p. 51).

Infere-se então das passagens da obra do suíço que foi examinada que sua interpretação estava embasada numa visão endógena da doença, causada por fatores externos, elementos estranhos ao corpo, mas reais e objetivos segundo a visão científica, de origem natural, “os ares”, bem como pelas carências alimentares que acabavam por gerar distúrbios internos e o posterior adoecimento.

A solução para erradicar as patologias por ele apontadas, assim como o próprio desenvolvimento das colônias de imigrantes, estava na adoção de médicos treinados. Diante da grande precariedade da saúde dos colonos, Tschudi apontava uma solução em curto prazo e essencial, segundo sua visão:

A colônia não tem médico; há no lugar deste um colono português sem instrução e brutal. Poucas colônias teriam, como essa, tanta necessidade de um médico e de medicamentos suficientes, pois, na situação atual, os colonos totalmente privados dos cuidados da medicina, ou evitando recorrer aos canhestros serviços do charlatão, por receio de serem explorados por ele de maneira odiosa, a mortalidade entre os recém-chegados atingiu 20% (TSCHUDI, 2004, p. 46).

Tschudi nem faz menção a outros métodos localizados fora deste âmbito, fato que mais uma vez demonstra a diferenciação de seu pensamento em relação ao de seus conterrâneos que possuíam um tipo diverso de formação cultural. Aliás, ele parece reconhecer como medicina apenas aquela apreendida na

academia e exercida por pessoas com formação técnica, em contraposição à atuação dos chamados “charlatães”. Deve-se lembrar que Orestes Bissoli, por exemplo, ao descrever seus problemas de saúde se refere à ida a um “curandeiro”, indicando a escolha por um caminho terapêutico distinto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo tentou-se demonstrar, dentre as inúmeras faces sob as quais esteve envolto o processo de imigração estrangeira para o Brasil, alguns aspectos relacionados ao processo de ajustamento do trabalhador estrangeiro às peculiaridades do contexto tropical no que tange a seu meio natural.

Primeiramente, ao se observar a propaganda utilizada para a atração da mão-de-obra européia, pôde-se perceber os diferentes meios utilizados para a realização daquela operação, além de ter sido possível examinar os distintos interesses envolvidos no processo, bem como a ação dos atores que defendiam tais interesses; o Estado Imperial, os profissionais envolvidos com a fotografia no Brasil oitocentista, diplomatas das nações fornecedoras de trabalhadores e imigrantes letrados. Nesse sentido, cabe reiterar que o Estado brasileiro em conjunto com grandes proprietários de terras, operava no sentido de construir – por meio da publicação de prospectos e fotografias – uma imagem idealizada das terras tropicais, a qual visava tão somente atrair a mão-de-obra européia que naquele momento não encontrava ocupação no Velho Mundo. Esta propaganda visava suavizar as injunções características da Mata Atlântica brasileira, por exemplo, ecossistema que abrigou grande parte dos adventícios; entretanto, ao se instalarem nos trópicos e se depararem com situações não citadas pelos agentes da emigração, os europeus nem sempre se comportavam passivamente, o que se

traduziu em forma de revoltas, denúncias e visitas de autoridades das respectivas pátrias de origem. Ao mesmo tempo a vontade de emigrar e o papel desempenhado pelos relatos familiares tiveram um papel de grande relevância no fenômeno da imigração para o Brasil, o que significa dizer que não havia apenas uma ação maquiavélica dos grupos que coordenaram e dominaram a política de incentivo à imigração.

Ao mesmo tempo, partindo de referenciais existentes no campo da História Ambiental, perscrutou-se o processo de transferência do imigrante estrangeiro para a Província do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, investigando o ajustamento do imigrante ao seu novo habitat, sobretudo no que diz respeito aos principais problemas de saúde presentes no cotidiano do núcleo colonial de Santa Leopoldina. Acerca deste ponto, encontrou-se evidências empíricas que mostram, dentre outros aspectos, uma supremacia de doenças decorrentes da destruição da floresta, as quais figuravam em primeiro lugar na lista das moléstias mais recorrentes entre a população radicada no recorte espacial estudado. Eram bastante recorrentes, também, as patologias associadas às deficiências das condições sanitárias e ao quadro de carestia alimentar.

Foram agregados, ainda, conhecimentos relativos ao campo da História das Doenças e da Antropologia das Doenças, operando-se segundo as indagações colocadas e do referencial construído, sobretudo por este último campo do saber. Destarte, considerando o referencial citado, chegou-se a resultados que apontaram ser o universo de representações do imigrante doente, a respeito das interpretações etiológico-terapêuticas, um todo pouco homogêneo, onde se conjugavam diferentes interpretações etiológicas e modos de combater os problemas colocados pelos estados mórbidos, como a consulta a um profissional dotado de formação erudita ou a provável assimilação de procedimentos apreendidos na fase de instalação nos trópicos. Por outro lado, os viajantes letrados europeus – como Tschudi – influenciados pelos ditames científicos que a modernidade fez emergir, aplicavam uma visão de conjunto sistematizada, que primava pela organização e intervenção, as quais, em suas perspectivas, deveriam estar fundamentadas no conhecimento médico acadêmico.

Deve-se salientar que as dificuldades de adaptação ecológica não se limitam ao século XIX. No Brasil contemporâneo vários são os exemplos de operações de (re)alocação de populações fadadas ao insucesso devido às dificuldades de ajuste do homem ao meio natural, não só em termos de condições de saúde, mas de desenvolvimento de atividades agrícolas apropriadas. Embora não se possa julgar os fatos do processo ocorrido no século XIX, devido à diferença de interesses existente naquela época e no momento atual e apesar da ruptura ocorrida neste plano, infere-se que existe uma continuidade na política estatal de povoamento dirigido às áreas desocupadas, a qual se caracteriza pela falta de atenção ao processo de ajustamento das populações, o que força a colocação desse dado na pauta de discussões dos elementos necessários para criação de assentamentos rurais, já que é possuidor de relevância fundamental.

No que concerne às fontes utilizadas neste estudo, frente às limitações que as caracterizavam, procedeu-se um esforço para o cruzamento de informações de diferentes origens a fim de cumprir os objetivos propostos inicialmente e dotar o estudo de maior solidez.

O tema privilegiado nesta investigação pode suscitar diferentes tipos de abordagens e outras vias de pesquisas possíveis.

No caso do levantamento feito acerca da realidade epidemiológica, pode-se tentar localizar outras fontes que ampliem a série disponível, demonstrando ao longo dos anos as variações de cada moléstia, tentando correlacionar tais dados ao da produtividade agrícola, procedimento que poderia demonstrar o papel das epidemias para a economia das colônias de imigrantes.

Acerca do universo das representações, há a possibilidade de localização de correspondências enviadas para os países europeus, bem como a utilização da metodologia da História Oral, fato que ampliaria ainda mais o campo de visão, abrindo consideravelmente as possibilidades de confrontação de discursos.

Em relação às práticas terapêuticas, três pontos bastante relevantes podem, futuramente, ser trazidos à baila.

Em primeiro lugar, no que concerne à questão do gênero, deve-se considerar a importância do papel desempenhado pela mulher, a qual atua nas

lides domésticas, cuidando dos doentes, aprendendo possíveis práticas de cura, em particular com plantas nativas.

A possibilidade supra-referida dá margem para outro caminho de pesquisa, qual seja, o estudo das características das relações inter-grupais, as quais se davam também em relação ao conhecimento das plantas nativas utilizadas contra as enfermidades.

Uma terceira possibilidade é o estudo da atuação da religião na assistência médica, isto é, deve-se questionar o papel de padres e pastores que circulavam entre os lugarejos – levando talvez remédios – numa realidade em que o auxílio estatal não se fazia tão presente.

As mudanças de concepção pelas quais passou a área da Extensão Rural nos últimos anos transformaram a fundamentação e a justificativa dos estudos enquadrados neste campo de pesquisa. Dessa forma, os temas e objetos abordados foram ampliados, passando, ainda, a serem abordados de outras maneiras, o que levou a uma busca de outras vias de análises. Neste contexto a interdisciplinaridade surgiu como uma das novas peculiaridades deste campo de estudos, fato que contribuiu para um olhar menos restrito da realidade rural do Brasil.

No presente trabalho, objetivou-se analisar uma das faces do meio rural brasileiro ligado a sua formação e desenvolvimento e que possui uma estreita relação com temas recorrentes de questionamento na atualidade, no que tange às políticas de criação de assentamentos rurais, bem como de promoção de programas na área da saúde pública.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A.N. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENCASTRO, L.F.; RENAUX, M.L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, L.F. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2.

ALMADA, V.P.F. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo 1850-1888. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALVES, B.B. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003.

ALVIM, Z. Imigrantes: a vida dos pobres do campo. In: SEVECENKO, N. (Org.). **A história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

BISSOLI, O. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória: Fundação Ceciliano Abreu de Almeida, 1979.

BLOCH, M.L. **Introdução à história**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BORGES, J.B.P. **Italianos no mundo rural paulista**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002.

BRASIL. **Enciclopédia brasileira dos municípios**. Rio de Janeiro: Serviço Tipográfico do IBGE, 1959. v. 29.

BRAUDEL, F. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BURGUIÈRE, A. Antropologia histórica. In: LE GOFF, J. (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CARDOSO, M.H.C.A.; GOMES, R. Representações sociais e história: referenciais teórico-metodológicos para o campo da saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, v. 16, n. 2, p. 499-506, abr./jun. 2000.

CHAGAS, C. **Estudos hematológicos no impaludismo**. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria União, 1903. (These Inaugural). Disponível em: <<http://www.prossiga.br/chagas/>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, E.V. **Da senzala à colônia**. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CROSBY, A.W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMOND, J.A. A história ambiental: temas, fontes, e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DRUMOND, J.A. **Por que estudar a história ambiental no Brasil?** Brasília, 2002. (Ensaio Temático).

FERNANDES FILHO, J.A. **Arcos, bênçãos e arcabuzes: o Espírito Santo no período colonial.** Ouro Preto: UFOP, 2000.

FIGUEIREDO, B. **Artes de curar.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 19.ed. São Paulo, 1982.

HELLER, L.; REZENDE, S.C. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOBBSBAWN, E. **A era dos impérios: 1875-1914.** 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, S.B. **Caminhos e fronteiras.** 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, S.B. **Visões do paraíso: os motivos edenicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. 452 p.

LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LAZZARO, A. **Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante.** Vitória, 1992.

LEITE, M.M. **A condição feminina no Rio de Janeiro: séc. XIX.** São Paulo: Hucitec/USP, 1993.

LEITE, I.C. A teoria das representações sociais e sua contribuição para a análise dos dados primários. In: LEITE, I.C.. **Desconhecimento, piedade e distância: representações sociais da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza.** 2002. cap. 2, p. 123-138. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP.

MARTINS, J.S. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1986.

MAXIMILIANO, W.N. **Viagem ao Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1958.

MUNIZ, J.N. **A extensão rural em tempos de mudanças.** Viçosa: UFV, [s.d.].

OLIVEIRA, J.T. **História do estado do Espírito Santo.** 2.ed. Vitória, 1975.

- OTONI, T. **Notícias sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- PAIVA, E.F. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PEREIRA, J.B.B. **Os italianos no mundo rural paulista**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- PERRONE, A. **Geografia do Espírito Santo**. 6.ed. Vitória, 2005.
- REVEL, J. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J. **História: novos objetos**. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 141-159.
- ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Vitória, 2000.
- RODARTE, M.M.S. **O banco de dados dos inquéritos provinciais da segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. 33 p.
- RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Florianópolis: EDUFSC, 1992.
- SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem ao interior do Brasil – Espírito Santo**. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
- SALETTTO, N. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo: 1888-1930**. Vitória: EDUFES, 1996.
- SALETTTO, N. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo: 1888-1930**. Vitória: EDUFES, 1997.
- SANTOS, M.T. **Vida e trabalho na floresta: uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- SCHWARCZ, F. **O município de Santa Leopoldina**. Vitória: Traço Certo, 1992.
- SCHWARCZ, L.M. **As barbas do imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

SILVA, F.C.T. História das paisagens. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

TEIXEIRA, F.C. História das paisagens. In: TEIXEIRA, F.C.. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TSCHUDI, J.J.V. **Viagem à província do Espírito Santo**: imigração e colonização suíça – 1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VASQUEZ, P.K. **Fotógrafos alemães no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Metalivros, 2000.

WAGEMANN, E. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, 1991.

WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, v. 5, n. 2, ago./dez. 2002.

ZOELLER, H. **Os alemães na floresta brasileira**. São Paulo: Metalivros, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE

FONTES

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Fundo Governadoria

- **Série 383**

- Livro 200/38: ofícios recebidos pelo Presidente da Província da Diretoria da colônia de Santa Leopoldina (1878-1882). Contém relatório apresentado pelo Diretor (1878), mapa do movimento da enfermaria (1879), relatório acerca da enfermaria (1879), abaixo-assinado de colonos italianos solicitando sua transferência da colônia para o Guandu (1879 em italiano), relatório referente ao estado de saúde dos colonos de Santa Leopoldina atacados por febre intermitente, solicita a permanência do médico na colônia (1880), abaixo-assinado dos colonos residentes em Santa Teresa (1882 em italiano).
- Livro 06: estabelecimento de imigrantes ingleses na colônia de Santa Leopoldina, reclamações (1867).
- Livro 09: queixas feitas pelos imigrantes que vieram de Nova York à colônia de Santa Leopoldina (1868).

- Livro 10: projeto de contrato entre o Governo Imperial e Pedro Tabachi para a introdução e estabelecimento de 700 imigrantes alemães ou do norte da Europa, pedido de informação para que haja imigração alemã para a colônia de Santa Leopoldina (1871).
- Livro 11: reclamações de imigrantes alemães por não terem encontrado nada preparado para sua chegada e pela falta de auxílio, imigração de parentes de alemães que já se encontravam na Província do Espírito Santo. (1873).
- Livro 199/57: reclamações dos colonos de Santa Leopoldina sobre o estado da colônia, carta em italiano do padre Leone, cônego da colônia (1877).
- Livro 12: problemas administrativos na colônia de Santa Leopoldina (1875-1876).
- Livro 13: queixas dos imigrantes italianos com relação às condições de instalação da colônia Timbuí (1877).
- Livro 16: informações sobre a imigração na colônia de Santa Leopoldina (1885).

- **Série 751**

- Livro 383: registros de correspondência com engenheiros, diretores de colônias, câmaras municipais e vigários (1870).
- Livro 389: registros de correspondências com os diretores de colônias (1866-1868).
- Livro 390: idem (1870-1873).
- Livro 391/392: idem (1869).
- Livro 393/394 idem (1874-1882)

Fundo Agricultura

- **Série Diretoria Geral de Terras e Colonização**

- Livro 194: Registro da Entrada de Doentes na Enfermaria da Colônia de Santa Leopoldina.

- Livro 195: Registro da Entrada de Doentes na Enfermaria dos Núcleos Santa Cruz e Timbuy.

Relatos de viajantes estrangeiros e testemunhos de época

- Orestes Bissoli. Memórias de um imigrante italiano.
- Thomas Davatz. Memórias de um colono no Brasil (1850).
- Wied-Neuwied Maximiliano. Viagem ao Brasil.
- Theodor Rodowicz-Oswiecimsky. A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil.
- Auguste de Saint-Hilaire. Segunda viagem ao interior do Brasil – Espírito Santo.
- Johann Jakob Von Tschudi. Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça – 1860.

Relatório de Presidentes da Província disponíveis em www.ape.es.gov.br/ biblioteca digital

- João Lopes da Silva Couto (1824)
- José Maurício Pereira Barros (1856)
- Barão de Itapemirim (8 de março de 1856)
- Antônio Alves de Souza Carvalho (1861)
- Luís Antônio Fernandes Pinheiro (10 de outubro de 1868)
- Eliseu de Souza Martins (19 de julho de 1880)
- Antônio Leite Ribeiro de Almeida (9 de julho de 1888)